



Jardim do Pensamento

O Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI), do Programa de Licenciaturas Indígenas (Prolind) do MEC, foi realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em dez etapas presenciais, entre os anos de 2006 e 2011. Em cada etapa, foram convidados pesquisadores e educadores indígenas de todas as regiões do Brasil para atuarem como professores do Curso, trazendo para a comunidade universitária suas abordagens sobre os diversos temas estruturantes de cada etapa.

Esta seção apresenta alguns desses pensamentos, através de suas palestras transcritas pelos monitores do eixo de Múltiplas Linguagens do FIEI e editadas por Mara Vanessa Dutra.

Pensamento selvagem: jardim da biodiversidade

Isaac Ashaninka / maio de 2007

Daniel Baniwa / Xxxxxxxx de 2011

Edvaldo Xerente / Setembro de 2010

Prefinha Truká / setembro de 2006

Alberto Terena / maio de 2009

Fátima Yawanawá / maio de 2008

Tonico Benites / setembro de 2009

Higino Tuyuka / Xxxxxxxx de 2011

Fernanda Kaingang / maio de 2010

Nani Yawanawá / maio de 2008

Djerá Poty Miri / setembro de 2007

Maria das Dores de Oliveira / maio de 2006

Itamar Krenak / setembro de 2010

Kanatyó Pataxó / setembro de 2010

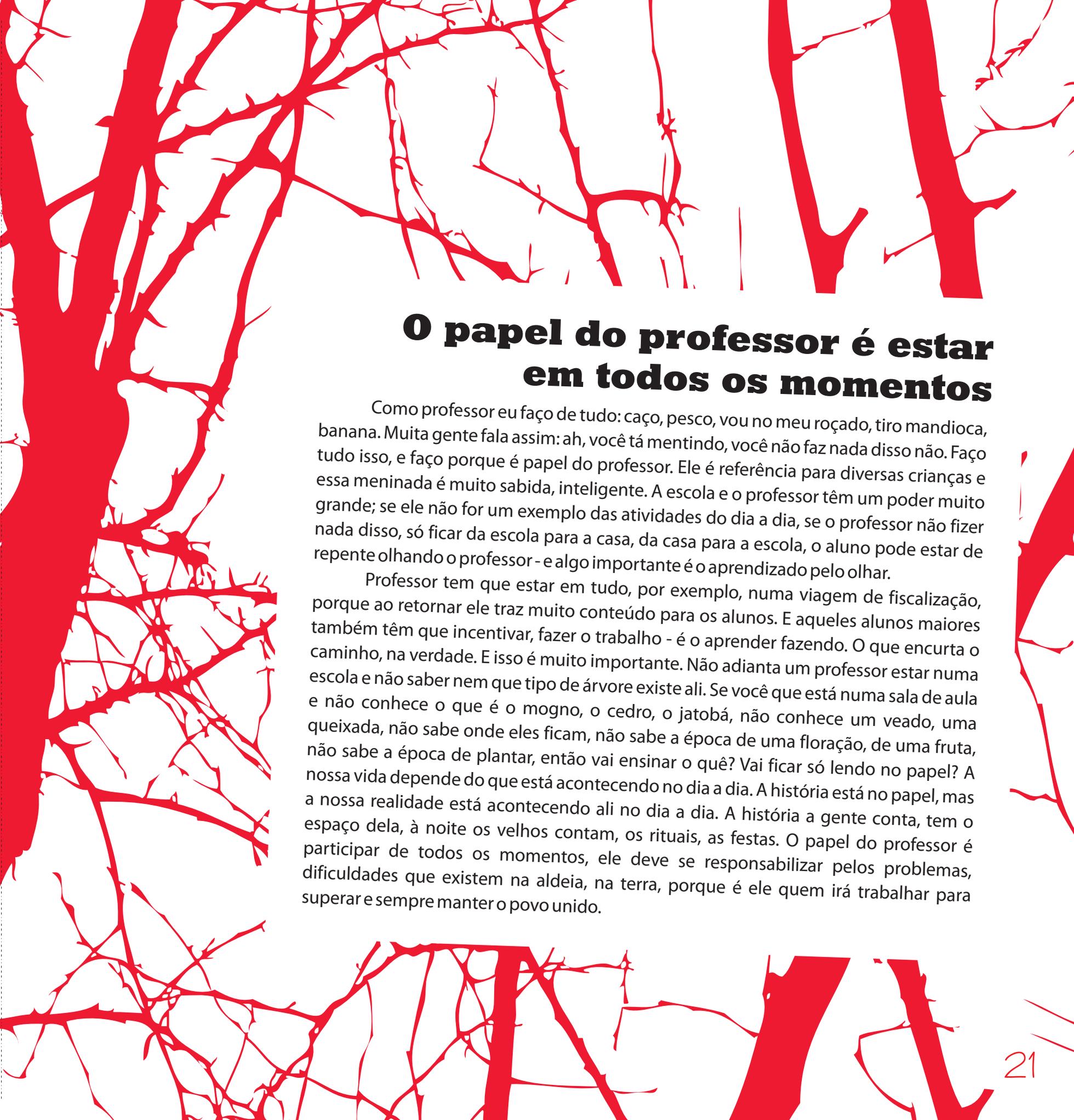
Mutuá Mehinaku / setembro de 2008

Discutir a escola é repensar o mundo

O povo Ashaninka tem uma população de aproximadamente 100 mil - enquanto no Brasil somos basicamente mil, no Peru somos mais. Vivo no Brasil, assim como os meus pais e avós. Tem uma história de que foi o Brasil e o Peru que chegaram até os Ashaninka e não os Ashaninka que chegaram ao Brasil, ao Peru. Na minha aldeia atuo como professor e fui um dos primeiros a começar o trabalho.

O encontro com outros professores indígenas de Minas Gerais propicia compartilhar conhecimentos, experiências, trocas. Eu sou de uma região diferente do estado de Minas, no Acre ainda tem muita floresta. E que atualmente é alvo da grande destruição que as etnias de Minas já vivenciaram. Conhecer o curso de formação de professores indígenas de Minas permite aprender com eles, conhecer outras experiências e também falar da minha experiência específica com educação. Mas o que é educação? Essa educação que está apenas em sala de aula? Qual o ponto de partida para pensar o que é educação?

No Acre, desde 1983, lutamos por um curso superior, porém a universidade não tem criado o possível no nosso aprendizado. **O nosso aprendizado acontece a cada dia é no mundo. A universidade é apenas uma titulação, um espaço dentro da sociedade, mas há outros aprendizados. Cada um que nasce aluno também é um professor, e cada criança também é um professor.** É necessário discutir questões referentes à escola, ao mundo, às aldeias, aos povos indígenas, às dificuldades. **Discutir a relação com a escola e a educação hoje nas aldeias é repensar o mundo que nos rodeia,** e que muitas vezes nos prejudica e afasta da realidade da relação com a natureza.



O papel do professor é estar em todos os momentos

Como professor eu faço de tudo: caço, pesco, vou no meu roçado, tiro mandioca, banana. Muita gente fala assim: ah, você tá mentindo, você não faz nada disso não. Faço tudo isso, e faço porque é papel do professor. Ele é referência para diversas crianças e essa meninada é muito sabida, inteligente. A escola e o professor têm um poder muito grande; se ele não for um exemplo das atividades do dia a dia, se o professor não fizer nada disso, só ficar da escola para a casa, da casa para a escola, o aluno pode estar de repente olhando o professor - e algo importante é o aprendizado pelo olhar.

Professor tem que estar em tudo, por exemplo, numa viagem de fiscalização, porque ao retornar ele traz muito conteúdo para os alunos. E aqueles alunos maiores também têm que incentivar, fazer o trabalho - é o aprender fazendo. O que encurta o caminho, na verdade. E isso é muito importante. Não adianta um professor estar numa escola e não saber nem que tipo de árvore existe ali. Se você que está numa sala de aula e não conhece o que é o mogno, o cedro, o jatobá, não conhece um veado, uma queixada, não sabe onde eles ficam, não sabe a época de uma floração, de uma fruta, não sabe a época de plantar, então vai ensinar o quê? Vai ficar só lendo no papel? A nossa vida depende do que está acontecendo no dia a dia. A história está no papel, mas a nossa realidade está acontecendo ali no dia a dia. A história a gente conta, tem o espaço dela, à noite os velhos contam, os rituais, as festas. O papel do professor é participar de todos os momentos, ele deve se responsabilizar pelos problemas, dificuldades que existem na aldeia, na terra, porque é ele quem irá trabalhar para superar e sempre manter o povo unido.

Línguas: falar palavras, falar conceitos

No Acre foi muito forte a questão do uso da língua. Às vezes, as pessoas não diziam que aquela pessoa tinha uma língua diferente, eles não falavam que era uma língua, chamavam de gíria. E se tornou um conceito muito preconceituoso contra as sociedades indígenas. Isso mudou as pessoas. A língua não pertencia a eles, só falavam a língua materna escondidos. E hoje, em alguns povos, a língua desapareceu. E aí?

Como que a gente vai se identificar como tal? E daí surge um grande preconceito também.

Com relação à língua, as pessoas pensam que se não fala a língua de origem não é mais índio. Mas não é só isso. As minhas tradições, os costumes, a forma de ver a floresta, de usar uma medicina, de fazer uma concentração para conversar com os espíritos das águas, dos animais, a pajelança, isso são os componentes de um povo, de uma cultura. Não é só a língua. Ela transmite os seus conhecimentos, ela está ligada à sua tradição. Mas não é porque não fala mais a sua língua de origem que deixou de ser aquele povo. Por mais que perdeu essa questão da transmissão através da língua nativa, tem diversos componentes ali da sua tradição, com que convive e que outra cultura não conhece, só aquele povo conhece e permanece com aquele povo.



E o que é a palavra escrita? O que é escolarização dos nossos conhecimentos? O que é produção de material didático? O que é essa palavra – “diferenciada, intercultural”- para a gente? No Acre e no Amazonas é muito forte a palavra “bilíngüe”, porque os povos lá, em sua maioria, têm a língua materna. Quando fazemos o nosso material didático, seja livro ou vídeo, sempre usamos a língua materna, até mesmo para incentivar outra comunidade, outro povo que vai assistir ao vídeo. E os vídeos são legendados em português.

Eu aprendi o português foi andando. Na minha aldeia tem duas ou três pessoas que falam o português, o restante não fala. A maioria é monolíngüe na nossa língua mesmo. No Acre tem muita gente que acha que precisa saber o português para se defender. Mas você é capaz de se defender na própria língua. Eu vejo o Davi Kopenawa, que não fala bem português, mas se pegarmos o discurso dele de duas horas, às vezes um professor de português daqui passa uma semana para explicar o que ele disse, e talvez não fale o que ele disse, o que ele falou em duas, três frases. Ele não fala palavras, fala conceitos que vai construindo.

Através do Vídeo nas Aldeias gravamos os velhos falando na língua Ashaninka.

Depois assistimos coletivamente com toda a comunidade. Chamamos todos para assistir. Fazemos até apresentação de outros materiais de outras comunidades para assistir outras danças, a forma de se organizar, planejar, vendo o que eles sabem fazer bem, pensando porque nós não fazemos também.

As crianças são produtoras de cultura. Se elas ficarem sozinhas, vão criar outra cultura – então, sempre tem que haver uma relação com os mais velhos. Há várias tecnologias da sociedade branca que nós usamos como instrumentos para o fortalecimento. Talvez eles criam com um objetivo e a gente utiliza com outro objetivo.

O livro e o vídeo são materiais de reflexão que possibilitam olhar o outro e olhar a si mesmo.

Ciência e tecnologia: a discussão da descoberta

A ciência, a tecnologia, é a discussão da descoberta. As sociedades indígenas, tanto no passado como no presente, têm necessidades, descobertas e tecnologias específicas. Penso no exemplo do enxame de abelhas que tem todas as tecnologias delas de fabricar, de fazer as suas coisas. São mundos, formas, visões, necessidades. São linguagens, é tudo isso. E hoje, por incrível que pareça, vivemos em outra situação, que talvez até vai ter tese sobre a linguagem do papagaio. É o mundo da disputa, do capitalismo, que acaba gerando muitas coisas e influi em toda a sociedade. Eu estava vendo que o macaco, na nossa terra, na nossa região, não pega uma pedra para quebrar o coco. Mas eu vi em algum canal de TV que passa sobre as vidas, as necessidades, que o macaco prego pega uma pedra, bate, bate até quebrar o coco para comer o bago dentro. Então, **de acordo com as necessidades, as pessoas, os animais, encontram suas tecnologias**, suas formas de vida, mas cada um no seu tempo, no seu espaço, com as suas necessidades.

Nós, Ashaninka, no passado, não tínhamos um território limitado e hoje temos uma terra limitada que nos obriga a desenvolver algumas coisas de acordo com o que existe ali, mas não fugindo daquilo que é a nossa base como povo. Se precisamos de uma necessidade suprimos a necessidade. Ninguém acumula bens, este é o ponto fundamental da sociedade. O que fazemos é nos apropriar de algumas tecnologias, alguns conhecimentos, mas sem alterar a nossa forma de usufruir dos recursos.

É nesse sentido que eu vejo o desenvolvimento de tecnologia de clonar alguém. Isso a gente já faz há muito tempo com as frutas, com as coisas. E se quiséssemos já teríamos feito. Não precisamos. Mas temos essas coisas. O fazer cor de urucum, cor de algodão, são ciências, saberes que se a gente quiser a gente faz, a gente é capaz, só que hoje pensamos que a nossa necessidade, a nossa vida, sempre temos aquilo perto de nós, no nosso dia a dia.

Queremos a diversidade de vida. Porque se perdermos a diversidade perderemos a nossa energia, força, nossos mundos, nossas relações espirituais.

Sendo este já outro caminho da ciência. Esse mundo espiritual que ele (o índio) não altera nada - ele mexe com uma coisa, ele respeita outra, que é uma forma de visão através do olhar, do sonho, e descobre. Se alguém descobre uma medicina que serve para algo, para a cura, também tem o mesmo processo de descoberta, de investigação, de teste. Temos os nossos cientistas, mas que não alteram tanto como os daqui, que criam as indústrias, que ficam queimando não sei quantas coisas. A gente, não. **A nossa fala é só no vento, na força do olhar, da imaginação.** Essas são formas, nossos caminhos de pensar. Não desconsidero nenhuma ciência do mundo, mas vejo uma grande destruição da humanidade. Algumas coisas servem para cortar alguma perna, operar algo, mas, se pensarmos, a natureza também se encarrega disso. Quando nascem diversas árvores juntinhas, faz o controle - umas nascem e depois algumas têm que se desfazer, se tornar adubo, para outras crescerem. Então são coisas que acreditamos, vemos e sabemos.

Um ponto de partida de vida mais longa é não alterar a nossa forma de viver, não alterar o que está lá, se você sabe que aquilo serve para algo, deixa ali; se necessita, pega. Se está acabando, vamos trabalhar para aumentar. Ajudar a natureza, estudar uma forma de proteger, pois nós sempre vamos precisar e os nossos filhos também. **Eu e o meu povo trabalhamos essa concepção de mundo, a cultura como uma alternativa, uma ciência, uma tecnologia de sempre viver com a natureza,** sem prejudicar a nossa vida e a vida dos outros. Sempre com esse espírito. **A nossa matemática é a do viver bem, a do dividir, pois se você está bem o outro também tem que estar.**

Isaac Ashaninka

Professor Indígena

Palestra proferida em maio de 2007

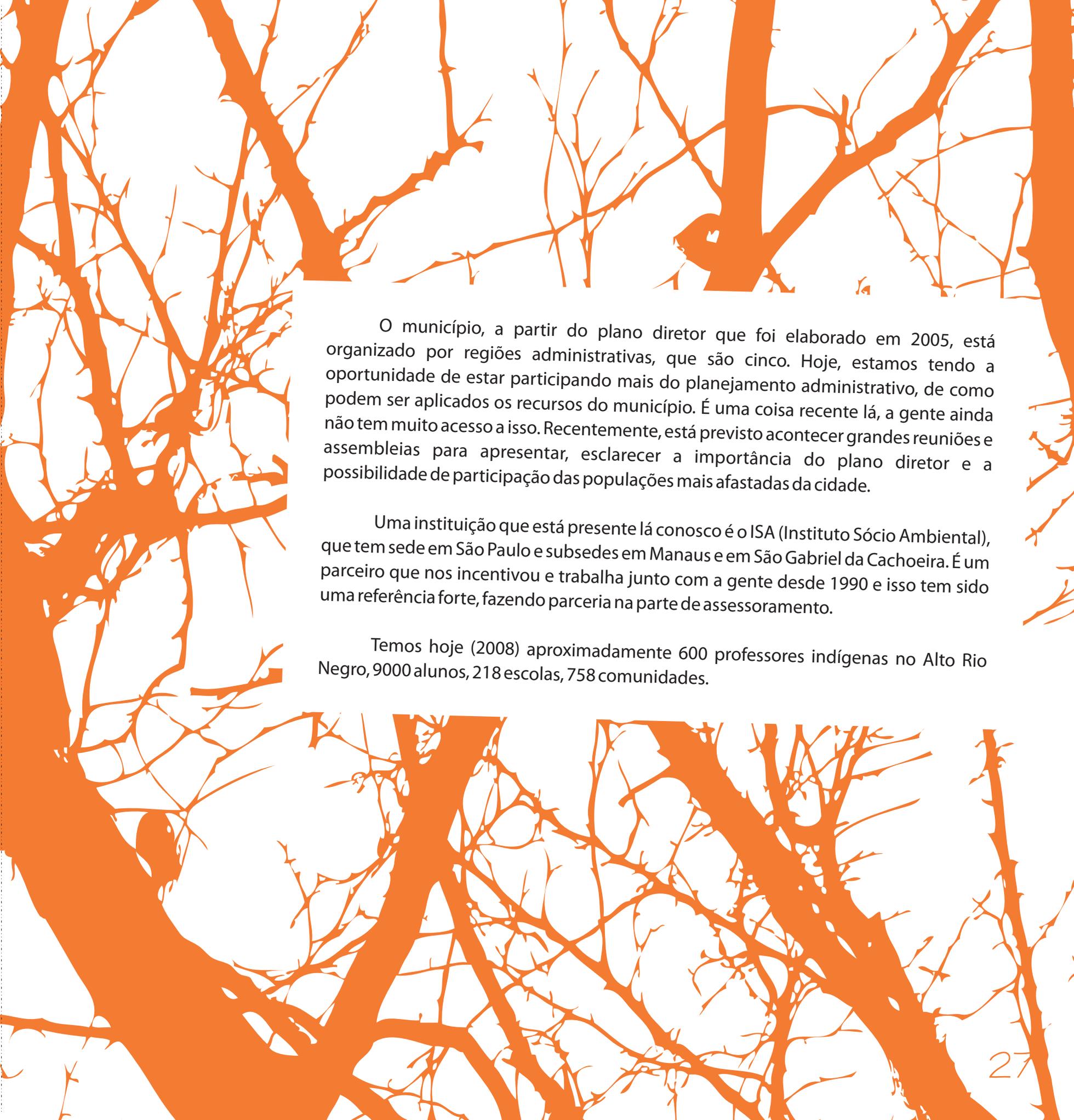
A experiência de educação escolar indígena do Alto Rio Negro

De onde vim, a educação escolar indígena é municipalizada. Está subdividida a responsabilidade - o município é responsável por atender o ensino fundamental e o estado é responsável por atender o nível médio. Eu faço parte da equipe do “Departamento de Educação Escolar Indígena”, que tem a finalidade de estar acompanhando e articulando as escolas indígenas do município.

O município de São Gabriel da Cachoeira localiza-se na região do Alto Rio Negro, no noroeste do estado do Amazonas, nas fronteiras do Brasil com Colômbia e Venezuela. Trata-se de uma região de terra firme, pouco elevada, coberta por floresta tropical densa, com solo de fertilidade natural baixa e clima quente e úmido.

Basicamente a gente está na mata virgem de lá. Tem inundação, que é periódica, mas não tem várzea. Em período de chuva, enche; e quando começa a parar de chover, começa a secar também. Tem muita chuva lá e tem muito sol. O frio que vocês têm em Minas, a gente não tem lá.

A área do território é de 112 mil quilômetros quadrados, o município em si representando 7,2% da área total. É o maior município do estado e é cortado por numerosos rios. Na região do Alto Rio Negro, convivem 23 povos indígenas que falam idiomas pertencentes a quatro famílias lingüísticas distintas. A população hoje é de 35 mil pessoas, espalhadas em 500 comunidades ao longo dos rios da região. Grande parte dessa população vive nas cinco maiores terras indígenas, que compõem a região do Alto Rio Negro.



O município, a partir do plano diretor que foi elaborado em 2005, está organizado por regiões administrativas, que são cinco. Hoje, estamos tendo a oportunidade de estar participando mais do planejamento administrativo, de como podem ser aplicados os recursos do município. É uma coisa recente lá, a gente ainda não tem muito acesso a isso. Recentemente, está previsto acontecer grandes reuniões e assembleias para apresentar, esclarecer a importância do plano diretor e a possibilidade de participação das populações mais afastadas da cidade.

Uma instituição que está presente lá conosco é o ISA (Instituto Sócio Ambiental), que tem sede em São Paulo e subsedes em Manaus e em São Gabriel da Cachoeira. É um parceiro que nos incentivou e trabalha junto com a gente desde 1990 e isso tem sido uma referência forte, fazendo parceria na parte de assessoramento.

Temos hoje (2008) aproximadamente 600 professores indígenas no Alto Rio Negro, 9000 alunos, 218 escolas, 758 comunidades.

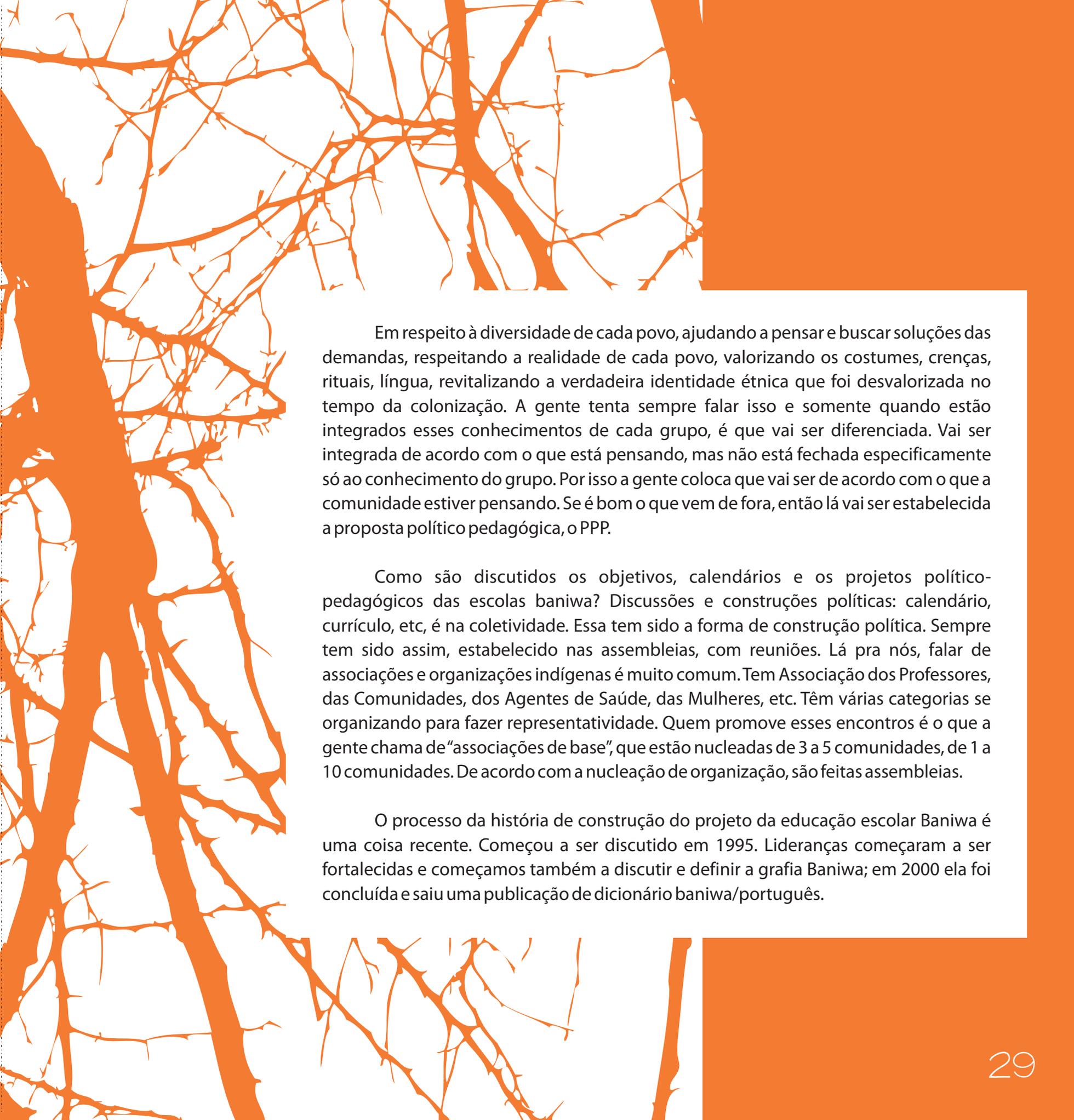
Educação diferenciada: respeito à diversidade e ao conhecimento tradicional

Sobre a educação escolar indígena, a gente tenta definir, conceituar o que seria isso lá no Rio Negro. É uma educação pensada, planejada e mantida pela vontade livre da comunidade indígena. Em respeito à diversidade cultural e à especificidade de cada povo, pensando em buscar soluções para as necessidades que a comunidade apresenta, valorizando os costumes, crenças, rituais, línguas, revitalizando a verdadeira identidade étnica que foi desvalorizada no tempo da colonização. Esse é um conceito que a gente tenta definir e tomar consciência que essa é o que seria uma educação escolar indígena. Nessas idéias, baseamos tudo o que a gente discute para construir uma proposta.

Desafio e plano da SEMEC junto aos povos indígenas: o objetivo dela hoje é consolidar a educação indígena diferenciada no município, respeitando e conhecendo as diferenças, a diversidade étnico-cultural, de acordo com a demanda, a necessidade e realidade de cada comunidade ou grupo étnico. Porque tem escola lá que representa um grande grupo, mas tem também escola que representa uma subdivisão de um grupo grande. Por exemplo, no caso da escola Baniwa, tem umas seis ou sete subdivisões. Algumas comunidades estão discutindo uma outra escola, tendo o fundamento de todos a mesma idéia, mas que pode ser variada, ou estabelecer uma variação para atender especificamente a necessidade daquelas comunidades. Por isso, a SEMEC tenta testar, sabendo que isso está acontecendo. Tem grupo étnico que está discutindo uma coisa mais específica para atender determinada coisa que está passando no momento, como o Baniwa, o Tuiúca e outros.

Todas essas etnias estão hoje com escolas diferenciadas, implantadas, experimentando. Tem grupos étnicos aqui que já têm de uma a quatro escolas dentro do seu território.

A gente trabalha muito com a Secretaria Municipal de Educação, fazendo articulação e representatividade. A gente sempre leva para nossa comunidade, porque nem sempre há um consenso em compreender o que seria a educação escolar indígena, tem muitas comunidades que não estão avançadas na compreensão do que seria a educação escolar diferenciada. A educação escolar indígena diferenciada é quando é pensada, planejada e mantida pela vontade livre. A aldeia precisa discutir e compreender em conjunto.



Em respeito à diversidade de cada povo, ajudando a pensar e buscar soluções das demandas, respeitando a realidade de cada povo, valorizando os costumes, crenças, rituais, língua, revitalizando a verdadeira identidade étnica que foi desvalorizada no tempo da colonização. A gente tenta sempre falar isso e somente quando estão integrados esses conhecimentos de cada grupo, é que vai ser diferenciada. Vai ser integrada de acordo com o que está pensando, mas não está fechada especificamente só ao conhecimento do grupo. Por isso a gente coloca que vai ser de acordo com o que a comunidade estiver pensando. Se é bom o que vem de fora, então lá vai ser estabelecida a proposta político pedagógica, o PPP.

Como são discutidos os objetivos, calendários e os projetos político-pedagógicos das escolas baniwa? Discussões e construções políticas: calendário, currículo, etc, é na coletividade. Essa tem sido a forma de construção política. Sempre tem sido assim, estabelecido nas assembleias, com reuniões. Lá pra nós, falar de associações e organizações indígenas é muito comum. Tem Associação dos Professores, das Comunidades, dos Agentes de Saúde, das Mulheres, etc. Têm várias categorias se organizando para fazer representatividade. Quem promove esses encontros é o que a gente chama de “associações de base”, que estão nucleadas de 3 a 5 comunidades, de 1 a 10 comunidades. De acordo com a nucleação de organização, são feitas assembleias.

O processo da história de construção do projeto da educação escolar Baniwa é uma coisa recente. Começou a ser discutido em 1995. Lideranças começaram a ser fortalecidas e começamos também a discutir e definir a grafia Baniwa; em 2000 ela foi concluída e saiu uma publicação de dicionário baniwa/português.

Pesquisa como eixo metodológico: transdisciplinaridade

Tendo a pesquisa hoje como um eixo metodológico, a evolução da escola indígena do Rio Negro se propõe a construir e acessar o conhecimento necessário para alcançar os níveis de desenvolvimento desejados. Tarefa ao mesmo tempo difícil e fascinante. Os primeiros resultados da implantação da experiência alternativa escola piloto SEMEC-FOIRN mostram que é uma proposta possível e que exige investimento e uma decisão política em todos os níveis: municipal, estadual, federal e organização civil.

Essa discussão vem desde 2007 e a SEMEC, junto com todas as escolas indígenas do Rio Negro, está estabelecendo essa proposta de método de ensino por meio de pesquisa. Isso estaria abrindo portas, um possível caminho para cada escola estudar, discutir e avançar nos assuntos de seu interesse, uma vez que o sistema de ensino disciplinar é muito fechado para o conhecimento tradicional nosso e da regionalidade que tem ali. Porque as informações que vêm de fora, a gente não tem como associar com todo o conhecimento, de forma a aprofundar e garantir a valorização e continuidade para os nossos jovens. A partir desse sistema de ensino, viabiliza, é muito aberto, transdisciplinar. Define a temática e envolve tanto as disciplinas quanto as discussões e a situação que a gente quer pesquisar. De acordo com o objetivo estabelecido, dá pra discutir, pesquisar e encontrar soluções ou compreender e achar alguma explicação de acordo com a problemática ou curiosidade de um determinado grupo étnico da aldeia mesmo. Por isso, a gente está tentando amarrar a pesquisa como eixo metodológico. É um grande desafio, não está muito avançado, mas estamos tentando, porque seria o ideal.

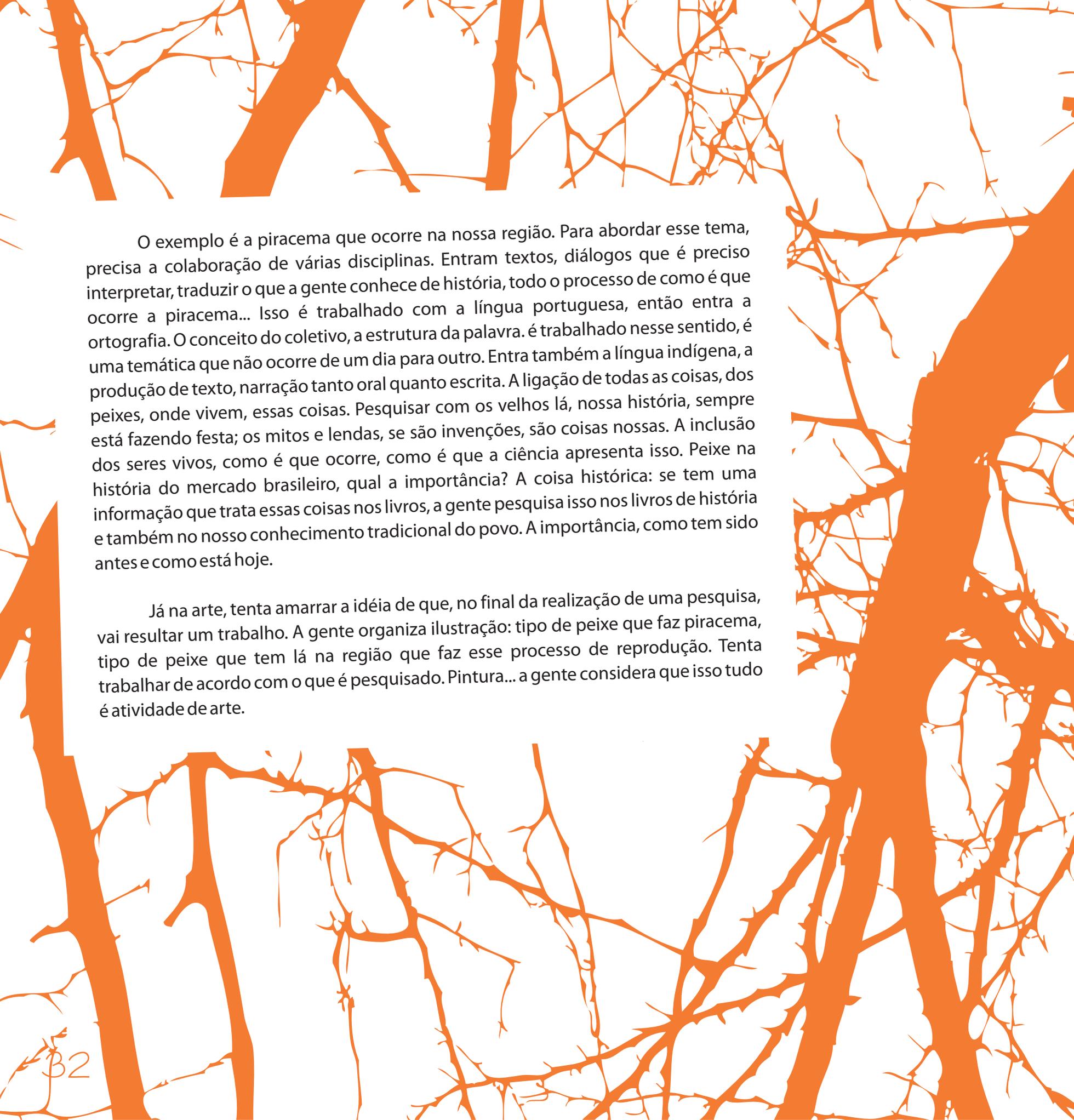


Com as experiências efetuadas nas escolas indígenas piloto (que foi nos Baniwa e nos Tuiúca) observou-se a importância do ensino através de pesquisa, no qual o aluno produz conhecimento, verificando a presença de interdisciplinaridade. A gente percebeu que isso deu certo, teve mais significado para os nossos alunos que frequentaram esse método de ensino. Estavam estudando tanto o conhecimento comum, aquele que considera o que vem de fora, só que também incorporando conhecimentos tradicionais nossos, de acordo com a temática estabelecida.

Desenvolve um estudo disciplinar, integrado com a pesquisa e também trabalha entrevistando e conversando com nossos velhos.

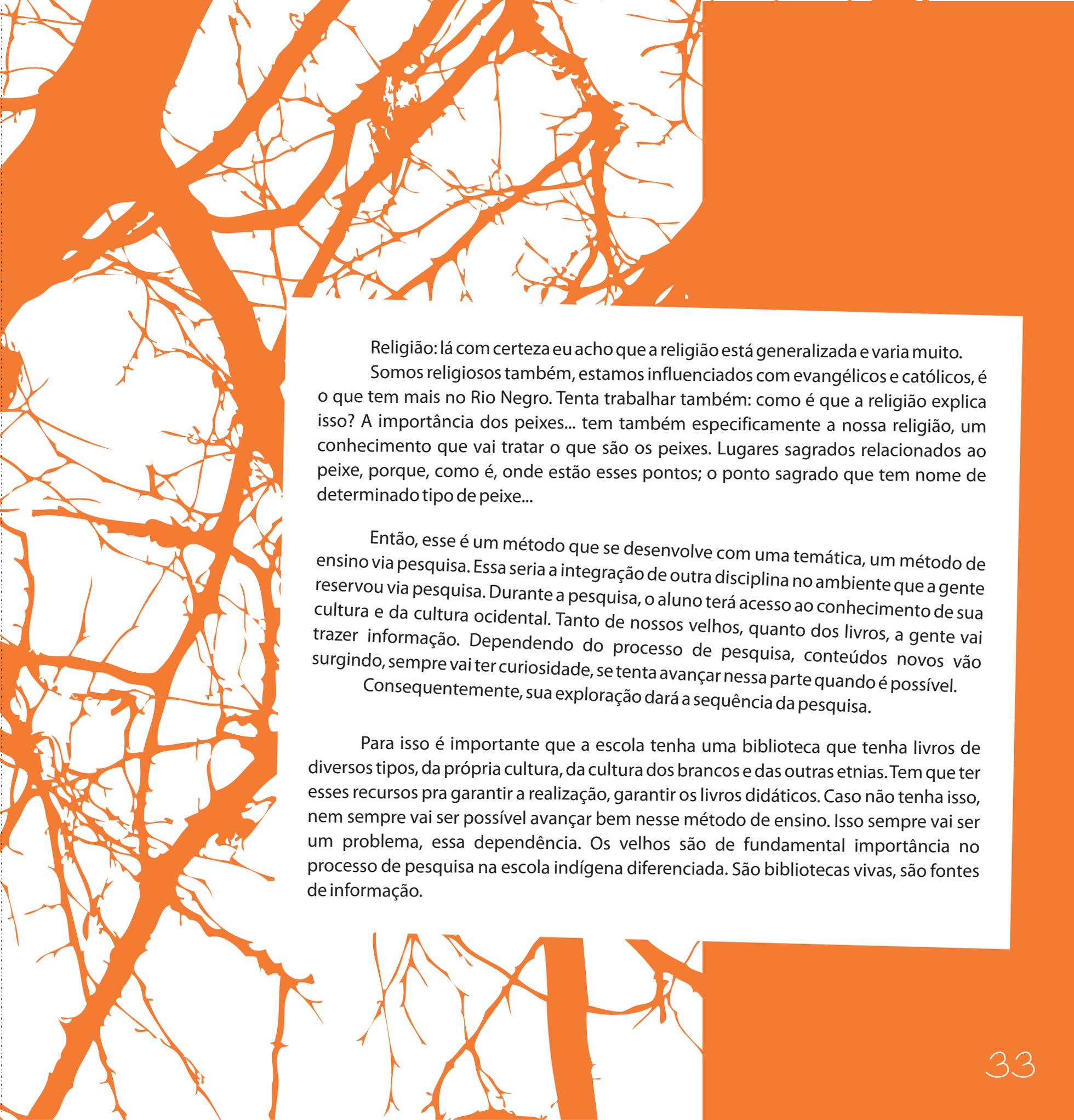
As aulas são trabalhadas a partir de uma temática, que é projetada de acordo com o que é certo de executar. No ensino fundamental tem que ser mais simplificado que no ensino médio e na pesquisa do nível superior. A gente trabalha as disciplinas, só que é assim: estabelece uma temática e, de acordo com o que isso, a gente tenta integrar a geografia, as ciências, etc.

Tendo esses fundamentos, o que seria a interdisciplinaridade? Duas ou mais disciplinas relacionam os seus conteúdos para aprofundar o conhecimento. Dessa forma, o professor, em conjunto com os alunos, ao abordar um determinado tema, as disciplinas se relacionam entre si, ao invés de se fecharem. O tema requer a ampliação dos conteúdos, incluindo diversos conhecimentos que servirão para fazer a pesquisa.



O exemplo é a piracema que ocorre na nossa região. Para abordar esse tema, precisa a colaboração de várias disciplinas. Entram textos, diálogos que é preciso interpretar, traduzir o que a gente conhece de história, todo o processo de como é que ocorre a piracema... Isso é trabalhado com a língua portuguesa, então entra a ortografia. O conceito do coletivo, a estrutura da palavra. é trabalhado nesse sentido, é uma temática que não ocorre de um dia para outro. Entra também a língua indígena, a produção de texto, narração tanto oral quanto escrita. A ligação de todas as coisas, dos peixes, onde vivem, essas coisas. Pesquisar com os velhos lá, nossa história, sempre está fazendo festa; os mitos e lendas, se são invenções, são coisas nossas. A inclusão dos seres vivos, como é que ocorre, como é que a ciência apresenta isso. Peixe na história do mercado brasileiro, qual a importância? A coisa histórica: se tem uma informação que trata essas coisas nos livros, a gente pesquisa isso nos livros de história e também no nosso conhecimento tradicional do povo. A importância, como tem sido antes e como está hoje.

Já na arte, tenta amarrar a ideia de que, no final da realização de uma pesquisa, vai resultar um trabalho. A gente organiza ilustração: tipo de peixe que faz piracema, tipo de peixe que tem lá na região que faz esse processo de reprodução. Tenta trabalhar de acordo com o que é pesquisado. Pintura... a gente considera que isso tudo é atividade de arte.



Religião: lá com certeza eu acho que a religião está generalizada e varia muito. Somos religiosos também, estamos influenciados com evangélicos e católicos, é o que tem mais no Rio Negro. Tenta trabalhar também: como é que a religião explica isso? A importância dos peixes... tem também especificamente a nossa religião, um conhecimento que vai tratar o que são os peixes. Lugares sagrados relacionados ao peixe, porque, como é, onde estão esses pontos; o ponto sagrado que tem nome de determinado tipo de peixe...

Então, esse é um método que se desenvolve com uma temática, um método de ensino via pesquisa. Essa seria a integração de outra disciplina no ambiente que a gente reservou via pesquisa. Durante a pesquisa, o aluno terá acesso ao conhecimento de sua cultura e da cultura ocidental. Tanto de nossos velhos, quanto dos livros, a gente vai trazer informação. Dependendo do processo de pesquisa, conteúdos novos vão surgindo, sempre vai ter curiosidade, se tenta avançar nessa parte quando é possível. Consequentemente, sua exploração dará a sequência da pesquisa.

Para isso é importante que a escola tenha uma biblioteca que tenha livros de diversos tipos, da própria cultura, da cultura dos brancos e das outras etnias. Tem que ter esses recursos pra garantir a realização, garantir os livros didáticos. Caso não tenha isso, nem sempre vai ser possível avançar bem nesse método de ensino. Isso sempre vai ser um problema, essa dependência. Os velhos são de fundamental importância no processo de pesquisa na escola indígena diferenciada. São bibliotecas vivas, são fontes de informação.

Encontros pedagógicos e oficinas

O que a SEMEC está fazendo para continuar garantindo o fortalecimento dessa iniciativa é o encontro pedagógico por calha de rio, de forma a haver essa integração de troca de experiência. O encontro pedagógico é pra discutir temáticas de interesse de uma determinada “calha” de rios. Lá não tem estrada, nós estamos distribuídos nos rios.

Chamamos de “calha dos rios”, pega um trecho de um rio e faz um encontro lá juntando todos os professores, aonde eles têm a oportunidade de estar ouvindo experiências, cada grupo apresenta a execução de sua pesquisa.

Mas mesmo assim, tem escola com muita resistência na cabeça do professor, não consegue sair dessa experiência na qual ele se formou e começou a trabalhar. Para tentar buscar essa mudança, a secretaria está fazendo esse curso pedagógico.

O objetivo do encontro pedagógico é construir uma política municipal de educação com ampla participação dos professores e lideranças indígenas e outros envolvidos nesse processo de discussão da ressignificação das escolas para os povos indígenas. Para o encontro pedagógico a gente tenta sempre levar nossas lideranças e outros que têm interesse, que estão sempre ajudando, acompanhando a atividade do professor. Sempre questionando, que se destacam como políticos lá. A Secretaria faz um convite aberto para quem tem disponibilidade pra participar, e a gente leva essas pessoas para o encontro pedagógico.

Está acontecendo também oficina de formação. Oficinas não muito grandes, porque seriam mais para atender a necessidade ou dificuldade de uma determinada escola ou uma calha de rio menor, de três ou quatro escolas. Porque nos rios onde estão distribuídas 50, 40 escolas, seria um “ponto”. Já oficina, seria uma concentração menor, onde são discutidas temáticas de acordo com o interesse dos professores. A gente faz um levantamento: “como é que está determinada calha?”; “quais coisas precisam ser melhoradas?”. E corre atrás de pessoas que já experimentaram, já sabem como fazer, seja assessor não indígena, seja professores indígenas que já experimentaram. São convidados para serem expositores.

Avaliação

Sistema de avaliação é um ponto chave no Rio Negro. Estamos estabelecendo que a avaliação não seja desse modelo que o MEC estabelece. Talvez uma coisa mais geral, que seria por numeração, passar aluno só quem pega nota seis pra cima. Lá estamos discutindo muito a discriminação e exclusão dos alunos. Estamos sabendo que em algumas universidades, algumas escolas, não fazem prova, não têm reprovação, mas formam pessoas competentes como em qualquer escola.

Hoje, a secretaria, junto com todas as escolas municipais e escolas indígenas, está propondo que a avaliação seja descritiva. Descrever o que o aluno está aprendendo em determinada série ou ciclo, quando o aluno começa a entrar. Descrever o que ele aprendeu em determinado período. Seja semestral ou anual, e colocar tópicos, avanços e dificuldades. Estamos experimentando isso. Nas escolas piloto a avaliação tem sido descritiva, porque a gente discutia muito lá, tanto Baniwa como Tuiúca, que se o aluno pode ser classificado de 5 a 10, se eu colocar 10 pro aluno, do quê esse aluno 10 é capaz? E o aluno 5, o que ele tem de conhecimento? Qual é a capacidade dele? Por que ele é número 5? Tem que discutir muito, por que ele é 5 e o outro é 10 ou 7?

A gente tenta amarrar a idéia de que, descrevendo o avanço do aluno, isso vai ficar mais claro para o pai estar acompanhando o que o filho está aprendendo. Está aprendendo a ler, a produzir texto, dialogar, expor idéias...

Seria essa a forma de avaliação. Também o aluno pode ter determinada dificuldade, e o professor vai descrever: "Aluno não consegue ler, mas consegue escrever"; " ele é tímido, não consegue se expressar num grupo".

Dessa forma, o pai vai estar mais consciente e poderia estar ajudando, conversando com o filho sobre a forma para passar desses obstáculos. Esse seria o sistema de avaliação ideal para a sociedade indígena do Rio Negro.

O Magistério Indígena

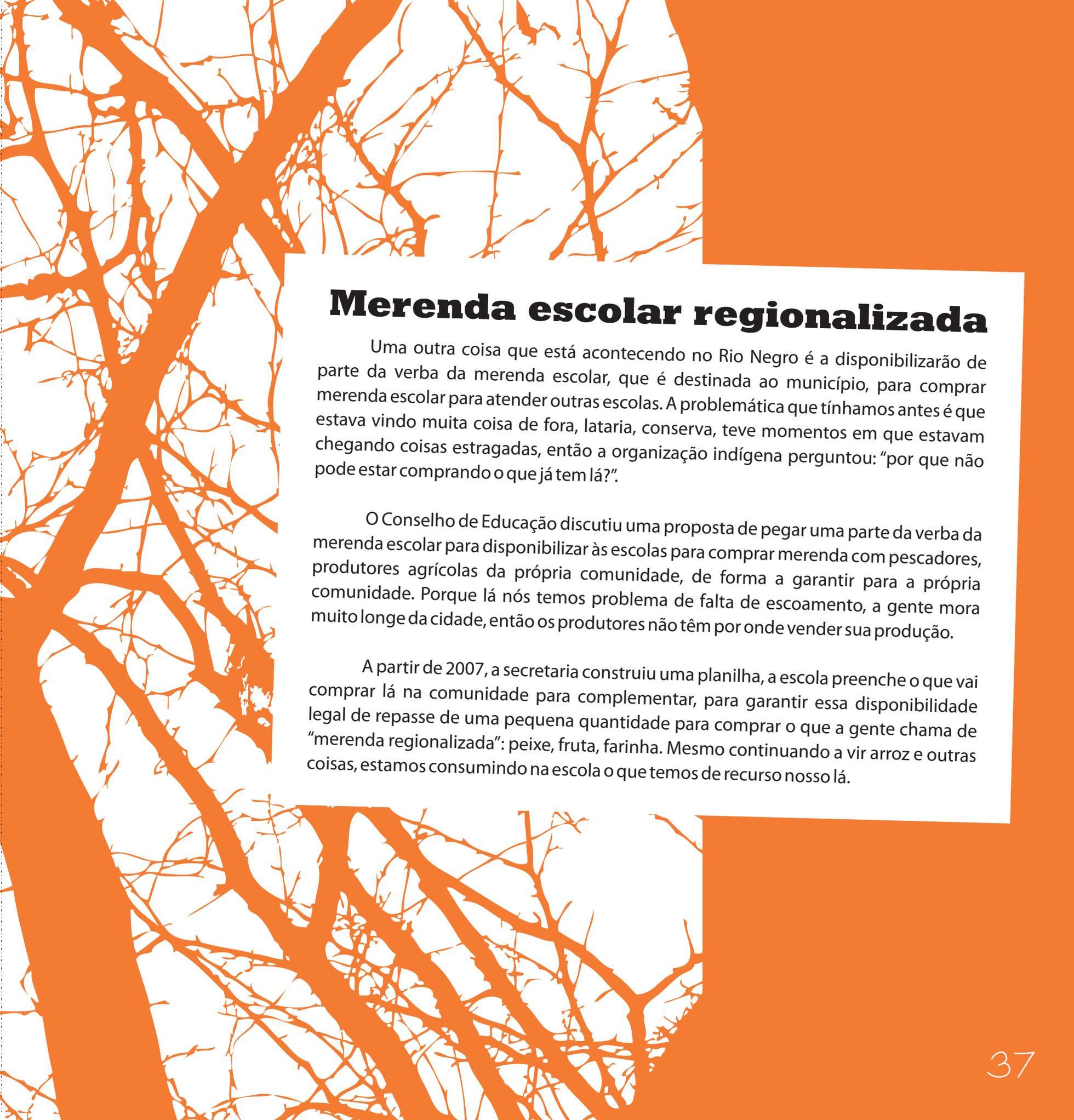
Está acontecendo Magistério Indígena II em cinco regiões, distribuídas no Rio Negro pelas famílias lingüísticas. Desde 2006 até agora (2008) já aconteceram quatro módulos. Mas até ano passado (2007), tem sido paralisado por falta de recurso. É um curso de suma importância para suprir a necessidade das comunidades que apresentam falta de professores indígenas, falantes da língua de cada comunidade. Com o Magistério Indígena II, esta deficiência está sendo superada.

Quando se trata de educação escolar indígena, professor que não é falante da língua é um problema no ensino, na nossa história de educação. Qual tem sido o problema? Sempre vinha professor de outro povo, que não fala a língua da criança, então isso fez com que, ao longo da nossa história, demorava muito para o aluno se alfabetizar.

Dentro da cidade, um professor alfabetiza em três a quatro meses; e um cidadão Baniwa, por exemplo, passa de um a quatro anos e não consegue ler. Está na sala de aula, só que não consegue avançar, ou consegue escrever e não consegue ler – uma criança de 5 a 7 anos...

Então, no momento que o professor é falante daquela mesma língua que a criança fala, tem mais oportunidade de conversar e ajudar a escrever a língua que a criança fala. O fato anterior era: todos os professores eram de outras regiões, tentando atender determinada comunidade que não era falante da sua língua. Era problemático vir professor de fora. Qual o problema? Chegava atrasado, precisava sair antes de completar, a comunidade não tinha condição de manter esse professor pra garantir alimentação, ou pelo menos o conforto de sua moradia. Pra tentar garantir e resolver essa problemática, qual seria a possibilidade? Precisa da formação de professor que seja daquela mesma comunidade, que seja falante daquela língua, ou pelo menos que seja daquela etnia. Isso hoje é uma realidade mais avançada.

Os alunos de Magistério são mais ou menos 320 professores indígenas, de cinco povos, com a predominância da língua Nheengatu, que foi introduzida, é uma derivação do tupi-guarani.



Merenda escolar regionalizada

Uma outra coisa que está acontecendo no Rio Negro é a disponibilização de parte da verba da merenda escolar, que é destinada ao município, para comprar merenda escolar para atender outras escolas. A problemática que tínhamos antes é que estava vindo muita coisa de fora, lataria, conserva, teve momentos em que estavam chegando coisas estragadas, então a organização indígena perguntou: “por que não pode estar comprando o que já tem lá?”.

O Conselho de Educação discutiu uma proposta de pegar uma parte da verba da merenda escolar para disponibilizar às escolas para comprar merenda com pescadores, produtores agrícolas da própria comunidade, de forma a garantir para a própria comunidade. Porque lá nós temos problema de falta de escoamento, a gente mora muito longe da cidade, então os produtores não têm por onde vender sua produção.

A partir de 2007, a secretaria construiu uma planilha, a escola preenche o que vai comprar lá na comunidade para complementar, para garantir essa disponibilidade legal de repasse de uma pequena quantidade para comprar o que a gente chama de “merenda regionalizada”: peixe, fruta, farinha. Mesmo continuando a vir arroz e outras coisas, estamos consumindo na escola o que temos de recurso nosso lá.

Projetos de sustentabilidade

Estão acontecendo também projetos de sustentabilidade. Os Baniwa estão tentando criar abelhas, isso vai complementar a alimentação e garantir condição econômica, tendo a possibilidade de revender também. Temos alguns técnicos que estão chegando à nossa região e isso está sendo trabalhado junto com as escolas.

Criação de peixes regionais, que é uma sustentabilidade também. A criação de aves também tem sido crítico. O ponto crítico hoje é como gente pode estar planejando e fazendo para garantir a alimentação tanto do peixe quanto das aves.

Porque quem vai criar peixe precisa garantir a alimentação, pra eles desenvolverem e crescerem. A gente está pegando umas técnicas pra fazer ração alternativa.

O povo Baniwa tem esse dom de trabalhar com o artesanato, em cima de arumã, matéria prima, um tipo de planta que tem na nossa região. Está surgindo também proposta de comercialização de pimenta. O povo Baniwa come muita pimenta.

Gestão

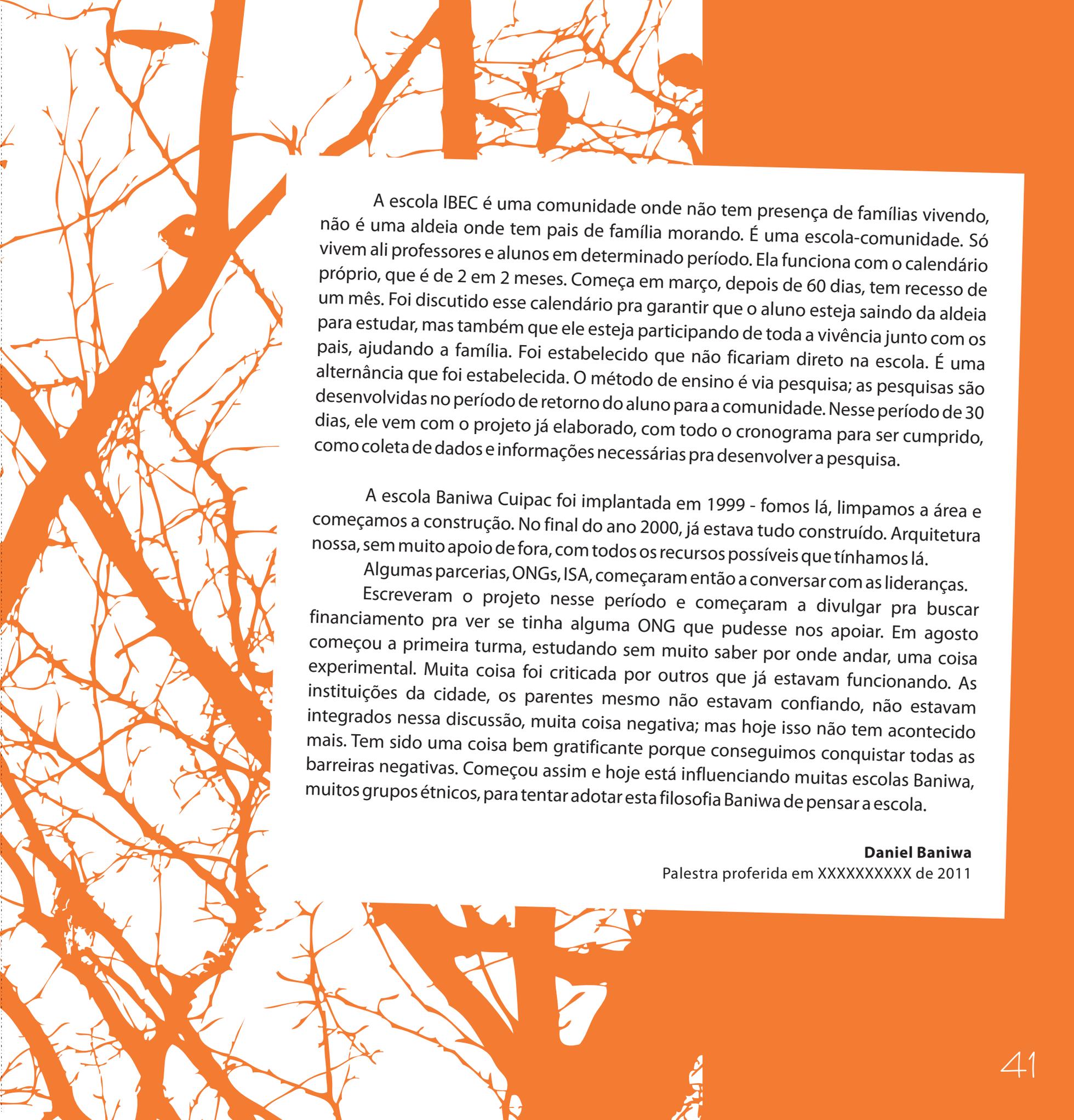
A partir de 2007 começou a surgir muita discussão de como seria, já que aqui era um sistema tradicional, com a gestão escolar dirigida pelos padres e funcionários salesianos. Começou a haver pressão pra tentar retomar a frente da escola, pra tentar fazer uma mudança. Foi quando em 2007 ou 2006 conquistaram um passo, em parceria com as organizações representativas do município, como a FOIRN e o ISA. Começaram a conversar, dialogar com o estado para ver essa possibilidade. Pela primeira vez na história dos Baniwa foi dada a oportunidade de um Baniwa dirigir a escola estadual.

Mas ainda está acontecendo essa resistência de professor mudar a sua prática. Isso tem avançado aos poucos. Hoje ela continua sendo chamada de Escola Estadual de Nossa Senhora de Assunção, mas agora estão lutando, já tem decreto de reconhecimento para chamar de Cariamã, que é um tipo de ritual, uma festa nossa bem importante na história, uma cerimônia de formação dos nossos jovens, da fase de adolescente para jovem. Cariamã é em língua nheengatu.

Ensino médio

Para dar continuidade de estudo, a gente tem encontrado uma dificuldade muito grande para implantar escolas de ensino médio, uma vez que estamos muito longe da instituição responsável, que é o estado. Então o estado abriu um espaço que, se for uma sala subordinada, que já é reconhecida legalmente, pode ser. Esse espaço foi aberto, uma pequena oportunidade. A escola sede tem duas salas de extensão hoje para atender ensino médio, na foz do Içana, onde eu trabalho hoje. Já está funcionando desde 2006. A gente não tem muita experiência de como estar atuando lá de forma a garantir a continuidade do ensino fundamental, o qual já está mais consolidado.

Com essa necessidade de escolas de ensino médio, a escola IBEC (escola indígena baniwa cuipãk) é pioneira. A princípio era representatividade de toda a calha, por isso tem esse nome. Está lutando pela implantação de ensino médio e está funcionando hoje lá com uma situação meio de vontade própria de todo o grupo dos professores, com apoio de assessorias, de ONGs, do ISA. Ela está funcionando desde o ano 2007, quando começou a fazer matrícula sem ter um parecer, um reconhecimento legal do estado. Porque na nossa experiência, a gente começou mais ou menos nesse processo - construímos essa proposta de educação escolar indígena do ensino fundamental sem haver ainda um decreto legal de conhecimento inicial pra começar a funcionar. A gente sabe que foi difícil começar a funcionar assim. Depois de um ano de funcionamento é que veio a ser reconhecida. Então, eles estão empenhados hoje lá, já fizeram atividade modular, por etapa. No início do ano estava acontecendo o 2º módulo e a gente não tem parecer legal de reconhecimento do estado para garantir o funcionamento.



A escola IBEC é uma comunidade onde não tem presença de famílias vivendo, não é uma aldeia onde tem pais de família morando. É uma escola-comunidade. Só vivem ali professores e alunos em determinado período. Ela funciona com o calendário próprio, que é de 2 em 2 meses. Começa em março, depois de 60 dias, tem recesso de um mês. Foi discutido esse calendário pra garantir que o aluno esteja saindo da aldeia para estudar, mas também que ele esteja participando de toda a vivência junto com os pais, ajudando a família. Foi estabelecido que não ficariam direto na escola. É uma alternância que foi estabelecida. O método de ensino é via pesquisa; as pesquisas são desenvolvidas no período de retorno do aluno para a comunidade. Nesse período de 30 dias, ele vem com o projeto já elaborado, com todo o cronograma para ser cumprido, como coleta de dados e informações necessárias pra desenvolver a pesquisa.

A escola Baniwa Cuipac foi implantada em 1999 - fomos lá, limpamos a área e começamos a construção. No final do ano 2000, já estava tudo construído. Arquitetura nossa, sem muito apoio de fora, com todos os recursos possíveis que tínhamos lá.

Algumas parcerias, ONGs, ISA, começaram então a conversar com as lideranças.

Escreveram o projeto nesse período e começaram a divulgar pra buscar financiamento pra ver se tinha alguma ONG que pudesse nos apoiar. Em agosto começou a primeira turma, estudando sem muito saber por onde andar, uma coisa experimental. Muita coisa foi criticada por outros que já estavam funcionando. As instituições da cidade, os parentes mesmo não estavam confiando, não estavam integrados nessa discussão, muita coisa negativa; mas hoje isso não tem acontecido mais. Tem sido uma coisa bem gratificante porque conseguimos conquistar todas as barreiras negativas. Começou assim e hoje está influenciando muitas escolas Baniwa, muitos grupos étnicos, para tentar adotar esta filosofia Baniwa de pensar a escola.

Daniel Baniwa

Palestra proferida em XXXXXXXXXX de 2011

Língua, escola, oralidade e registro

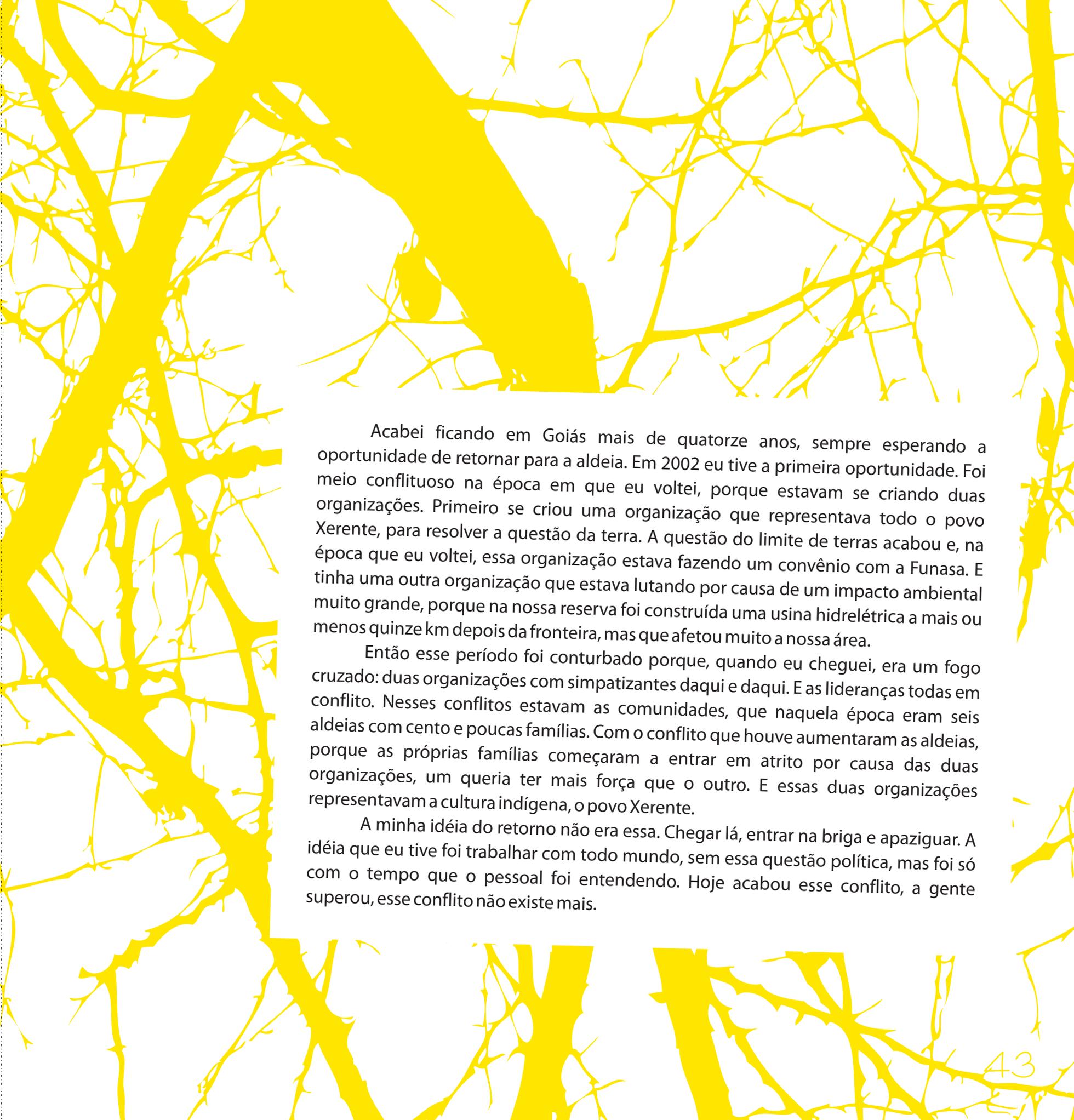
O caminho de volta

Meu nome é Edvaldo. Faço graduação em Comunicação Social na Universidade Federal em Tocantins. Eu fiz o ensino médio e me preparei para ser técnico em agropecuária. Fiz o ensino fundamental fora da aldeia, porque naquela época, se você quisesse dar continuidade ao estudo, tinha que deixar a aldeia e ir para a cidade. Na minha época, na década de 70, início de 80, a dificuldade era muito grande para a gente estudar. Nós pertencíamos ao Estado de Goiás e a capital ficava em Goiânia, onde se encontrava a sede da Funai. Assim, a assistência para nós era muito rara, muito precária.

Na minha história eu tive que deixar a minha aldeia, os meus pais, porque eu tinha o objetivo de buscar algum conhecimento que não era específico nosso. Eu optei por cursar agropecuária para levar para a aldeia algumas técnicas diferentes para introduzir. Sabemos que, quando a mata é muito desgastada, a gente recorre aos meios tecnológicos para obter uma produção melhor. E isso, na época, me incentivou a sair da aldeia.

Nessa ida, eu acabei demorando muito mais. A dificuldade que eu tive para sair, eu tive para voltar. Fiquei dezenove anos distante do meu povo. Concluí o segundo grau. E dali eu queria fazer um curso superior, mas no mesmo ramo, que era a agronomia, porque eu sempre visei essa questão da sobrevivência, da agricultura, de conhecer outra forma de manejo do solo. Voltei para Goiânia, prestei vestibular lá, mas na época não consegui ingressar na universidade, porque o curso preparava a gente para ser um profissional daquela área, mas não para seguir a carreira na universidade.

Essa era a filosofia da escola em que eu tinha estudado.



Acabei ficando em Goiás mais de quatorze anos, sempre esperando a oportunidade de retornar para a aldeia. Em 2002 eu tive a primeira oportunidade. Foi meio conflituoso na época em que eu voltei, porque estavam se criando duas organizações. Primeiro se criou uma organização que representava todo o povo Xerente, para resolver a questão da terra. A questão do limite de terras acabou e, na época que eu voltei, essa organização estava fazendo um convênio com a Funasa. E tinha uma outra organização que estava lutando por causa de um impacto ambiental muito grande, porque na nossa reserva foi construída uma usina hidrelétrica a mais ou menos quinze km depois da fronteira, mas que afetou muito a nossa área.

Então esse período foi conturbado porque, quando eu cheguei, era um fogo cruzado: duas organizações com simpatizantes daqui e daqui. E as lideranças todas em conflito. Nesses conflitos estavam as comunidades, que naquela época eram seis aldeias com cento e poucas famílias. Com o conflito que houve aumentaram as aldeias, porque as próprias famílias começaram a entrar em atrito por causa das duas organizações, um queria ter mais força que o outro. E essas duas organizações representavam a cultura indígena, o povo Xerente.

A minha idéia do retorno não era essa. Chegar lá, entrar na briga e apaziguar. A idéia que eu tive foi trabalhar com todo mundo, sem essa questão política, mas foi só com o tempo que o pessoal foi entendendo. Hoje acabou esse conflito, a gente superou, esse conflito não existe mais.

Língua Materna

Eu tive dificuldades até de me expressar, por causa da língua materna. Por exemplo, se a gente começa a estudar inglês, todo o raciocínio nosso é em português, a gente nunca vai pensar em inglês, nunca vai imaginar alguma coisa em inglês, é tudo em português. Assim, a língua materna.

Isso me atrapalhou muito na interpretação de texto. Era a maior dificuldade para mim. Eu não conseguia pensar aquilo ali, ler e entender em português. Aí veio uma série de coisas, matemática, ciências, aquelas coisas que lá dentro da aldeia eu não conhecia, eu não sabia falar.

Na nossa língua já somos treinados. É interessante saber escrever, saber registrar tudo, é uma forma de a gente garantir a nossa identidade. Mas se você entrar na faculdade, ninguém está nem aí para isso, pra quem é você, se é grego, se é índio. Você tem que aprender aquela disciplina, tem que dar conta; senão, não é bom aluno. Então causa um conflito de pensamento.

Talvez alguma coisa científica eu acabe entendendo melhor, aí quando vou contar na língua, não consigo. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Sobre a questão de que se é bom a pessoa se formar na língua. Os professores indígenas estão trabalhando a linguagem. E isso atrapalha? Cada um tem que saber lidar com isso. Eu não tenho condições de afirmar que é ruim ensinar a língua, é ruim aprender a cultura, porque vai atrapalhar. Também não posso falar que é ruim estudar só a língua portuguesa, porque é melhor para nós. Eu acho que a gente tem que oferecer condições. Você tem esse e esse daqui. Cabe, depois da formação, a pessoa escolher qual é melhor.

A dificuldade lingüística na vida da cidade

Quando eu saí, tinha doze anos. Eu não conhecia bem; eu tinha ido à cidade talvez umas três ou quatro vezes. Convivia mais na aldeia. Aí, a primeira experiência foi ruim. É como se diz, você sai de casa, de cara para um lugar, sozinho. Porque lá tinha um grupo de estudantes já. Eu era menino, um dos mais novos entre os estudantes.

Mas a primeira dificuldade é a língua mesmo, até você se acostumar a falar em português.

Você se depara com pessoas que não são do seu convívio, como é que você vai se comunicar, na sua cabeça o pensamento é todo na língua. E para se comunicar com o professor, com os colegas... Às vezes, você entende, mas não consegue se expressar. É complicado.

Mas outra parte legal foi o contato constante com os não indígenas, porque eu fui me afastando, fui primeiro para a cidade de Miracema, que era a dezoito quilômetros, e daí logo em seguida eu fui para Araguaína, que fica a trezentos quilômetros da aldeia. De Araguaína, fui para o sul de Goiás, que fica a mil e tantos quilômetros. Então tudo isso foi uma quebra de barreiras.

Eu não continuei falando a língua em casa porque não tinha com quem praticar, eu era sozinho. Não tinha como se comunicar, porque, naquela época, até a comunicação era difícil.

Nem mandar carta para a aldeia tinha como, porque não tinha endereço; telefone, muito menos. Tinha vez que passava um ano sem ir para a aldeia. Lá uma vez ou outra encontrava um parente, aí a gente falava na língua. Porque nós Xerente temos esse hábito, Xerente com Xerente não consegue falar em português. Em qualquer circunstância que a gente se encontra, é na língua, é automático. Às vezes me fugia alguma coisa, mas ali, contando história, perguntando, a pessoa vinha falando, eu ia recapitulando a minha língua de volta.

Depois passava mais seis meses, depois passava mais dois anos... Eu já passei até dois anos sem ir à aldeia, sem ter contato com ninguém. Foi na persistência, com o objetivo pessoal mesmo: 'eu vou vencer, eu quero contribuir com alguma coisa para a comunidade'. Sair e depois chegar lá sem nada! Pelo menos, conhecimento. Um emprego bom, não, mas pelo menos conhecimento: 'aprendi isso, que é assim, isso aqui está errado, é melhor a gente fazer assim...!'. A gente teve que buscar recurso, porque a terra está ficando pequena. Hoje não tem caça, não tem pesca, roça de toco não se faz mais, porque a mata não oferece mais, não tem mais peixe... Aí, com algum conhecimento, informações, a gente cria a opção, a alternativa, um meio de vida. Criar alternativas de sobrevivência, porque a tendência é sufocar.

Identidade

Tem que sair da sua aldeia, mas com a identidade. Mesmo que não conheça tudo, a gente sabe da origem, sabe da cultura, sabe da história de nosso povo, mesmo que não pratique. É como antigamente? Não é. A gente pratica da forma que a gente vive. Porque toda a sociedade tem sua mudança. É importante conhecer a nossa cultura? É. Mas nós temos que voltar lá, há mil e quinhentos anos? Não. Ninguém volta mais não. Mas é interessante a gente saber, conhecer? É interessante. Então, a gente nunca vai perder isso.

Educação Indígena

Da minha época para hoje, a política educacional Xerente melhorou muito. A gente não tinha incentivo do estado; tinha a Funai, mas era meio capenga. O pessoal que incentivou bastante, na época, foi a Missão - começou a produzir cartilha na língua, a introduzir a cartilha na educação. Depois se criou a monitoria, monitor indígena, para os índios começarem eles mesmos a se alfabetizar na língua.

Hoje evoluiu bastante a educação. As escolas são mantidas pelo estado. Temos professores contratados pelo estado, tanto indígenas como não indígenas. O estado contratava professores e, quando mudava o governo, a gente sabia que o próximo não renovava os contratos. Isso prejudicou muito. Então, os professores começaram a cobrar os direitos no Ministério do Trabalho. E graças a essas ações no Ministério do Trabalho, o estado abriu um concurso específico para professores indígenas, que são esses que já atuavam na área. Hoje, noventa e nove por cento dos professores indígenas são concursados no estado.

Nós temos 56 aldeias, 43 escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio, dentro da área indígena. E tem um convênio com um colégio da cidade onde a escola deixa uma reserva para os estudantes indígenas. Se o indígena quiser estudar na cidade, ele é livre. Mas a grande conquista que nós conseguimos foi a construção de escolas junto com a contratação de professores indígenas.

A alfabetização é geralmente feita primeiro na língua indígena; quando eles percebem que o aluno já está dominando a escrita, aí sim, vem a introdução do português. As nossas crianças, até os sete, oito anos, não falam o português, só a língua materna.

Depois veio o curso intercultural na Universidade Federal de Goiás. A Universidade Federal de Tocantins tem um sistema de cotas para os indígenas, com duas vagas por curso. Independente de qualquer curso, se a pessoa conseguir passar no Vestibular, ela entra. A disputa é entre os indígenas. Não foi a Universidade que ofereceu, foi também uma conquista. Reivindicações das lideranças, junto com os professores e os jovens interessados. A gente está nessa batalha, consideramos que falta muita coisa pra gente alcançar, mas estamos já alcançando, porque estão se abrindo as portas. Com esses cursos dos professores indígenas, com certeza vai melhorar a educação das crianças.

Centro do Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix)

O Centro do Ensino Médio foi criado com o intuito de cursos técnicos dentro da aldeia, para facilitar para os Xerente. O projeto era isso. Mas como demora a estruturar, está como ensino médio normal e já está funcionando com um curso técnico de enfermagem. Mas as disciplinas são iguais às da cidade. Tem dois professores indígenas que dão aula lá, porque tem as disciplinas normais, mais a língua indígena. Já para o curso técnico de enfermagem, tem um convênio em Miracema, que é uma cidade vizinha, porque os alunos fazem estágio no hospital de Miracema.

Tem certa demanda que às vezes a gente não consegue. Na implantação do Cemix era para ter todos os tipos de curso técnico, mas veio a questão de quem vai manter. O estado não pode, o MEC também não pode. Já se pensou de ser uma escola interna, aí veio aquela mesma questão: quem vai manter? Quem vai construir alojamento? Como é que vai funcionar? Quem vai pagar?

Na construção do Cemix, tivemos parceria do estado e da Funai. O projeto inicial era para ser uma escola interna. O estado entrou com a estrutura do prédio da escola e a Funai entrou com a construção do alojamento. Mas só conseguiu um alojamento. Era para ter dois, três alojamentos. É o estado que mantém o Cemix e o estágio é um convênio da escola com o hospital, que é do estado também. Tudo é parceria.

Esse processo surgiu primeiro com um projeto junto ao estado, que garantiu que ia construir e implantar o ensino médio. O primeiro passo foi esse, construir. O segundo passo, a conquista maior, foi o transporte. Foi o que facilitou muito. E a contratação de professores não indígenas para dar aula.

Escolas Indígenas

Professores Indígenas

São 43 escolas do ensino fundamental, do primeiro até o nono ano, e o ensino médio. No total são 44 escolas, com o Centro de Ensino Médio. São 1119 alunos matriculados, na área indígena, sendo que 251 são matriculados no Cemix.

Na alfabetização, na antiga primeira a quarta série, é professor Xerente. Nas aldeias maiores, que tem mais população, aonde vai até a oitava série, já tem professores não indígenas, pela habilitação nas disciplinas. E agora já tem indígena inserido nisso, porque na Universidade Federal já tem índios professores com formação em pedagogia.

Nas aldeias pequenas, a formação é só até a quarta série. Depois, vai para uma escola que tem até o nono ano. E chegando o nono ano, vai para esse Centro de Ensino Médio. A nossa área é dividida pelos postos da Funai (PIN). Nós temos cinco postos na área. Cada posto é composto por um número de aldeias e as escolas são centralizadas naquela região. Em cada microrregião, dentro do PIN, eles constroem uma escola até o nono ano.

Transporte Escolar

Nós conquistamos junto ao estado o transporte escolar devido ao difícil acesso que tinha. O que as lideranças fizeram: junto com os professores e pais, começaram a reivindicar os direitos. Então, foi conquistando. Pago pelo estado, combustível, motorista. Hoje, dificuldade de transporte não tem, porque onde tem escola, o transporte coletivo vai à aldeia. Nós temos aldeias de dez a setenta quilômetros da cidade.

Mas não foi fácil. Foi batalha, foi luta, cobrando. E hoje tem essa facilidade. Hoje já funciona o EJA à noite, com transporte que roda quase 50 quilômetros, ida e volta. Hoje não tem dificuldade de transporte. Então, só não estuda se não quiser.

Educação Diferenciada

A questão do ensino médio depende do que a comunidade quer. Se você quer implantar um ensino médio com a mesma qualidade da capital, ou se quer adequar, suprir, só a necessidade da comunidade local. É uma questão a se pensar. Igual a educação diferenciada, quer se adaptar à realidade do índio, mas, ao mesmo tempo, tem essa outra dificuldade. E se você quiser ser um doutor? Eu me preparei, eu me formei para a realidade do meu povo, mas se eu resolver fazer medicina, vou ter dificuldade.

Nós pensamos em trazer o ensino com a mesma qualidade de fora para dentro da área, para evitar a evasão do jovem para a cidade, onde tem criminalidade, tem várias coisas. O índio sai da aldeia, vai para a cidade e, além de aprender na escola, ele vai aprender outras coisas. E lá na área indígena não, está um pouco protegido. E tem um convívio no dia a dia, lá é só índio. Mas vai atrapalhar, por exemplo, se ele quiser arrumar um serviço de psicólogo. O modo de relacionamento dentro da aldeia é uma coisa, de fora é outro. Então, sempre vai haver conflitos.

O conhecimento ajuda a enxergar

A demanda é muito grande. Nós precisamos de médico, nós precisamos de enfermeiros, nós precisamos de profissionais. Se a gente tiver que começar a buscar isso lá fora, para depois retornar, é interessante. Igual eu fiz, fui lá, perdi alguma vez contato, perdi um pouco do ritmo da cultura, do que falar, mas hoje eu me sinto um pouco útil, porque na formação que eu estou tendo eu aprendi e estou sentindo que há necessidade lá dentro. Antes de eu entrar na universidade eu não enxergava isso, parece que eu era cego. Nós temos uma coisa riquíssima dentro da área indígena e podemos trabalhar com ela. Isso para mim é interessante, conhecendo um pouco a questão da sociologia, da filosofia, da antropologia cultural, um pouco de cada coisa, você vai abrindo os olhos: 'eu posso contribuir aqui, eu posso contribuir ali'.

Importância da pesquisa e do registro

Igual a questão da nossa cultura, porque a biblioteca nossa não tem nada registrado. Nós temos professores indígenas que ensinam a língua, alfabetizam, mas não tem ainda um professor indígena para escrever a história, na língua, fazer um registro sobre o velho, o ancião, fazer o relato dele. Não tem porque vai ter ainda.

Com essa questão do pessoal que está fazendo os cursos em várias áreas, tudo está voltado para a aldeia: 'eu estou interessado em fazer isso, em fazer aquilo, eu quero pesquisar nessa área aqui...' Isso vai enriquecer e fortalecer, porque vai vir um trabalho de qualidade. Eu percebi que eu posso cantar, mas não sei dançar, não sei os cantos do pajé, não sei nada. Mas eu participo. E como eu vou fazer para manter isso? Aí é a hora que eu entro, eu posso contribuir. Como? Fazendo registro. Aí sim, me acho útil, porque eu tenho condições, não de fazer, mas de registrar, deixar alguma coisa. Porque a nossa história é oral, não é escrita. Tudo é oral.

Edvaldo Xerente

Palestra proferida em setembro de 2010

A escola e os projetos de futuro das sociedades indígenas

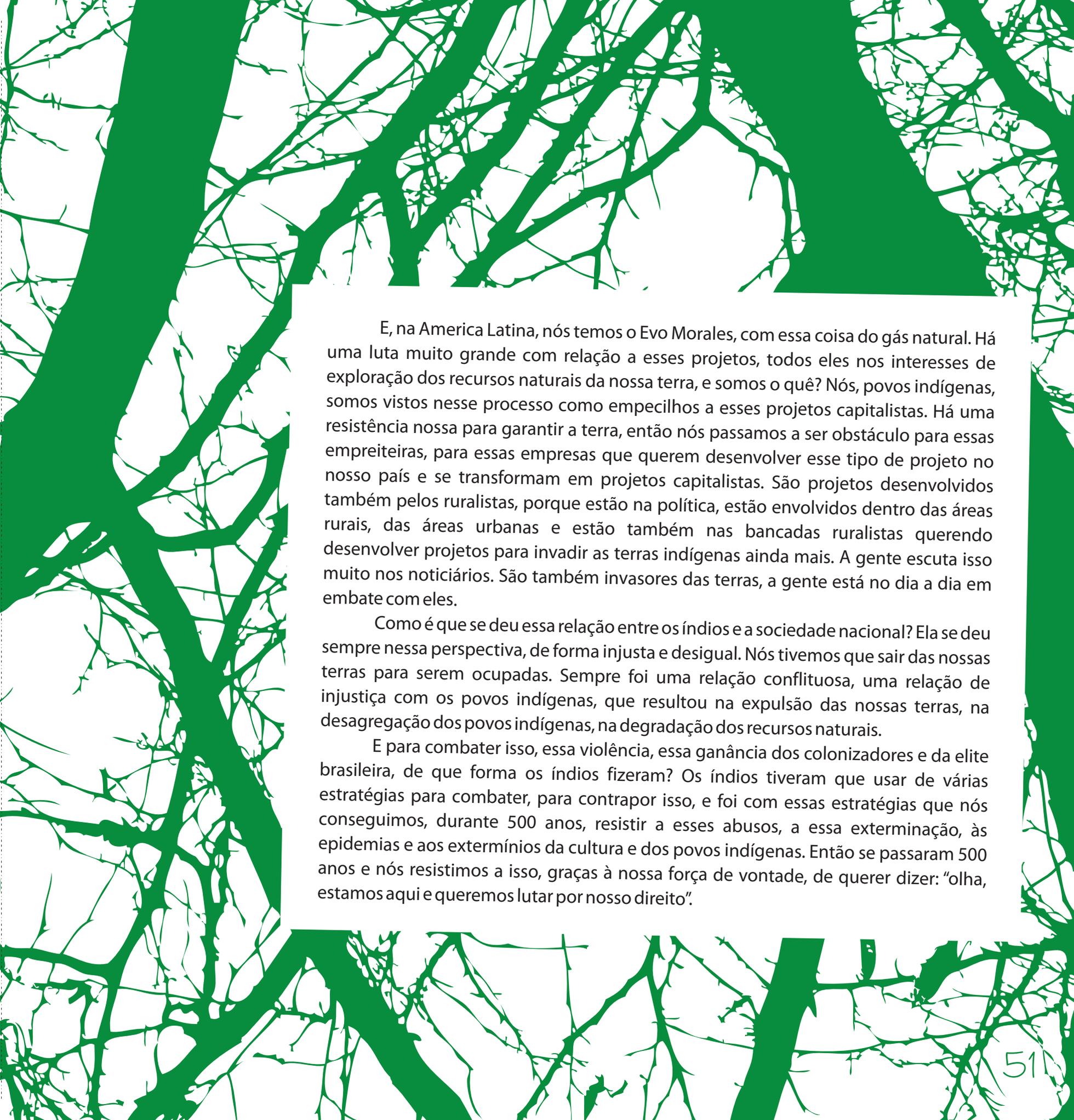
Meu nome é Pretinha, eu sou do povo Truká, que fica no município de Cabrobó-Pernambuco, a uns 560 quilômetros da capital, Recife. Meu território é uma ilha, são 6200 equitares de terra e há em torno de 4200 pessoas morando lá. Estou aqui não só representando o povo Truká, mas também a COPIPE, que é a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco, da qual eu sou membro, e também sou membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, que fica na estrutura do MEC em Brasília.

Minha fala é sobre o tema projetos sociais e movimento indígena, projeto de futuro dos povos indígenas.

Vou começar lembrando um pouco os processos históricos que nós vivenciamos desde a nossa atuação até a atuação dos projetos. E a escola também dos nossos povos, como é essa relação.

Desde a colonização, os povos indígenas são alvos de projetos - e projetos desenvolvidos por não índios. Até o momento, foram projetos criados para nós, mas com perspectiva diferente, uma projetos que vieram através do governo, da igreja, e todos eles foram na perspectiva de exterminação dos povos indígenas. Para quê isso?

Para ocupação dos territórios indígenas. Então, os projetos foram desenvolvidos com essa intenção: a expulsão dos povos indígenas e a ocupação dos nossos territórios. E assim desenvolveram-se os interesses econômicos, os interesses europeus. Era projeto deles, por exemplo, no começo da colonização, a extração do pau-brasil, os minérios, a exploração dos minérios, dos recursos naturais. Nós temos como exemplo o projeto de transposição do rio São Francisco, agora bem atual, um projeto do governo, de custo altíssimo, e nós tivemos antes os projetos dos canaviais de cana de açúcar. Vários territórios foram invadidos para ocupar nessa intenção, nessa perspectiva de exploração da terra. Temos também, atualmente, a soja transgênica, no Mato Grosso. Isso é bem legível lá, estão todos os territórios ocupados, por isso é uma luta muito grande.



E, na América Latina, nós temos o Evo Morales, com essa coisa do gás natural. Há uma luta muito grande com relação a esses projetos, todos eles nos interesses de exploração dos recursos naturais da nossa terra, e somos o quê? Nós, povos indígenas, somos vistos nesse processo como empecilhos a esses projetos capitalistas. Há uma resistência nossa para garantir a terra, então nós passamos a ser obstáculo para essas empreiteiras, para essas empresas que querem desenvolver esse tipo de projeto no nosso país e se transformam em projetos capitalistas. São projetos desenvolvidos também pelos ruralistas, porque estão na política, estão envolvidos dentro das áreas rurais, das áreas urbanas e estão também nas bancadas ruralistas querendo desenvolver projetos para invadir as terras indígenas ainda mais. A gente escuta isso muito nos noticiários. São também invasores das terras, a gente está no dia a dia em embate com eles.

Como é que se deu essa relação entre os índios e a sociedade nacional? Ela se deu sempre nessa perspectiva, de forma injusta e desigual. Nós tivemos que sair das nossas terras para serem ocupadas. Sempre foi uma relação conflituosa, uma relação de injustiça com os povos indígenas, que resultou na expulsão das nossas terras, na desagregação dos povos indígenas, na degradação dos recursos naturais.

E para combater isso, essa violência, essa ganância dos colonizadores e da elite brasileira, de que forma os índios fizeram? Os índios tiveram que usar de várias estratégias para combater, para contrapor isso, e foi com essas estratégias que nós conseguimos, durante 500 anos, resistir a esses abusos, a essa exterminação, às epidemias e aos extermínios da cultura e dos povos indígenas. Então se passaram 500 anos e nós resistimos a isso, graças à nossa força de vontade, de querer dizer: “olha, estamos aqui e queremos lutar por nosso direito”.

Estratégias recentes de resistência indígena

Vamos lembrar algumas estratégias desse período mais recente. Uma das estratégias foi a organização; outra, a luta pelo direito; e, principalmente, a luta pela terra.

A luta pela organização veio mais ou menos na década de 70, na época da ditadura militar, quando os índios, junto com outros movimentos, acharam importante a organização para unir e criar juntos estratégias de luta. A organização foi uma estratégia importante dos povos indígenas, que, hoje, nós chamamos atualmente de movimento indígena. Essa organização se deu nessa conjuntura. Hoje podemos citar a APOINME e a COIAB, como movimento indígena, que são as organizações locais, estaduais, e fazem parte dessa conjuntura de organização que nós, povos indígenas, iniciamos mais ou menos nessa década de 60, até os dias de hoje.

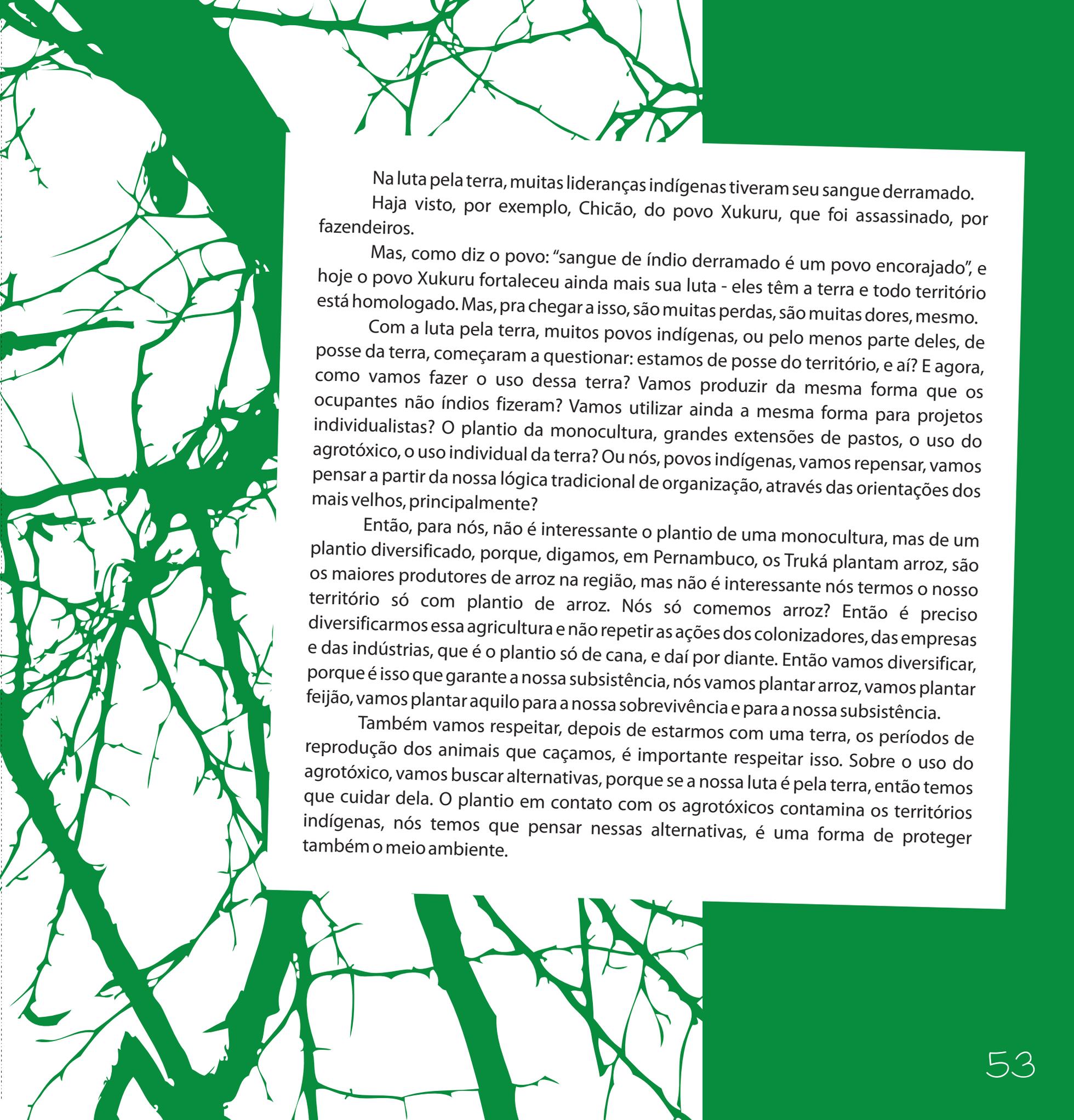
A luta pelos direitos, o estado brasileiro teve que respeitar a diversidade, teve que respeitar a forma que os povos indígenas encontram de se organizar, isso está garantido na constituição federal de 1988. O direito de ser índio, o governo teve que respeitar isso.

O direito à terra, à organização social própria de cada povo; cada povo tem sua forma de ver o mundo, sua forma de se organizar, e isso tem que ser respeitado.

Conseguimos a garantia do usufruto das riquezas da terra e das riquezas naturais.

O direito à saúde específica e diferenciada, o direito à educação específica e diferenciada.

E, por último, a luta pela terra, o direito da terra. Essa é uma das conquistas mais importantes dos povos indígenas. Sem a terra, o que há? Quem são os povos indígenas sem a terra? Não tem saúde, não tem educação, não tem nada! O que podemos ter? Quais são os projetos que podemos realizar, qual é o projeto de futuro do povo, sem termos a terra em nossas mãos? Então só é possível isso a partir do momento em que nós, povos



Na luta pela terra, muitas lideranças indígenas tiveram seu sangue derramado. Haja visto, por exemplo, Chicão, do povo Xukuru, que foi assassinado, por fazendeiros.

Mas, como diz o povo: “sangue de índio derramado é um povo encorajado”, e hoje o povo Xukuru fortaleceu ainda mais sua luta - eles têm a terra e todo território está homologado. Mas, pra chegar a isso, são muitas perdas, são muitas dores, mesmo.

Com a luta pela terra, muitos povos indígenas, ou pelo menos parte deles, de posse da terra, começaram a questionar: estamos de posse do território, e aí? E agora, como vamos fazer o uso dessa terra? Vamos produzir da mesma forma que os ocupantes não índios fizeram? Vamos utilizar ainda a mesma forma para projetos individualistas? O plantio da monocultura, grandes extensões de pastos, o uso do agrotóxico, o uso individual da terra? Ou nós, povos indígenas, vamos repensar, vamos pensar a partir da nossa lógica tradicional de organização, através das orientações dos mais velhos, principalmente?

Então, para nós, não é interessante o plantio de uma monocultura, mas de um plantio diversificado, porque, digamos, em Pernambuco, os Truká plantam arroz, são os maiores produtores de arroz na região, mas não é interessante nós termos o nosso território só com plantio de arroz. Nós só comemos arroz? Então é preciso diversificarmos essa agricultura e não repetir as ações dos colonizadores, das empresas e das indústrias, que é o plantio só de cana, e daí por diante. Então vamos diversificar, porque é isso que garante a nossa subsistência, nós vamos plantar arroz, vamos plantar feijão, vamos plantar aquilo para a nossa sobrevivência e para a nossa subsistência.

Também vamos respeitar, depois de estarmos com uma terra, os períodos de reprodução dos animais que caçamos, é importante respeitar isso. Sobre o uso do agrotóxico, vamos buscar alternativas, porque se a nossa luta é pela terra, então temos que cuidar dela. O plantio em contato com os agrotóxicos contamina os territórios indígenas, nós temos que pensar nessas alternativas, é uma forma de proteger também o meio ambiente.

Outra coisa é o uso coletivo da terra. Não vamos fazer como os colonizadores, os fazendeiros, as indústrias, que querem as terras de forma individual, mas vamos pensar que é do povo e temos que ver a terra de forma coletiva. Então, as ações, os projetos, têm que ser de forma coletiva e não visando o individualismo.

Pensando nessa lógica, vários povos começaram a desenvolver alternativas de subsistência tradicional, com base na proteção ambiental e no uso coletivo, para se contrapor principalmente àqueles interesses do estado e da elite brasileira, pois os territórios indígenas foram degradados pela ganância das indústrias. Nós que retomamos os territórios, que começamos o processo de retomada, sabemos quais são as condições hoje do nosso território - ele está todo comprometido, degradado.

Então temos que pensar de que forma nós vamos ajudar a nossa terra e de que forma nós vamos cuidar dela.

Mas o que acontece ainda nos nossos territórios? Eles foram invadidos, foram degradados, e isso ainda continua. Resultado da inoperância, tanto dos colonizadores há tempos atrás, da igreja, e, agora, do governo federal, que ainda permite a invasão dos territórios indígenas. É uma luta das lideranças indígenas do movimento, porque o governo ainda permite, com todas as desgraças que tivemos, a invasão dos territórios indígenas por interesses capitalistas, favorecendo a projetos de sociedades capitalistas, numa perspectiva individualista, para as propriedades privadas, tentando destruir aquelas ações conjuntas que nós, povos indígenas, temos. As atividades coletivas e comunitárias, que são como os povos indígenas tentam seguir e contrapor outra lógica.

As conseqüências são muitas. Houve muito individualismo, a negação da identidade indígena, o roubo de nossas terras, e, embora fôssemos, ou somos, considerados a minoria, ou comunidades primitivas, nós, povos indígenas, nesse contato com os não índios, aproveitamos para entender e nos apropriar dos conhecimentos que são deles, da sociedade envolvente, para tentar garantir os nossos direitos. Tivemos que aprender isso. É necessário, após o contato, nos apoderar dessas armas, para tentar garantir os nossos direitos. E passamos a entender também que essa sociedade que a gente viu historicamente não é a sociedade que queremos para os nossos povos, não é essa lógica de entendimento que temos. Essa sociedade que está posta é individualista, não é o que os povos indígenas querem para o seu projeto de futuro, hoje. Foi importante entender isso.

Como projetamos o nosso futuro?

A partir daí, como projetamos o nosso futuro? O nosso futuro tem a ver com os tipos de projetos que queremos na nossa comunidade. Se nós temos uma concepção do que vai ser legal para um povo, para uma comunidade, os projetos sociais que vão vir para as comunidades vão ser aqueles que têm a contribuir para o projeto do futuro do povo, e não para se contrapor a ele. Temos que ter clareza dessa questão e prestar bem atenção, não vamos repetir aqueles projetos que vieram anteriormente.

Por isso, vamos lembrar alguns passos que nós, povos indígenas, demos e que damos até hoje.

A **primeira coisa é a organização**, em nível estadual, nacional e principalmente a organização interna dos povos. É preciso nos organizarmos internamente. Para a gente garantir algum direito, tem que unificar as forças dentro do povo, da organização social. Isso vai ajudar a fortalecer essa coisa da identidade, porque muitos de nós, principalmente do nordeste, sabemos o quanto é o preconceito em relação às nossas características físicas, principalmente pelo que nos foi passado durante muitos anos do que era ser índio no nosso país. Ser índio era só para os que moravam na Amazônia, que moravam em oca, que andavam nus... Então é necessário trabalhar essa coisa da **identidade**, fortalecer isso.

Outra coisa importante é a questão da **língua**. A maioria dos povos indígenas do nordeste não têm mais a língua. Então, se não têm mais a língua, para a sociedade não são mais povos indígenas.

Trabalhar sobre isso é importante, fortalecer a idéia de que não é assim, é importante.

Tudo isso nos fez criar várias alternativas para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico. A segunda coisa que começamos a fazer foi **avaliar**. Se precisamos nos organizar internamente e fortalecer isso, quais são os instrumentos aliados para nós, povos indígenas? O que temos à nossa volta, a nosso redor, que pode contribuir para garantir os nossos direitos?

Aí a gente começa a visualizar a escola; **a escola é um instrumento** que pode ser usado para contribuir com o fortalecimento da identidade, o fortalecimento da organização social. Ele é hoje um instrumento de luta dos povos indígenas – aquela que foi, durante muitos anos, usada pela igreja e colonizadores para exterminar a cultura, para exterminar os povos indígenas. Hoje, nós, povos indígenas, entendemos que não tem mais como acabar com a escola dentro das comunidades indígenas, mas pelo menos dá pra gente transformar ela, dar a nossa cara, o nosso jeito. Podemos ter a escola como instrumento de luta; a partir da escola a gente pode fortalecer a identidade.

Isso foi possível com o marco da Constituição Federal de 1988, que, no capítulo oitavo, artigo **231232**, garantiu o direito à terra, às formas próprias de organização; também garantiu educação específica, diferenciada, e saúde diferenciada. A partir desse contexto, as escolas passam a assumir uma outra função social, não mais de extermínio, mas de contribuir com os povos indígenas. Elas passam a desempenhar papéis importantíssimos nas aldeias.

A escola como um instrumento de fortalecimento da identidade

E como a escola vem fazendo isso? De que forma ela vem fazendo isso? Como nós, povos indígenas, vemos as escolas? Que experiências temos?

Há uma relação importante entre escola, comunidade e sociedade. A escola fortalece a identidade dos povos indígenas, repensa os nossos valores, a cultura. Há muitos anos nossos princípios e valores foram tirados da gente porque nos ensinaram que tudo o que a gente pensava era errado, então muita coisa que a gente valorizava se perdeu. A escola nos ajuda a pensar nesses valores. A gente rompe o paradigma; a educação escolar indígena significa romper paradigmas. Nós nos aliamos pela liderança na luta pela terra. A escola tem sido um fator importante nas retomadas. Nas reuniões de lideranças, no diálogo com a saúde, com vários outros departamentos.

Valorizamos os saberes dos mais velhos. A escola não tem fundamento se não trabalhar a importância e o respeito pelos mais velhos; só é possível fazer uma educação específica diferenciada com a orientação dos mais velhos, por meio dos trabalhos de pesquisa. Quem são os mais velhos para nós, povos indígenas? Eles são nossa memória viva, nossos conselheiros, nossos orientadores. A escola tem que ter essa perspectiva, tem que ter essa visão de valorização dos saberes dos mais velhos.

Outra coisa é formar para permanecer no povo. Não é aquela concepção de formar para o mercado, para competir no mercado, mas formar para dar um retorno para as comunidades indígenas, porque tem um projeto de futuro no qual a pessoa tem que retornar para a comunidade. Nessa pessoa, foi investido, e ela tem que dar um retorno para a comunidade. A concepção de escola tem que ser diferente da que nos foi colocado dentro de nossas aldeias, que é essa coisa de formar mão de obra para as indústrias, as empreiteiras.

A escola tem que se envolver nas demandas atuais das comunidades por conta da luta pela terra; temos a questão da criminalização e a escola tem que trabalhar isso.

É uma coisa muito forte, principalmente no nordeste, a criminalização das lideranças indígenas por causa da luta pela terra.



Temos que atuar diretamente nos problemas atuais que a comunidade está envolvida. Um exemplo: no povo Truká, temos a organização de professores indígenas, que é a OPIT, Organização dos Povos Indígenas Truká. Dentro das nossas organizações, nós temos as seguintes responsabilidades: a primeira é de, juntamente com as lideranças, realizar seminários - e um exemplo foi o seminário do rio São Francisco que fizemos em Cabrobó, e no qual a escola, os professores e os alunos estiveram envolvidos.

Dentro daquele contexto da transposição das águas do rio São Francisco, nós realizamos o seminário para discutir esse tema.

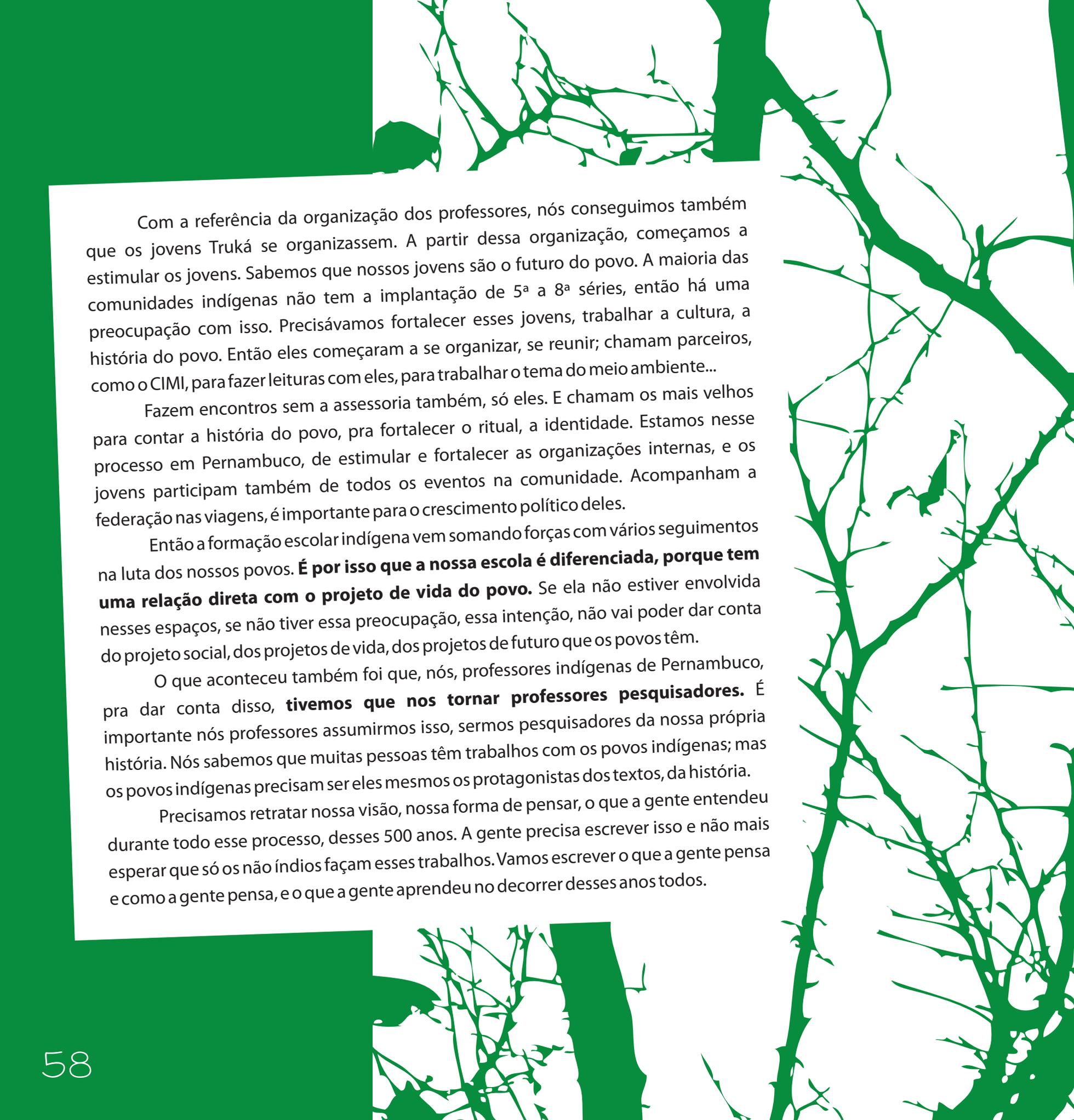
Outra coisa é desenvolver os projetos didáticos. Como é muito forte essa coisa da transposição e o território Truká está ligado diretamente a essas águas, então os projetos didáticos da nossa escola têm que ser projetos didáticos de defesa, de reflexão sobre o que vai ser a Ilha do Assunção, território Truká, com a transposição do rio São Francisco. A escola tem que dar conta disso, ter essa concepção.

Também trabalhar essa coisa da degradação do solo, a mata, dar orientação ao uso da terra. É importantíssimo para nós, povos indígenas, começarmos a aprender.

Temos uma preocupação, no nosso território, que é o uso de agrotóxico. Como cultivar a terra, como mexer com a terra, sem agredi-la? Nós, povos indígenas, temos que buscar essas alternativas para não comprometer ainda mais o nosso território e não contaminar.

Outra coisa importante é participar das reuniões internas. É importante ter a escola, os professores, nesse contexto, senão a escola não vai poder contribuir no projeto de sociedade daquele povo. Discutir os projetos do governo que chegam à comunidade: o projeto é bom? É legal? O que vai contribuir para o nosso território? Vai beneficiar quem, uma família ou todo povo? A escola tem que ajudar a pensar isso, a gente assume esse papel, também, de pensar junto com a liderança.

Alguns povos, em Pernambuco, fazem assembleias anualmente ou de dois em dois anos. Nós, povo Truká, iniciamos o ano passado e somos nós, professores, a escola, que ajudamos nessa coordenação, na preparação de pauta, na discussão dos temas, como é que vai ser organizado. Temos um papel importante nisso.



Com a referência da organização dos professores, nós conseguimos também que os jovens Truká se organizassem. A partir dessa organização, começamos a estimular os jovens. Sabemos que nossos jovens são o futuro do povo. A maioria das comunidades indígenas não tem a implantação de 5ª a 8ª séries, então há uma preocupação com isso. Precisávamos fortalecer esses jovens, trabalhar a cultura, a história do povo. Então eles começaram a se organizar, se reunir; chamam parceiros, como o CIMI, para fazer leituras com eles, para trabalhar o tema do meio ambiente...

Fazem encontros sem a assessoria também, só eles. E chamam os mais velhos para contar a história do povo, pra fortalecer o ritual, a identidade. Estamos nesse processo em Pernambuco, de estimular e fortalecer as organizações internas, e os jovens participam também de todos os eventos na comunidade. Acompanham a federação nas viagens, é importante para o crescimento político deles.

Então a formação escolar indígena vem somando forças com vários seguimentos na luta dos nossos povos. **É por isso que a nossa escola é diferenciada, porque tem uma relação direta com o projeto de vida do povo.** Se ela não estiver envolvida nesses espaços, se não tiver essa preocupação, essa intenção, não vai poder dar conta do projeto social, dos projetos de vida, dos projetos de futuro que os povos têm.

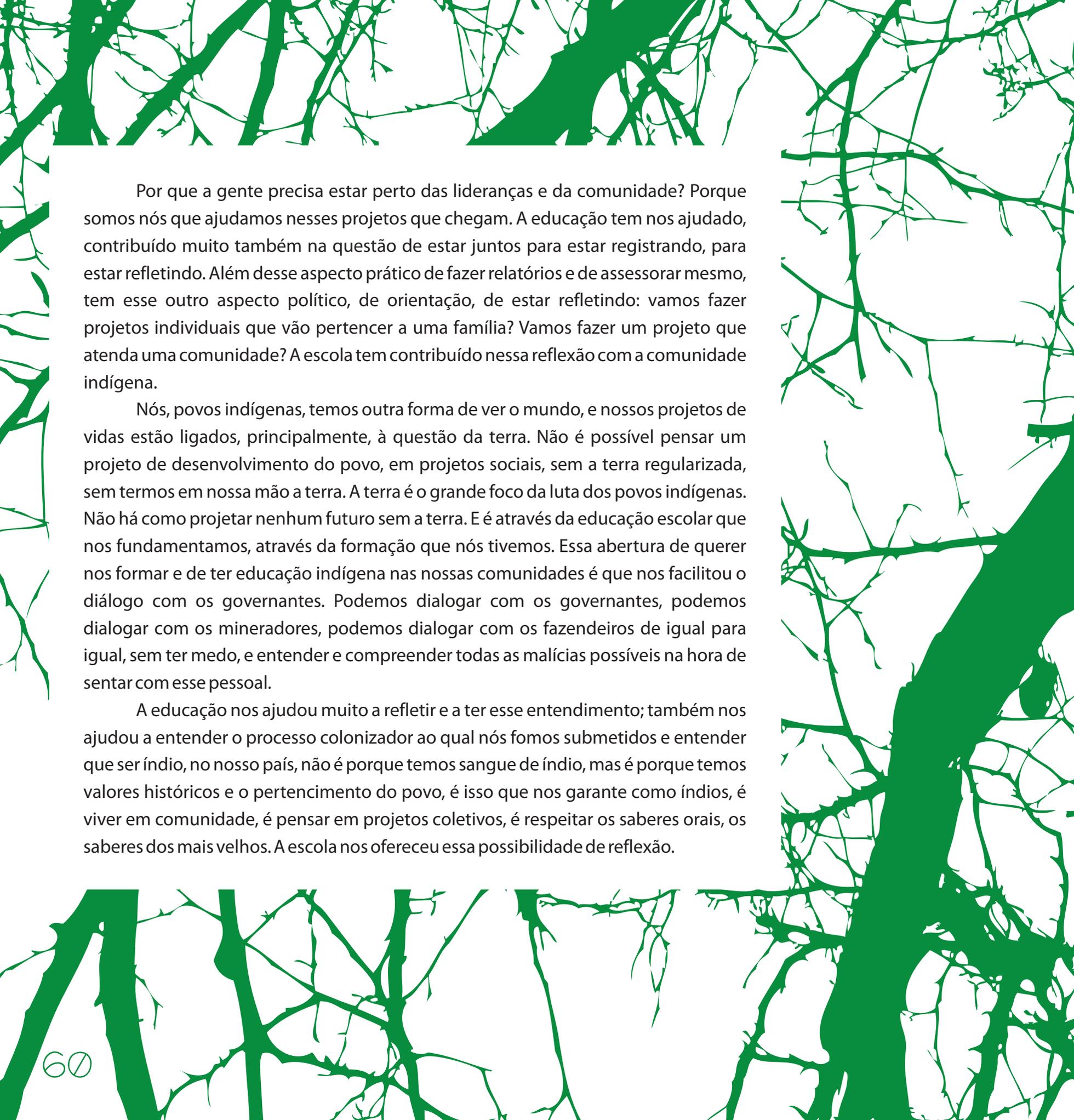
O que aconteceu também foi que, nós, professores indígenas de Pernambuco, pra dar conta disso, **tivemos que nos tornar professores pesquisadores.** É importante nós professores assumirmos isso, sermos pesquisadores da nossa própria história. Nós sabemos que muitas pessoas têm trabalhos com os povos indígenas; mas os povos indígenas precisam ser eles mesmos os protagonistas dos textos, da história.

Precisamos retratar nossa visão, nossa forma de pensar, o que a gente entendeu durante todo esse processo, desses 500 anos. A gente precisa escrever isso e não mais esperar que só os não índios façam esses trabalhos. Vamos escrever o que a gente pensa e como a gente pensa, e o que a gente aprendeu no decorrer desses anos todos.



Conhecendo a nossa história, nós podemos fazer um controle social das políticas públicas. A primeira coisa é **ocuparmos todos os espaços** que temos para discutir a educação escolar indígena nos nossos estados. A lei nos permite isso, a lei nos garante, então vamos lá ocupar, porque quem pode dizer quais são as políticas públicas para nós somos nós mesmos. Precisamos estar presentes nessa discussão e podemos fazer a partir daí uma fiscalização dessas políticas, o acompanhamento, o assessoramento e ajudar na formação dessas políticas. E tudo isso são experiências que nós levamos para a elaboração e o acompanhamento dos projetos sociais das comunidades, que nos dão subsídios pra ajudar a comunidade a pensar os projetos sociais de desenvolvimento.

Outra coisa que nós não podemos esquecer são os **conhecimentos orais**, sabemos que os povos indígenas têm essa dinâmica, essa forma de passar ensinamentos. Existem coisas na nossa comunidade que não podem ser registradas, que não podem ser escritas, e só é possível serem passadas de forma oral. Então a nossa escola tem que ser nessa perspectiva mesmo, os cursos de licenciatura também têm que trabalhar isso dentro da formação, uma forma de repassar conhecimento através da oralidade. É aí que vem a valorização dos mais velhos. Mas a gente também não pode negar que o saber ler e escrever é importante. E nós, professores, temos essa competência, essa habilidade.



Por que a gente precisa estar perto das lideranças e da comunidade? Porque somos nós que ajudamos nesses projetos que chegam. A educação tem nos ajudado, contribuído muito também na questão de estar juntos para estar registrando, para estar refletindo. Além desse aspecto prático de fazer relatórios e de assessorar mesmo, tem esse outro aspecto político, de orientação, de estar refletindo: vamos fazer projetos individuais que vão pertencer a uma família? Vamos fazer um projeto que atenda uma comunidade? A escola tem contribuído nessa reflexão com a comunidade indígena.

Nós, povos indígenas, temos outra forma de ver o mundo, e nossos projetos de vidas estão ligados, principalmente, à questão da terra. Não é possível pensar um projeto de desenvolvimento do povo, em projetos sociais, sem a terra regularizada, sem termos em nossa mão a terra. A terra é o grande foco da luta dos povos indígenas. Não há como projetar nenhum futuro sem a terra. E é através da educação escolar que nos fundamentamos, através da formação que nós tivemos. Essa abertura de querer nos formar e de ter educação indígena nas nossas comunidades é que nos facilitou o diálogo com os governantes. Podemos dialogar com os governantes, podemos dialogar com os mineradores, podemos dialogar com os fazendeiros de igual para igual, sem ter medo, e entender e compreender todas as malícias possíveis na hora de sentar com esse pessoal.

A educação nos ajudou muito a refletir e a ter esse entendimento; também nos ajudou a entender o processo colonizador ao qual nós fomos submetidos e entender que ser índio, no nosso país, não é porque temos sangue de índio, mas é porque temos valores históricos e o pertencimento do povo, é isso que nos garante como índios, é viver em comunidade, é pensar em projetos coletivos, é respeitar os saberes orais, os saberes dos mais velhos. A escola nos ofereceu essa possibilidade de reflexão.

Os projetos sociais

E os projetos sociais chegam às nossas comunidades de várias formas - muitas vezes são propostas pelo governo, pelas ONGs, pelo movimento indígena e também pelas próprias comunidades indígenas, e também são várias as formas de financiamentos que chegam. E, aí, nós precisamos ter clareza do que queremos e como queremos esses projetos. Esses projetos têm que contribuir para o projeto maior, que é o projeto sociedade, o projeto de vida do povo; não vamos aceitar qualquer projeto ou qualquer financiamento. Temos que saber de onde vêm, quais são os princípios da organização que está tentando investir nesses projetos, quem são esses parceiros. Precisamos pensar bem na hora da efetivação desses projetos, na aceitação. Não vamos pegar qualquer projeto, porque muitos deles podem causar problemas seriíssimos para os povos indígenas, causar conflitos internos muito grandes.

Outra coisa também é essa coisa dos programas do governo. Não nos interessa aceitar projetos, programas, que não vêm atender a nossa realidade. Nós, povos indígenas, temos direitos a programas específicos. Tem que ser programas que respeitem essa realidade, que deem conta dessa demanda. É tendo clareza desses projetos da sociedade que vamos poder contribuir e ajudar as nossas comunidades. Esses projetos sociais passam a ser ferramentas para o nosso desenvolvimento, na autonomia, na política – econômica e culturalmente. Temos que ter muita clareza e muito cuidado.

A escola, funcionando a partir desses projetos de sociedade, entendendo quais são os projetos do futuro e quais são os projetos sociais que vão poder contribuir com esse projeto maior, vai se preocupar com a qualidade da formação das crianças, dos jovens. A nossa educação não pode ser vista como uma educação para formar cidadãos para competir no mercado, mas uma **formação para formar guerreiros**. Guerreiros não é para estar guerreando, se matando, mas guerreiros preparados que possam defender a si e defender seu povo. Tem que ser formação nessa linha. Ao formarmos, ao orientarmos, essa pessoa vai dar o retorno, vai poder falar para a comunidade dela, vai poder representar a comunidade, vai ter subsídios para defender inclusive os projetos sociais que estão chegando nas nossas comunidades. Nós queremos uma escola com uma formação que dê conta disso e que não sirva mais como instrumento de destruir e defasar as comunidades indígenas. Não mais uma educação para o extermínio dos povos indígenas, mas para contribuir com a cultura, para contribuir com o fortalecimento, e para estar juntos nessa projeção, nesses projetos de sociedade, nesses projetos de futuro que nós queremos para nossos povos indígenas.

Pretinha Truká

Professora e liderança indígena
Palestra proferida em setembro de 2006

Precisamos discutir com o MEC a escola que queremos

Estou na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena desde o final de 2004 e desde então a gente vem nessa discussão sobre a construção da educação escolar indígena no Brasil. Será que nossa escola, lá dentro da nossa aldeia, está realmente de acordo com aquilo que queremos de projeto, de projeto de aldeia, de construção, dentro das nossas comunidades?

É interessante nós, como indígenas, falarmos aquilo que queremos para o governo brasileiro, porque até então o que está vem na cartilha, a gente tem que seguir o que está na caixinha trazida de cima para baixo. Na conferência, estaremos mostrando para o MEC aquilo que nós queremos realmente da educação escolar indígena para nossos alunos de novos povos.



Creio que temos um avanço, chegamos até aqui. Muitas vezes por méritos próprios, por alguns que conseguiram chegar e se preparar; mas ainda precisamos avançar, precisamos dar algo para nossas crianças dentro daquilo que realmente as comunidades querem. O ideal das comunidades em si, não aquilo que vem pela secretaria de educação do município, pela secretaria do estado, não. Tem que partir da discussão daquilo que se projeta dentro das comunidades e também pensarmos no que queremos construir dentro dessas escolas. Nós temos todas essas iniciativas.

Precisamos tirar das nossas comunidades o que realmente se quer das nossas escolas, porque até então ela foi o caminho que nos destruiu, tirou aquilo que tínhamos de mais precioso, a nossa cultura, que é uma coisa de suma importância para nossos povos. E é este mesmo caminho que precisamos tomar para retomar também a reestruturação das nossas culturas, daquilo que está se perdendo e precisa ser revisto dentro das nossas comunidades. A educação escolar indígena precisa ser vista por nós com uma seriedade muito grande, porque precisamos estar discutindo com o MEC, com as secretarias, dentro daquilo que nós pensamos.

Alberto Terena

Palestra proferida em maio de 2009

É preciso coragem para fazer a paz, para descobrir os próprios erros

“A gente até sente falta da energia elétrica, mas por outro lado, ela não perturba o nosso sono, o silêncio.”

Nós estamos velhos e precisamos que alguém dê continuidade ao nosso trabalho. Uma característica importante, não só pra mim, para a minha comunidade, mas para todo mundo, é ter coragem. Porque muitas vezes você está vendo um amigo fazendo algo que não agrada a comunidade, nem a família e não temos coragem de falar. Então, com coragem chamamos o amigo e falamos que não está certo, que não está bom para a comunidade, não está bom para a família, não está agradando ninguém. **Com coragem você ameniza, faz paz, ajuda a pessoa a descobrir o erro. E descobrir os próprios erros é difícil, pois achamos que não erramos.** Quando a pessoa fala: não faça isso, precisamos lembrar que essa pessoa é minha amiga, que representa o meu pai, a minha mãe. Então precisamos ter calma e pensar no que a pessoa disse.

Conversamos muito com a nossa liderança. Quando ele tem um problema ele conversa conosco, fala o que está acontecendo, porque para dirigir um povo tem que se preparar. Precisa de uma preparação de coração, ver esse mundo, fazer as escolhas, para poder seguir essa caminhada.

Acho que nós mantemos essa relação de respeito um com o outro sendo sinceros com os nossos irmãos. Nós sempre estamos juntos na caminhada, o chefe sempre tem dito para a gente: Cuidado! A história de vocês não tem que estar registrada no caderno, no livro grande, não. Vocês têm que registrar a história de vocês na mente do povo. Nós queremos escrever a nossa história no sentido de bondade, de obediência, de exemplo para a nossa geração.

Existem muitas coisas e você não pode acumular tudo dentro de si, mas uma coisa boa é você se preparar com o trabalho. Se você é professor e gosta de ser, você tem que se preparar para ser professor. **A gente não pode fazer um trabalho se desenvolver se não gostamos do trabalho. Porque as coisas que fazemos no nosso trabalho profissional são coisas que vêm do nosso coração.** E quando você tem ânimo para fazer, tudo acontece. Mas quando você tem preguiça, tudo dá errado.

Viver bem é ter uma vida com liberdade

O que de melhor tem para nós Yawanawá é ter a nossa terra. Depois da nossa terra, é pensar, fazer um plano para vivermos bem. E viver bem é ter uma vida com liberdade. Eu vejo que esse mundo de tecnologias que faz tanta propaganda ainda não resolveu os problemas do povo brasileiro. Sinto muita tristeza no coração em ver que tem muito carro, muito avião, tem muito dinheiro, mas ainda o povo vive nessa vida. A vida Yawanawá é uma vida de compartilhar, de dividir o que tem um com o outro. Não temos essa visão de ficar rico, de ter muito avião, de ter muito dinheiro, sem dividir com o nosso parente. Tem até pouco dinheiro na nossa aldeia. É difícil ver uma cédula de dinheiro, mas encontramos todo o dia esse carinho que vem do coração. E para nós um ponto importante é a alimentação, tendo alimentação acho que tem alegria, saúde, tem tudo.

Hoje nossa escola tem respeito

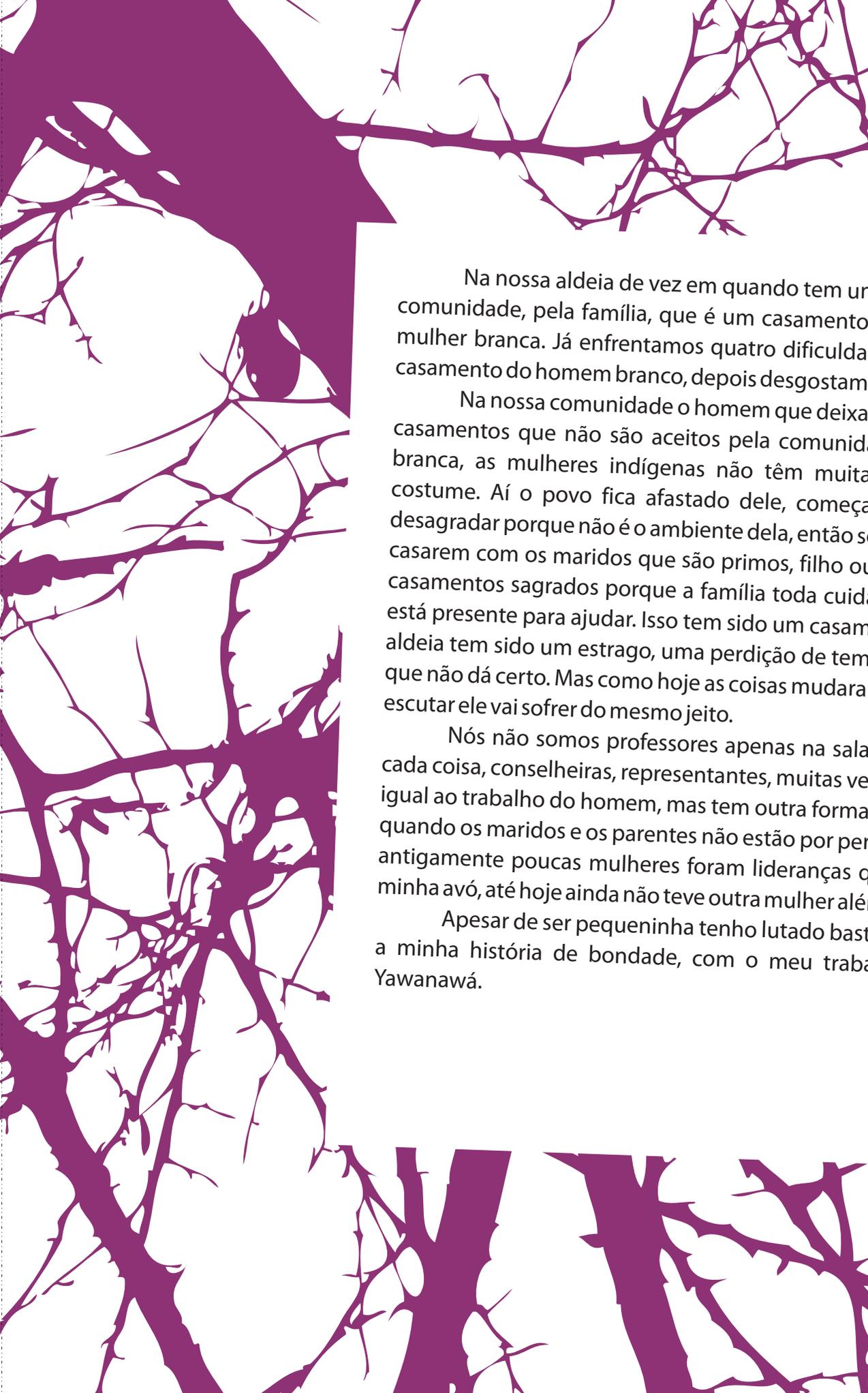
Atualmente, o maior desafio dos povos indígenas é o convívio com o homem branco, ambos respeitando o direito de todos. Podemos até ser parceiros de luta, mas ele não pode seguir o que sou obrigatoriamente, e nem eu posso seguir o que ele é. No Acre temos muito respeito, somos nós que escolhemos os ensinamentos para as crianças da aldeia. No começo a secretaria de educação queria impor, colocar só a regra da secretaria. Exemplo disso foi o preenchimento das fichas que a secretaria mandou. Foi a primeira briga que compramos. Preenchemos tudo na língua Yawanawá e mandamos para a secretária. No final da semana já chegou um rapaz dizendo que viesse um representante da comunidade para explicar o que estava escrito. E lá nós discutimos que a língua que estava escrita na ficha é a língua Yawanawá, que é a língua do povo e que tem valor. Não é uma gíria, como muitos brancos no Acre falam, não é inventada, é a língua que foi dada desde a criação. Nos nossos planos de aula a gente escolhe uma história, um lugar ou uma ciência do povo daquele lugar, ou escolhe um tema como a terra, a água, a ligação que tem com a espiritualidade que acreditamos.

Temos feito os nossos planos de aula no caderninho mesmo, todo dia, quando vamos dar aula.

Movimento das mulheres Yawanawá

Na escola, ensino para classes femininas e falo, tanto na escola quanto na reunião de mulheres, como nós mulheres somos a peça mais importante para os homens. Sem as mulheres os homens não vivem. Se imaginarmos que os homens são nossos empregados, que trabalham só para nós, teríamos mais carinho; a gente descobriria o nosso valor. Somos a energia e o remédio deles, nos momentos difíceis somos a pacificadora dos homens. Somos a peça importante para fazer eles trabalharem. Parece que o homem vendo na mulher carinho, ele trabalha muito mais. Mas quando ele não tem isso fica preguiçoso, desanimado, fazendo coisas desagradáveis.

Nós temos que mostrar interesse no nosso trabalho dos homens e até por isso criamos na nossa terra o movimento das mulheres. Não tem nada registrado no cartório, não tem nada de documentação é um movimento coletivo. Quase todas as horas que eu preciso dos movimentos das mulheres eu as convido e temos feito um trabalho que anima os homens. Às vezes os homens estão lá trabalhando tristes e quando veem as mulheres pintadas levando as caixúmas para eles beberem, levando a comida, a alimentação deles, eles dão um grito e chega mais energia para trabalhar.



Na nossa aldeia de vez em quando tem um casamento que não é aceitável pela comunidade, pela família, que é um casamento fora, com outra mulher, quero dizer mulher branca. Já enfrentamos quatro dificuldades na nossa aldeia. Eles seguiram o casamento do homem branco, depois desgostam, a mulher vai embora e leva os filhos.

Na nossa comunidade o homem que deixa a mulher fica sujo. Também são esses casamentos que não são aceitos pela comunidade porque se ele traz uma mulher branca, as mulheres indígenas não têm muita intimidade porque ela traz outro costume. Aí o povo fica afastado dele, começa desgostando, a mulher começa a desagradar porque não é o ambiente dela, então separa dela de vez. Mas se as mulheres casarem com os maridos que são primos, filho ou filha do nosso tio, da nossa tia, são casamentos sagrados porque a família toda cuida e qualquer erro que tiver a família está presente para ajudar. Isso tem sido um casamento sagrado e o casamento fora da aldeia tem sido um estrago, uma perdição de tempo que nós começamos a descobrir que não dá certo. Mas como hoje as coisas mudaram, nós avisamos, mas se alguém não escutar ele vai sofrer do mesmo jeito.

Nós não somos professores apenas na sala de aula. Somos um pouquinho de cada coisa, conselheiras, representantes, muitas vezes somos mulher pescadora. Não é igual ao trabalho do homem, mas tem outra forma de pescaria que as mulheres fazem quando os maridos e os parentes não estão por perto. Na história Yawanawá conta que antigamente poucas mulheres foram lideranças que escreveram seu nome. Como a minha avó, até hoje ainda não teve outra mulher além dela que escreveu a sua história.

Apesar de ser pequeninha tenho lutado bastante e aqui e acolá vou escrevendo a minha história de bondade, com o meu trabalho na escola, com a população Yawanawá.

Fátima Yawanawá

Professora indígena

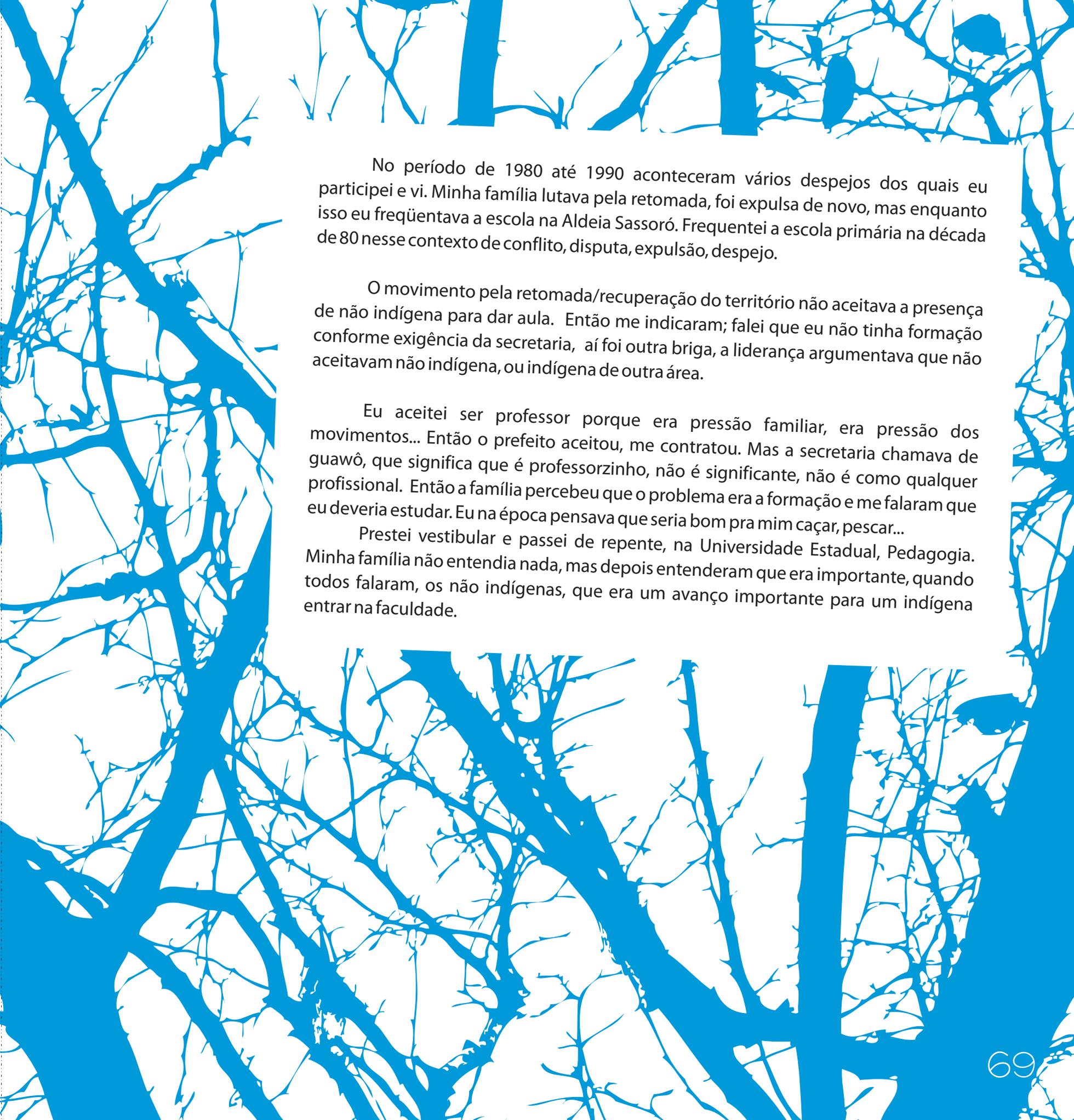
Palestra proferida em maio de 2008

Como se virar na universidade dos brancos

Na cultura Guarani a pessoa recebe dois nomes. Meu nome de cosmologia Guarani seria por alma, tem patamar dos níveis cosmológicos. Cada ser procede de algum patamar. Eu sou de um patamar do universo guarani que chama awawerandu, que procede de um lugar iluminado. Ao mesmo tempo meu nome é Tonico, nome ocidental registrado como qualquer outro.

Eu nasci e cresci no contexto de luta do guarani contra a dominação neocolonial. Os povos guarani, como outros povos do litoral, foram os primeiros que foram invadidos, que foram colonizados. Nasci na década de setenta, exatamente quando da redemocratização do Estado, final da ditadura; nasci no Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil- Paraguai. O território se encontrava em processo de colonização, de instalação de fazenda, cidade, etc.

De 1950 até 1970, nesse território estava se instalando fazenda, no momento em que as famílias dos Guarani da região estavam sendo expulsas em direção à reserva que foi criada em 1923 pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Até 1970 essa reserva não tinha sido ocupada; foi criada, alguma família que se encontrava lá ficou por lá, e na década de setenta, quando eu nasci, a minha família foi expulsa à força da terra tradicional e levado em direção à reserva chamada Aldeia Sassoró. Minha família não queria aceitar essa expulsão, queria retornar, foi aquele conflito todo.



No período de 1980 até 1990 aconteceram vários despejos dos quais eu participei e vi. Minha família lutava pela retomada, foi expulsa de novo, mas enquanto isso eu freqüentava a escola na Aldeia Sassoró. Frequentei a escola primária na década de 80 nesse contexto de conflito, disputa, expulsão, despejo.

O movimento pela retomada/recuperação do território não aceitava a presença de não indígena para dar aula. Então me indicaram; falei que eu não tinha formação conforme exigência da secretaria, aí foi outra briga, a liderança argumentava que não aceitavam não indígena, ou indígena de outra área.

Eu aceitei ser professor porque era pressão familiar, era pressão dos movimentos... Então o prefeito aceitou, me contratou. Mas a secretaria chamava de guawô, que significa que é professorzinho, não é significativo, não é como qualquer profissional. Então a família percebeu que o problema era a formação e me falaram que eu deveria estudar. Eu na época pensava que seria bom pra mim caçar, pescar...

Prestei vestibular e passei de repente, na Universidade Estadual, Pedagogia. Minha família não entendia nada, mas depois entenderam que era importante, quando todos falaram, os não indígenas, que era um avanço importante para um indígena entrar na faculdade.

Mas foi difícil. Na época, quando comecei a dar aula, eu era casado, mas comecei a frequentar faculdade todo dia, deixava de fazer atividade doméstica, porque faculdade está tempo todo tempo ocupando a gente, aí minha esposa foi embora.

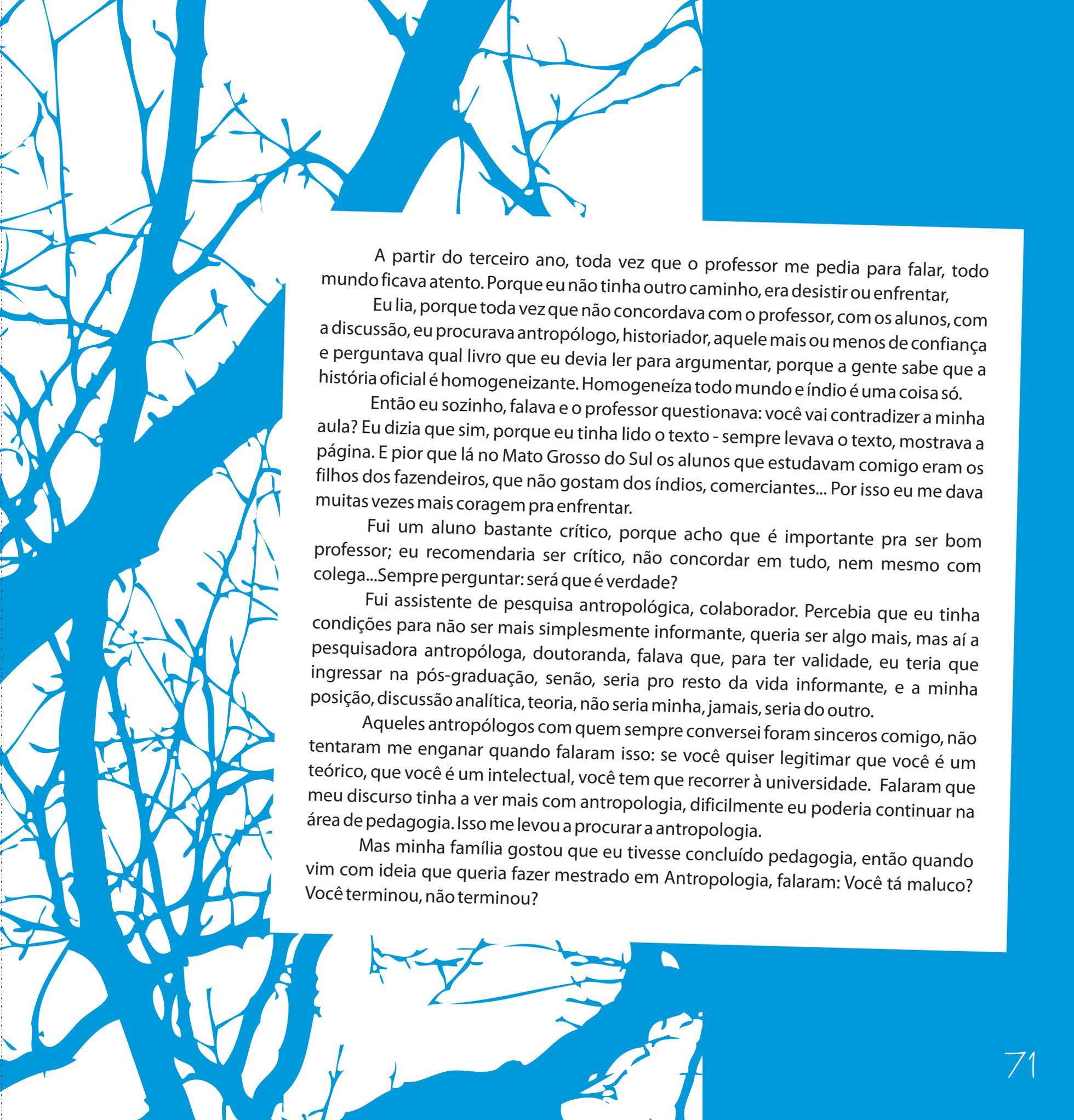
Eu assumi publicamente que ia estudar, e quando você assume entre os guarani, tá assumido! Se você voltar atrás, você não é boa liderança, não é bom homem... Você literalmente não presta. Você pode chorar, ralar, mas você assumiu e pronto, acabou.

Você não pode enrolar, você pode até pedir desculpa, mas guarani não quer saber: você assumiu, vai até o fim.

Eu queria desistir, ficou pesado, mas mesmo assim tive que cumprir a determinação da família, da cultura do guarani. Então continuei, terminei a graduação; só que durante graduação eu mesmo já comecei entrar no estudo, já achei importante - me apaixonei. O problema é que, se eu desistisse, a minha família inteira seria humilhada.

No primeiro ano da graduação eu ficava meio excluído, ficava no canto, ninguém queria fazer trabalho comigo, ficava muito visível – ah, aquele índio é muito burro... dá não! Mas eu me virava, eu não assumia essa incapacidade, fazia sozinho o trabalho, o resumo, tudo o que mandava eu fazia; pelo menos, apesar da dificuldade, me esforçava, lia, fazia, ficava meio maluco mesmo, mas eu queria mostrar para aquele não indígena que me excluiu. Toda vez que o professor falava que tinha que dar estágio, eu preparava minha aula, e, no primeiro momento, percebia que o não indígena não queria que eu treinasse lá, que desse uma aula pra ele. Mas acho que consegui, conquistei alguns, nem todos.

Eu tomava conta da sala, falava muito, até mesmo discutia com o professor, principalmente sobre indígena, porque falavam de modo negativo. Aí eu brigava: 'já que estou sozinho, não vou ficar quieto, vou falar algumas coisas'. Assim acho que construí minha posição, identidade e respeito lá no meio.



A partir do terceiro ano, toda vez que o professor me pedia para falar, todo mundo ficava atento. Porque eu não tinha outro caminho, era desistir ou enfrentar,

Eu lia, porque toda vez que não concordava com o professor, com os alunos, com a discussão, eu procurava antropólogo, historiador, aquele mais ou menos de confiança e perguntava qual livro que eu devia ler para argumentar, porque a gente sabe que a história oficial é homogeneizante. Homogeneiza todo mundo e índio é uma coisa só.

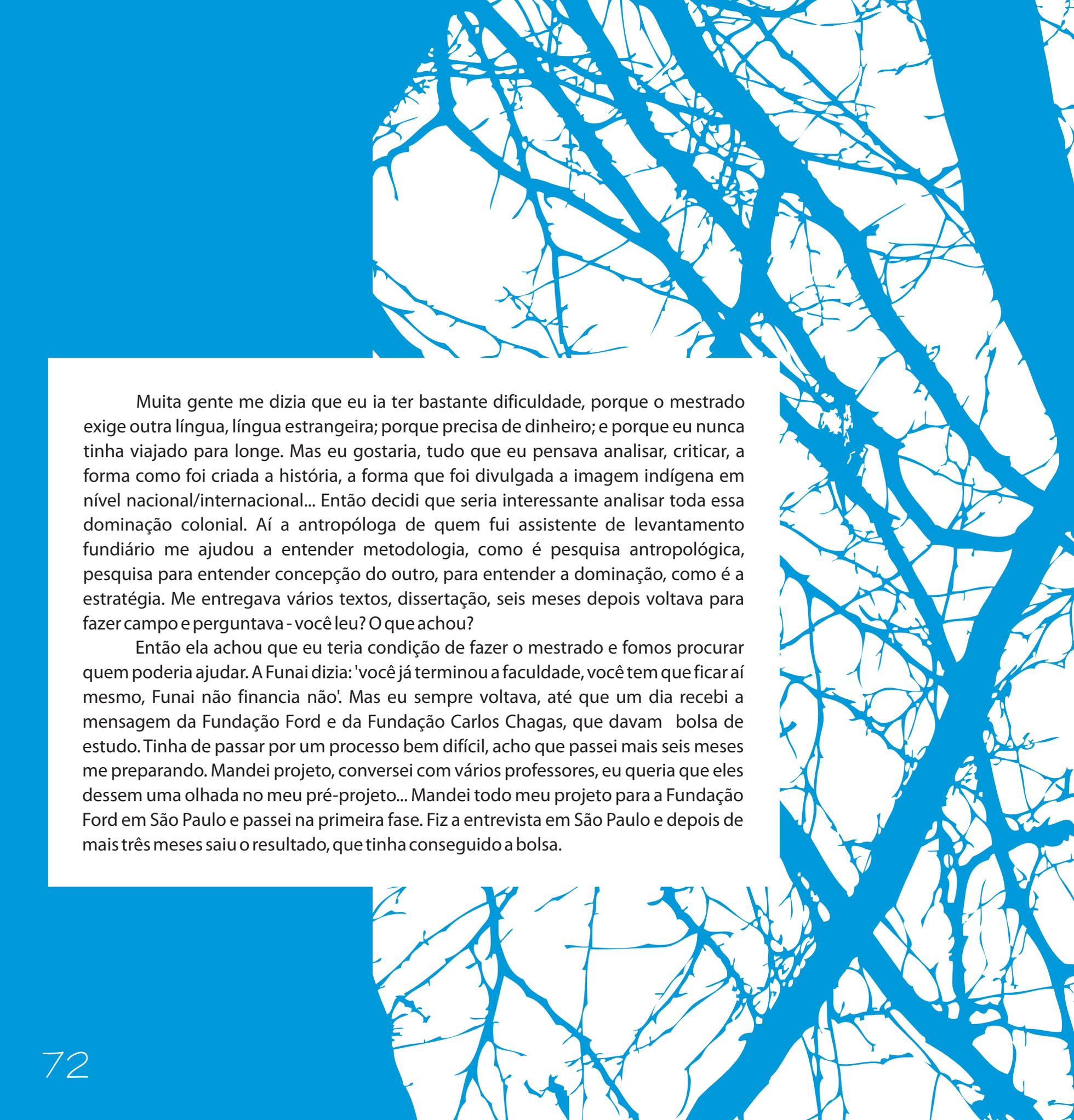
Então eu sozinho, falava e o professor questionava: você vai contradizer a minha aula? Eu dizia que sim, porque eu tinha lido o texto - sempre levava o texto, mostrava a página. E pior que lá no Mato Grosso do Sul os alunos que estudavam comigo eram os filhos dos fazendeiros, que não gostam dos índios, comerciantes... Por isso eu me dava muitas vezes mais coragem pra enfrentar.

Fui um aluno bastante crítico, porque acho que é importante pra ser bom professor; eu recomendaria ser crítico, não concordar em tudo, nem mesmo com colega... Sempre perguntar: será que é verdade?

Fui assistente de pesquisa antropológica, colaborador. Percebia que eu tinha condições para não ser mais simplesmente informante, queria ser algo mais, mas aí a pesquisadora antropológica, doutoranda, falava que, para ter validade, eu teria que ingressar na pós-graduação, senão, seria pro resto da vida informante, e a minha posição, discussão analítica, teoria, não seria minha, jamais, seria do outro.

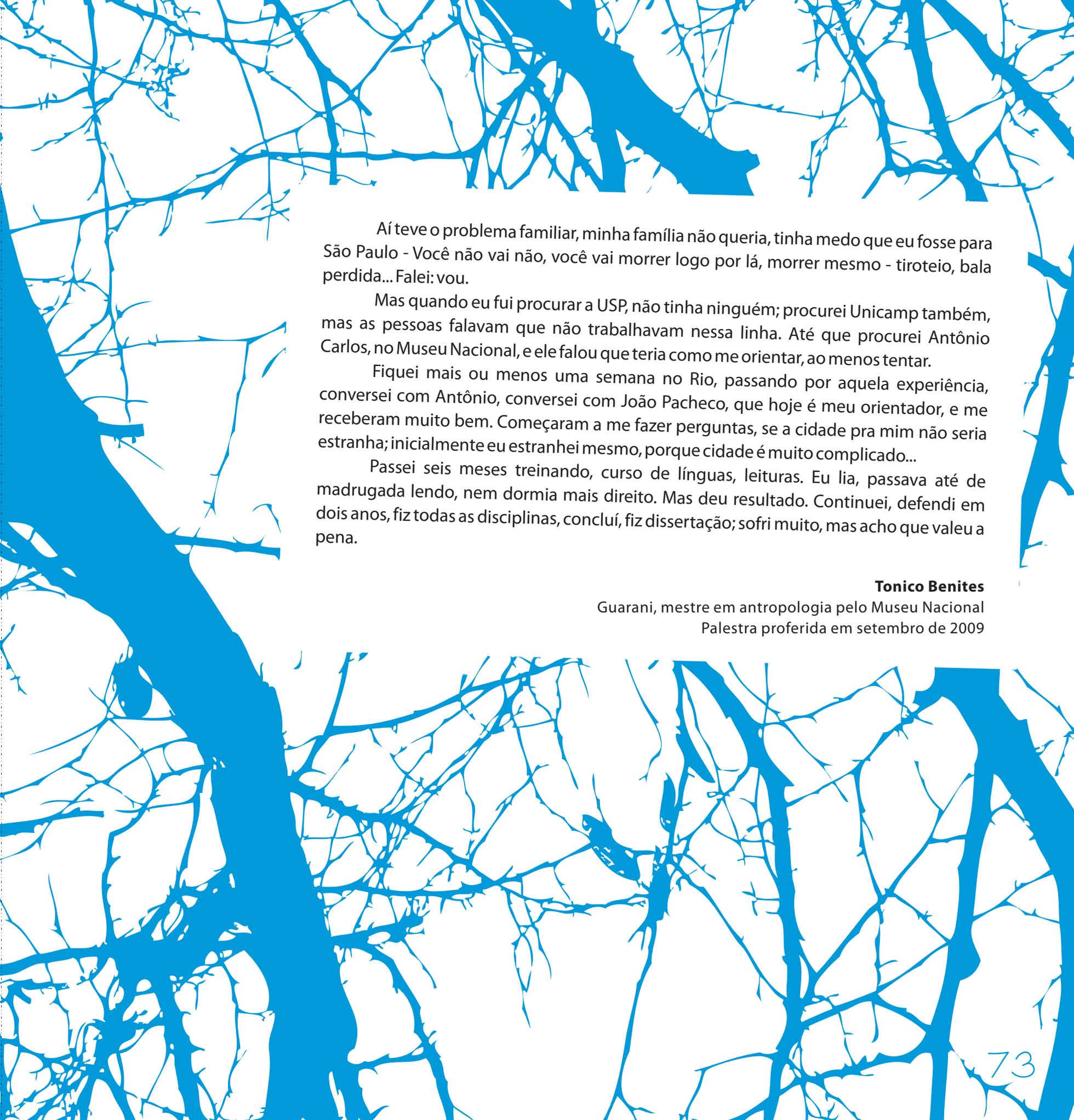
Aqueles antropólogos com quem sempre conversei foram sinceros comigo, não tentaram me enganar quando falaram isso: se você quiser legitimar que você é um teórico, que você é um intelectual, você tem que recorrer à universidade. Falaram que meu discurso tinha a ver mais com antropologia, dificilmente eu poderia continuar na área de pedagogia. Isso me levou a procurar a antropologia.

Mas minha família gostou que eu tivesse concluído pedagogia, então quando vim com ideia que queria fazer mestrado em Antropologia, falaram: Você tá maluco? Você terminou, não terminou?



Muita gente me dizia que eu ia ter bastante dificuldade, porque o mestrado exige outra língua, língua estrangeira; porque precisa de dinheiro; e porque eu nunca tinha viajado para longe. Mas eu gostaria, tudo que eu pensava analisar, criticar, a forma como foi criada a história, a forma que foi divulgada a imagem indígena em nível nacional/internacional... Então decidi que seria interessante analisar toda essa dominação colonial. Aí a antropóloga de quem fui assistente de levantamento fundiário me ajudou a entender metodologia, como é pesquisa antropológica, pesquisa para entender concepção do outro, para entender a dominação, como é a estratégia. Me entregava vários textos, dissertação, seis meses depois voltava para fazer campo e perguntava - você leu? O que achou?

Então ela achou que eu teria condição de fazer o mestrado e fomos procurar quem poderia ajudar. A Funai dizia: 'você já terminou a faculdade, você tem que ficar aí mesmo, Funai não financia não!'. Mas eu sempre voltava, até que um dia recebi a mensagem da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas, que davam bolsa de estudo. Tinha de passar por um processo bem difícil, acho que passei mais seis meses me preparando. Mandeí projeto, conversei com vários professores, eu queria que eles dessem uma olhada no meu pré-projeto... Mandeí todo meu projeto para a Fundação Ford em São Paulo e passei na primeira fase. Fiz a entrevista em São Paulo e depois de mais três meses saiu o resultado, que tinha conseguido a bolsa.



Aí teve o problema familiar, minha família não queria, tinha medo que eu fosse para São Paulo - Você não vai não, você vai morrer logo por lá, morrer mesmo - tiroteio, bala perdida... Falei: vou.

Mas quando eu fui procurar a USP, não tinha ninguém; procurei Unicamp também, mas as pessoas falavam que não trabalhavam nessa linha. Até que procurei Antônio Carlos, no Museu Nacional, e ele falou que teria como me orientar, ao menos tentar.

Fiquei mais ou menos uma semana no Rio, passando por aquela experiência, conversei com Antônio, conversei com João Pacheco, que hoje é meu orientador, e me receberam muito bem. Começaram a me fazer perguntas, se a cidade pra mim não seria estranha; inicialmente eu estranhei mesmo, porque cidade é muito complicado...

Passsei seis meses treinando, curso de línguas, leituras. Eu lia, passava até de madrugada lendo, nem dormia mais direito. Mas deu resultado. Continuei, defendi em dois anos, fiz todas as disciplinas, concluí, fiz dissertação; sofri muito, mas acho que valeu a pena.

Tonico Benites

Guarani, mestre em antropologia pelo Museu Nacional
Palestra proferida em setembro de 2009

Donos do próprio conhecimento

A pessoa que gosta de dominar, domina sempre

Quando a gente começa a ouvir muito “sim”, sempre “sim”, a pessoa que gosta de dominar, domina sempre. Você tem que levantar a voz e dizer: nossos direitos são esses. Somos indígenas, diferenciados, nós queremos que você como governo respeite o nosso direito. Isso é muito importante hoje, para os povos indígenas. Muitas vezes, o governo não entende o nosso diálogo. E para que essa pessoa entenda o diálogo, tem que ter uma força conjunta de todo mundo. Por isso, os brancos sempre falam: uma andorinha só não faz verão. Porque o movimento de qualquer segmento organizado tem muita força, por isso que ele conquista seus direitos. Se você vai gritar na frente do governo sozinho, às vezes você vai até preso.

Porque você foi gritar sozinho. Se você vai gritar com cem pessoas juntas, eles não podem prender. Se for mil, eles não vão prender ninguém. Não tem como de uma hora para a outra encher uma prisão com mil pessoas.

Desconstruindo a imagem do professor

A gente tem que desconstruir a imagem do professor. Fazer uma ressignificação. Tem vários professores que saem da faculdade ou do magistério inseguros do que eles vão tratar. Então, o MEC prepara aquele chamado livro manual do professor, aí já traz tudo. Exercício, resposta, tudo bem direitinho. O professor passa aquele exercício e não está nem aí, quem padece é o aluno. Faz de conta que está ensinando e não ensina nada. Hoje nós estamos desconstruindo esse papel do professor. Ser professor e ao mesmo tempo, orientador - esse é o papel, hoje em dia. Nós vamos construindo a história, nós vamos produzindo conhecimento, porque o papel da escola indígena é produzir conhecimento. Não reproduzir o que outro fez.

Política Linguística

Eu tenho trabalhado dentro da minha escola na língua Tuyuka. Trabalho na escola específica e, como a gente tem um projeto específico, enfrenta também certas situações contra o povo. Eu sou minoritário na nossa escola. Esse é um desafio muito grande: como a gente poderia trabalhar uma escola intercultural.

Segundo estudos dos acadêmicos, antropólogos, sociólogos, o povo Tuyuka tradicionalmente também é intercultural. O relacionamento de parentesco implica muito na questão de como trabalhar a língua na escola. Para entender melhor, eu diria o seguinte: eu sou Tuyuka, e nós, Tuyuka, casamos geralmente, tradicionalmente, com mulher Tukano. Então, pra nós, dentro desse estudo, a escola é intercultural porque nossas crianças falam duas línguas. O que é mais considerado pra nós é a língua do pai. Não é a língua materna.



E, estabelecendo isso, como é que fica a questão linguística na escola? Na comunidade? Língua materna é pouco considerada. A mulher, como mãe, tem seus filhos dentro de casa no dia a dia, então as crianças aprendem muito com a mãe. E isso contribuiu muito para o enriquecimento da língua Tuyuka. A gente tem costume de pescar, passa uma semana fora de casa. As crianças? Mantém com a mãe, falante, educando na própria língua, em casa. Então as crianças aprendem rápido a língua Tukano. A gente percebeu, no decorrer dos anos, década de 80 pra cá, que nossas crianças estavam falando Tukano e perdendo a língua paterna, que tradicionalmente é muito considerada. A língua materna se torna a língua doméstica, que a criança aprende em casa. E a língua paterna, o Tuyuka, se torna a língua pública. Porque é através dela que o povo Tuyuka vai transmitir seu conhecimento. É através da língua Tuyuka que o pai vai transmitir seu conhecimento, vai cantar em sua língua, vai ensinar seus valores éticos... Essa é a importância da língua de um povo. A língua doméstica passa a ser língua de comunicação, porque a etnia da mulher também é grande, tem um território linguístico desse povo. Por isso é importante entender que cada povo tem o seu território linguístico.

Um povo indígena tem terra demarcada, fisicamente. Esse é o seu território. Mas território linguístico é outra maneira de a gente fazer conta; território linguístico é a região onde as pessoas falam certa língua. Por exemplo, na minha área, povo Tuyuka tem território muito pequeno, pequenininho. Como é parte de fronteira, Colômbia e Brasil, no Brasil só tem 5 km. Na Colômbia, já tem um território maior - seria considerado território linguístico. Território Tuyuka, no imaginário nosso, seria assim: território maior na Colômbia e muito menor no Brasil. Onde se fala a língua, seria considerado território linguístico Tuyuka. Em torno desse território, vem o território Tukano. O território linguístico Tukano é enorme. O Tukano é considerado língua franca; quase todo mundo fala, porque o tronco linguístico Tukano é composto por vários grupos, famílias da mesma língua. É a língua hegemônica da região, todo mundo fala. Tukano acha que a língua é muito forte, não vai acabar. Qualquer língua pode acabar um dia, se não se tem uma política bem decidida por cada povo.



Devido a essa língua Tukano, que é muito hegemônica, é língua franca, que todo mundo fala, há um risco de perder nossa língua. Foi decisão nossa, do povo Tuyuka, dos mais velhos, porque a gente estava perdendo espaço linguístico naquela área. Nossa decisão política foi tomada em muitas reuniões, porque para isso realmente acontecer, para que a política de fortalecimento da língua se torne forte, há necessidade da gente conversar. Será que vai dar certo? Será que é bom pra nós? Não adianta se todo mundo daquela língua achar que a língua não é boa para a comunidade, para a escola, para o jovem do futuro. É a própria comunidade que vai decidir. Primeira coisa tem que trazer questões, questionamentos: será que é bom? Isso vai ser bom? Por que será que é bom? Será que essa língua vai ajudar a gente? Realmente, se a gente implantar política linguística na escola, vai ajudar? Como vão ser nossos filhos no futuro com essa língua?

Como eles vão crescer? Eu passei 12 anos no colégio, internado. Forçadamente, eu mudei de hábito. Hoje estamos com 87 anos de educação forçada mesmo, no internato, mulheres de um lado, homens de outro lado. Tudo era proibido, tudo era pecado. Tomar banho nu era pecado, escrever com a mão esquerda era pecado.

Escrever carta de amizade era pecado, era caso de expulsão. Tudo isso. A gente chegou na escola, aprendeu. Eu sou da terceira geração de “civilizado” entre aspas.

Produções a partir da decisão de política linguística

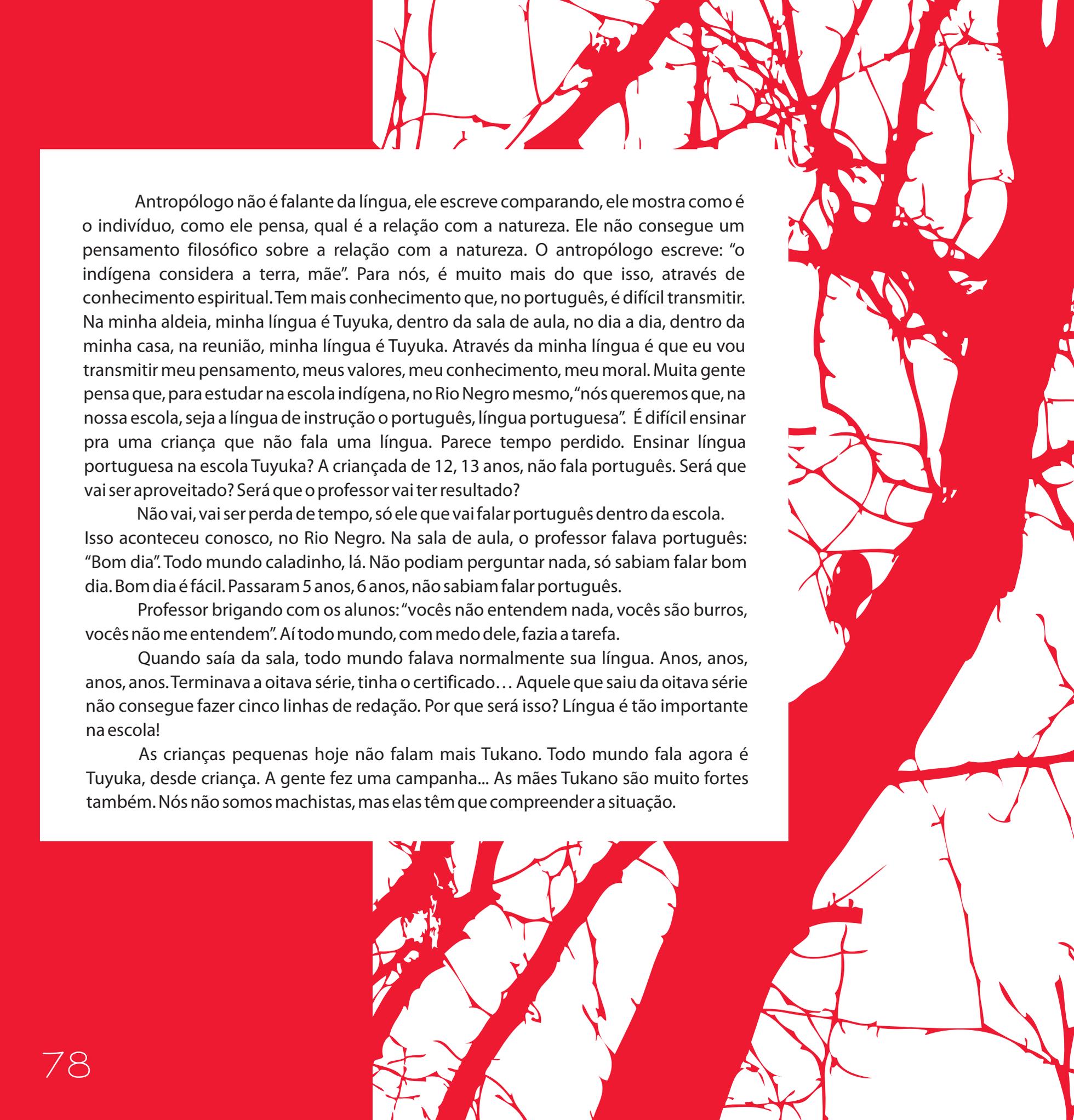
Fizemos um CD que também partiu da decisão da política linguística. Tem música escrita, tem livro, a historinha que as crianças escreveram na língua, mas, como a gente achou interessante para o pessoal de fora, traduzimos para o português. Fizemos outro trabalho: “Casa de transformação, origem da vida, ritual e cura”. Este é um livro que a gente fez quando decidiu que a nossa língua fosse língua da instrução. Está escrito em língua Tuyuka, mas a gente está pensando em traduzir para o português, porque pessoa de fora também tem que interessar de conhecer. Esse é um trabalho que a escola está fazendo, quando decidiu fazer a sua política linguística, porque isso dá muita força, coragem para os próprios alunos, a comunidade, os professores. Quando a gente vê esse trabalho, vê que realmente a escola está avançando nesse processo de fortalecimento da língua.

Nosso maior objetivo mesmo, quando falamos de política linguística na comunidade, é desenvolver nosso trabalho, conhecimento nosso, técnicas nossas, registrando conhecimento de plantas tradicionais, benzimentos, técnicas de fabricar, de produzir alimentos, em nossa língua. Quando você domina o conhecimento escrito na sua língua, você é capaz de deter, você transmite mais facilmente.

Fazer gestão do conhecimento indígena

Nosso objetivo é fazer a gestão do conhecimento. Brasileiro paga o curso caro de alemão, pra ir atrás do conhecimento. Quem está na gestão do conhecimento? Será que nós, povos indígenas, não podemos fazer isso?

Essa que é a ideologia de todo pensador, ideologicamente ele está preparado para dominar o outro. Conhecimento é pra dominar, de maneira imperceptível. Você não percebe que alguém está te dominando. Você bate palma! Eu não quero isso; tem que analisar isso.



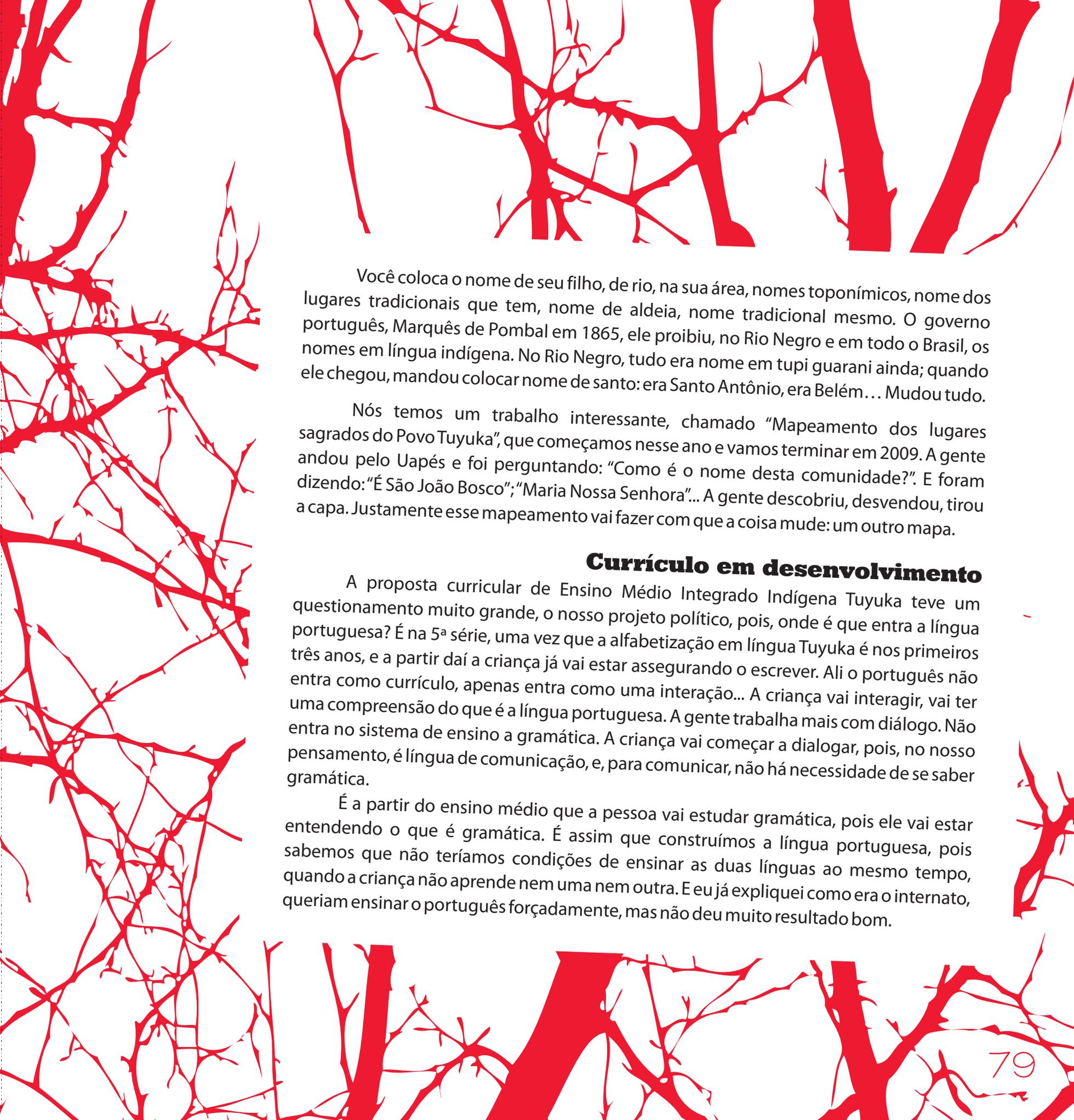
Antropólogo não é falante da língua, ele escreve comparando, ele mostra como é o indivíduo, como ele pensa, qual é a relação com a natureza. Ele não consegue um pensamento filosófico sobre a relação com a natureza. O antropólogo escreve: “o indígena considera a terra, mãe”. Para nós, é muito mais do que isso, através de conhecimento espiritual. Tem mais conhecimento que, no português, é difícil transmitir. Na minha aldeia, minha língua é Tuyuka, dentro da sala de aula, no dia a dia, dentro da minha casa, na reunião, minha língua é Tuyuka. Através da minha língua é que eu vou transmitir meu pensamento, meus valores, meu conhecimento, meu moral. Muita gente pensa que, para estudar na escola indígena, no Rio Negro mesmo, “nós queremos que, na nossa escola, seja a língua de instrução o português, língua portuguesa”. É difícil ensinar pra uma criança que não fala uma língua. Parece tempo perdido. Ensinar língua portuguesa na escola Tuyuka? A criançada de 12, 13 anos, não fala português. Será que vai ser aproveitado? Será que o professor vai ter resultado?

Não vai, vai ser perda de tempo, só ele que vai falar português dentro da escola. Isso aconteceu conosco, no Rio Negro. Na sala de aula, o professor falava português: “Bom dia”. Todo mundo caladinho, lá. Não podiam perguntar nada, só sabiam falar bom dia. Bom dia é fácil. Passaram 5 anos, 6 anos, não sabiam falar português.

Professor brigando com os alunos: “você não entende nada, você são burros, você não me entende”. Aí todo mundo, com medo dele, fazia a tarefa.

Quando saía da sala, todo mundo falava normalmente sua língua. Anos, anos, anos, anos. Terminava a oitava série, tinha o certificado... Aquele que saiu da oitava série não consegue fazer cinco linhas de redação. Por que será isso? Língua é tão importante na escola!

As crianças pequenas hoje não falam mais Tukano. Todo mundo fala agora é Tuyuka, desde criança. A gente fez uma campanha... As mães Tukano são muito fortes também. Nós não somos machistas, mas elas têm que compreender a situação.



Você coloca o nome de seu filho, de rio, na sua área, nomes toponímicos, nome dos lugares tradicionais que tem, nome de aldeia, nome tradicional mesmo. O governo português, Marquês de Pombal em 1865, ele proibiu, no Rio Negro e em todo o Brasil, os nomes em língua indígena. No Rio Negro, tudo era nome em tupi guarani ainda; quando ele chegou, mandou colocar nome de santo: era Santo Antônio, era Belém... Mudou tudo.

Nós temos um trabalho interessante, chamado “Mapeamento dos lugares sagrados do Povo Tuyuka”, que começamos nesse ano e vamos terminar em 2009. A gente andou pelo Uapés e foi perguntando: “Como é o nome desta comunidade?”. E foram dizendo: “É São João Bosco”; “Maria Nossa Senhora”... A gente descobriu, desvendou, tirou a capa. Justamente esse mapeamento vai fazer com que a coisa mude: um outro mapa.

Currículo em desenvolvimento

A proposta curricular de Ensino Médio Integrado Indígena Tuyuka teve um questionamento muito grande, o nosso projeto político, pois, onde é que entra a língua portuguesa? É na 5ª série, uma vez que a alfabetização em língua Tuyuka é nos primeiros três anos, e a partir daí a criança já vai estar assegurando o escrever. Ali o português não entra como currículo, apenas entra como uma interação... A criança vai interagir, vai ter uma compreensão do que é a língua portuguesa. A gente trabalha mais com diálogo. Não entra no sistema de ensino a gramática. A criança vai começar a dialogar, pois, no nosso pensamento, é língua de comunicação, e, para comunicar, não há necessidade de se saber gramática.

É a partir do ensino médio que a pessoa vai estudar gramática, pois ele vai estar entendendo o que é gramática. É assim que construímos a língua portuguesa, pois sabemos que não teríamos condições de ensinar as duas línguas ao mesmo tempo, quando a criança não aprende nem uma nem outra. E eu já expliquei como era o internato, queriam ensinar o português forçadamente, mas não deu muito resultado bom.



Nossa proposta curricular está em desenvolvimento. A princípio, quando a gente concluiu a primeira turma e começou a construir nossa escola, pensamos assim: queremos que os nossos jovens sejam formados para serem capazes de serem lideranças, de trabalhar, de ter o jeito de ser Tuyuka, isto é, saber a história Tuyuka... E quando a gente concluiu isso, percebemos que o jovem não tinha aprendido; aprenderam, mas não tinha uma formação segura para eles. Foi quando a gente começou a trabalhar também esse “ensino médio”. Na verdade, a gente deu esse nome só para obedecer certas regras do sistema de ensino, porque nossa ideia era a continuação da formação dos jovens Tuyuka.

Então, o nosso projeto de currículo tem esse nome, mas na verdade nosso currículo é por ciclos e cada ciclo tem um período de quatro anos.

Por que está “em desenvolvimento”? A gente não montou nada, currículo... A gente só fez planejamento. Será o quê que tínhamos que fazer para oferecer essa continuidade de formação do jovem? Montamos a ideia, começamos a trabalhar, por isso que a proposta curricular está em desenvolvimento. Depois que a gente trabalhou os temas importantes, a gente viu o que dava certo, o que os jovens estavam aprendendo bem. Por isso que a gente colocou “proposta curricular”, justamente pra mostrar pro governo os temas que nos interessam.



Oferecemos uma escola bem prática, prática mesmo, não temos teoria. Que a partir da prática, quem vai criar a teoria são eles, é o aluno que cria a teoria. Nós estamos construindo conhecimento, porque quem construiu o conhecimento, é o dono do conhecimento, e vai dominar. Por exemplo, às vezes se fala assim: comida francesa. Para o brasileiro fazer isso, será que ele vai roubar? Rouba nada. Ele tem que pedir licença do francês que inventou. Justamente nós queremos construir o nosso conhecimento para que outro não tire esse conhecimento, essa técnica, que o povo Tuyuka tem, que foi por esse povo construído. Nós podemos ser chamados, no futuro, para dar aula dessa técnica, nossos jovens, e eles vão dizer: “eu vou dar aula se você pagar R\$100,00 de aula. Se não me pagar, eu não vou”. Porque é ele que tem o conhecimento. Sobre os objetivos do ensino médio integrado Tuyuka, a gente pensou: “vamos preparar lideranças, porque são elas que vão dar continuidade a esse trabalho”. Porque se não tiver nenhuma liderança, quando termina a escola, sai, procura outro lugar. A escola não preparou para eles ficarem na própria comunidade, liderando o trabalho... E para serem lideranças, o que é que eles precisam? Precisam ter conhecimento de sua cultura, do trabalho. Nem todos os alunos que fazem o ensino fundamental fazem o médio. Tem, naturalmente, jovem que casa logo.

A escolha de fazer o ensino médio é da pessoa, a comunidade não interfere. É a pessoa jovem que vai escolher. Mas toda a comunidade torce para que aquele jovem continue. Porque nessas políticas, é o próprio jovem que decide. Lá a criança entra na escola (e a gente fez um diagnóstico desse processo de alfabetização) quando está com capacidade, quando já está perdendo timidez, quando começa a interessar, curiosar... é a partir de nove anos. Muito diferente, porque eu fiquei perguntando pra outros pedagogos de fora: “Que ano que a criança começa a se interessar?”. E depende da situação em que a criança está... Nossas crianças, a partir de 9 anos, começam a interessar, a curiosar mais, porque lá é uma outra situação; na cidade, é outra vida.

Eu conheci uma parenta minha que saiu para estudar muito cedo, com cinco anos.

Formou em enfermagem e foi fazer um serviço lá na aldeia. Começamos a saudar com a nossa língua, e ela disse que não sabia falar; convidamos pra comer, ela não aceitou a comida... A nossa escola pensa nisso; a pessoa é preparada para viver ali, conhecer a sua cultura. Se quiser sair, pode estudar fora, sabendo que saiu por causa daquele motivo: para estudar. Quando terminar, é para ele voltar, trabalhar e desenvolver. Essa que é a nossa ideia, hoje em dia.

Gestão, supervisão, avaliação

“Diretor” é uma palavra que nós achamos muito pesada; coordenação é melhor. Tem coordenador pedagógico. Quando vê que não está tendo um resultado bom em relação à prática política pedagógica, se reúne com os professores e faz uma semana pedagógica.

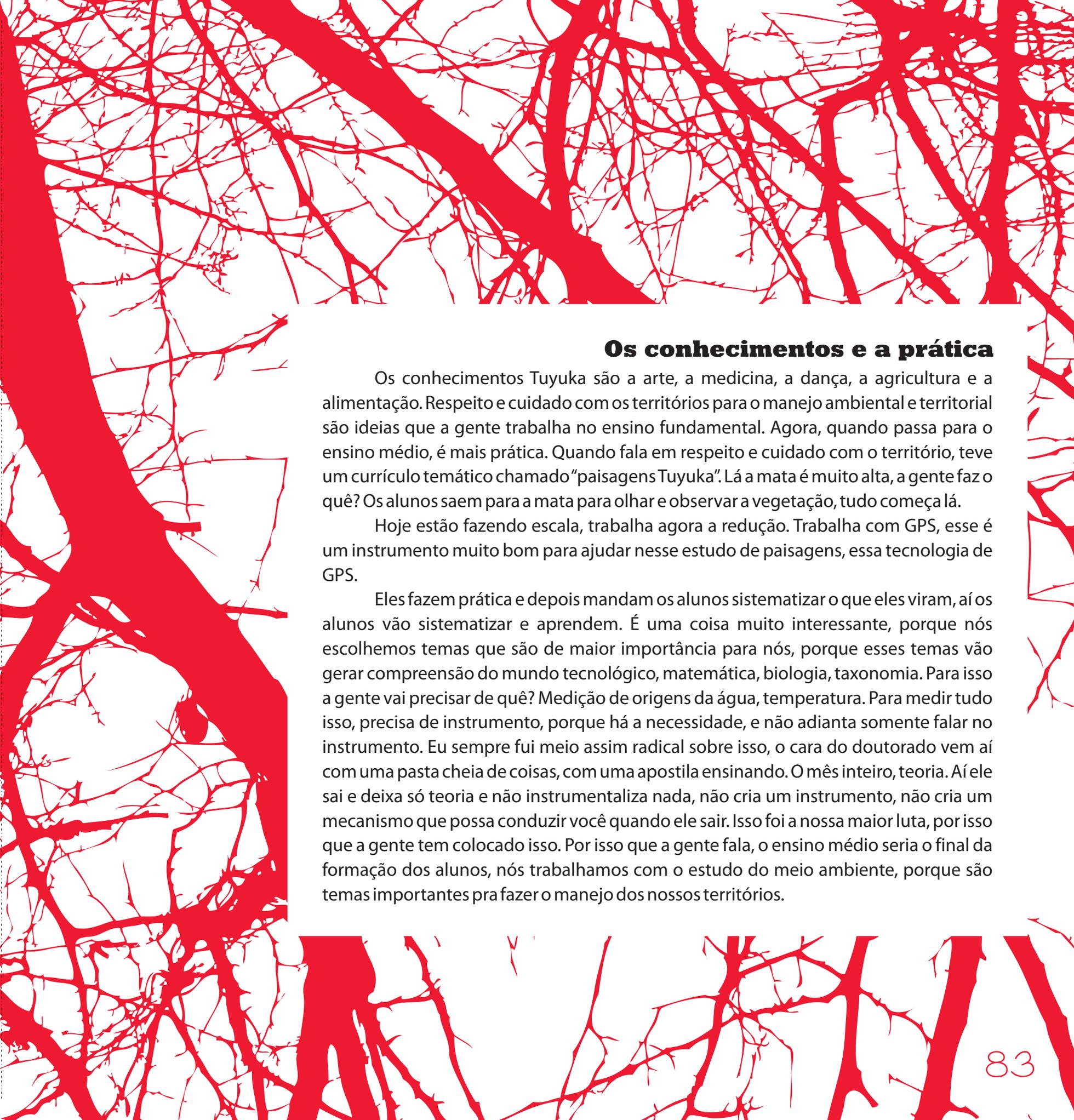
A supervisão é a comunidade que faz. De vez enquanto um pai aparece, não é supervisor igual do SEDUC, ele não olha fazer prova, ele vai ver se os professores estão todos trabalhando, se a cozinha está andando bem, se os alunos estão aproveitando bem.

Ele é convidado para as avaliações. Nossas avaliações são a partir do trabalho, a gente convida os pais dos alunos, os parentes, todo mundo interessado em ouvir sobre o trabalho que vamos colocar em exposição, em público. Os alunos começam a apresentar o trabalho deles a cada quinze dias; aí o pai avalia se o filhos dele está sendo cuidado, tem aproveitado, fez desenho bom.

Essa é uma supervisão que a gente montou, diferente da supervisão que faz o SEDUC, que manda o supervisor e, se você faltou um dia, vai descontar no salário; talvez o professor foi atender outra demanda da própria família e isso é desconsiderado pela supervisão. Mas para chegar a esse ponto, tem que conhecer todo mundo, se não, vira bagunça também. Depende de como a escola funciona. Juntos, ela tem que ser participativa, comunidade olhando, a comunidade tem que estar perto, o professor também tem que aceitar. Nós somos gente pública e temos que aceitar. Se a gente não quisesse ser alvo de críticas, a gente não estava lá com o nosso trabalho. O problema tem que ser criticado mesmo, para melhorar; se não é criticada, a escola vai para o fundo.

Nossa escola funciona quinze dias e para outros quinze. Nos quinze dias de aula, são oito horas por dia, o dia inteiro, todas as atividades contam como hora/aula.

Nós achamos que de qualquer forma a escola traz impacto. Os jovens antes de entrar para a nossa escola eram caçadores, pescadores, ajudavam na roça, e depois que entravam para escola diminuía essa atividade e não achavam que a escola estava atrapalhando essa atividade. De qualquer forma, a escola também atrapalha um pouco, então a gente analisa isso, todo professor pensa isso, se tem esse impacto. O que nos interessa mesmo hoje em dia, para a escola, é conciliar a vida da comunidade com a vida escolar. Mesmo que ela tenha esse impacto, ela pode oferecer ponto positivo para a comunidade, não tem um impacto negativo totalmente, que acabe desestruturando a comunidade.



Os conhecimentos e a prática

Os conhecimentos Tuyuka são a arte, a medicina, a dança, a agricultura e a alimentação. Respeito e cuidado com os territórios para o manejo ambiental e territorial são ideias que a gente trabalha no ensino fundamental. Agora, quando passa para o ensino médio, é mais prática. Quando fala em respeito e cuidado com o território, teve um currículo temático chamado “paisagens Tuyuka”. Lá a mata é muito alta, a gente faz o quê? Os alunos saem para a mata para olhar e observar a vegetação, tudo começa lá.

Hoje estão fazendo escala, trabalha agora a redução. Trabalha com GPS, esse é um instrumento muito bom para ajudar nesse estudo de paisagens, essa tecnologia de GPS.

Eles fazem prática e depois mandam os alunos sistematizar o que eles viram, aí os alunos vão sistematizar e aprendem. É uma coisa muito interessante, porque nós escolhemos temas que são de maior importância para nós, porque esses temas vão gerar compreensão do mundo tecnológico, matemática, biologia, taxonomia. Para isso a gente vai precisar de quê? Medição de origens da água, temperatura. Para medir tudo isso, precisa de instrumento, porque há a necessidade, e não adianta somente falar no instrumento. Eu sempre fui meio assim radical sobre isso, o cara do doutorado vem aí com uma pasta cheia de coisas, com uma apostila ensinando. O mês inteiro, teoria. Aí ele sai e deixa só teoria e não instrumentaliza nada, não cria um instrumento, não cria um mecanismo que possa conduzir você quando ele sair. Isso foi a nossa maior luta, por isso que a gente tem colocado isso. Por isso que a gente fala, o ensino médio seria o final da formação dos alunos, nós trabalhamos com o estudo do meio ambiente, porque são temas importantes pra fazer o manejo dos nossos territórios.

Especialização

Nosso projeto é flexível, há flexibilidade nesse projeto, quem vai modificar é a gente que construiu. Também temos um pensamento assim. Termina isso, nós vamos para outra etapa: a especialização, para o indivíduo que tem vontade de continuar. Por isso, estamos montando uma biblioteca enorme. Quem tiver a opção de continuar, vai ser pesquisador, vai adotar mais conhecimento. Então, quem é jovem, quem tem capacidade de continuar, há um investimento nesses jovens para aquela área, porque então essa vai ser a etapa final para ser pajé. Lá, na nossa aldeia, ele vai ter uma especialização, ele tem que fazer outras cerimônias mais religiosas, com normas, tomar bebida sagrada, usar roupa sagrada, tudo isso. Assim, o cara forma. Se ele quiser ser engenheiro de piscicultura, ele vai profissionalizar nisso, e para se tornar engenheiro ele tem que ter uma pesquisa, tem que partir para uma universidade, é por isso que nós queremos que os jovens sejam não só recebedores de conhecimento, que eles também mostrem o que sabem. Muitas vezes o indígena fica mais preocupado em receber, receber, e não contribui nada. Essa é nossa maior preocupação na escola. Por exemplo, quem conhece os medicamentos tradicionais e conhece um pouco da medicina ocidental, ele vai vir com um pacote, preparado para mostrar o conhecimento dele, não é só o professor que vai empacotar ele, mas ele também vai trocar conhecimento com o professor. Isso é muito difícil, vai ser um desafio para nós.

Por isso às vezes a gente busca dialogar com o universitário, quem vai querer aproveitar dois conhecimentos, expressar o conhecimento dele e receber o do outro.

Formação integral

Quando a gente fala de formação integral, o próprio tema não é uma coisa fixa assim: vamos trabalhar matemática é só matemática, vamos trabalhar geografia é só geografia. Por isso que é uma formação integral. Se você vai trabalhar mitologia, entra tudo: geografia, ciências, psicologia moral, matemática, entra tudo, porque o indivíduo não é só mitológico. Se todo mundo fosse mitológico então nós não teríamos condição de ter pesquisa, outras atividades. O ser humano é uma dimensão, ele está envolvido em tudo, por isso o conhecimento dele é tudo, uma vez ele é político, uma vez ele é educador, uma vez ele é trabalhador, uma vez ele é prestador. Se eu estou sentado, então eu não vou lavar, passar, cozinhar. Isso é muito feio. Nós devemos pensar nisso, nesse ensino integrado, sem esquecer os eixos: cultura e trabalho.

Então o que nós queremos que a escola seja? Queremos que os nossos jovens não se esqueçam de plantas, como plantar, mas nós temos que introduzir técnicas para aumentar a qualidade do alimento, quais são as técnicas? Precisa de adubo orgânico, para a gente adubar essas plantas. E tem também a vida cerimonial, desde que você vive a vida cerimonial vai viver feliz, a mulher também vai viver feliz, porque ela também vai saber que a vida cerimonial depende de ela assumir que esse parceiro permite ela viver sadia, porque para nós, povo Tuyuka, a mulher tem que seguir certas normas culturais, cerimônias mesmo, rigorosas. No momento da primeira menstruação, ela tem que passar certas regras, não comer certo tipo de comida. Quando ela ganha neném, pós parto, ela tem que obedecer, se não obedecer vai ficar doente, vai ficar com umas doenças atribuídas a espíritos. Nós, povos indígenas, temos muito a ver com espíritos, espíritos da floresta, da natureza, espírito da pedra. Para os homens brancos pedra não tem vida porque é mineral e mineral não tem vida. Pra nós, povo Tuyuka, pedra tem vida, água tem vida.

O que realmente a escola está oferecendo? A sistematização do conhecimento, em relação com a pesquisa, os alunos precisam disso. O grande impasse é a reflexão e o diálogo entre conhecimento indígena e não indígena. Por que hoje em dia é muito discutido onde está o conhecimento indígena no patamar do mundo científico? Ele não está reconhecido, por isso que o trabalho da escola indígena é muito importante, para quem tem vontade política de exercer sua cidadania como indígena.

Higino Tuyuka

Palestra proferida em XXXXXXXXXX de 2011

Proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais

Protagonismo na proteção da cultura

Eu sou Kaingang e Kaingang é um povo enorme, que habita de São Paulo para baixo, na região das montanhas, no interior - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É o terceiro maior povo indígena do país. Eu sou do norte do Rio Grande do Sul, de uma aldeia chamada Serrinha, moro lá.

O INBRAPL é uma organização que foi criada por pajés de todo Brasil, para discutir a proteção da nossa cultura. Como proteger? Nós discutimos. Teve gente que foi contra dizendo que esse nome era ruim, tem que mudar, e eu disse que isso nem era problema deles. Se os pajés disserem para a gente que temos que mudar, aí então nós vamos mudar; mas outros dizerem para a gente o que é bom e o que é ruim, já fizeram há muito tempo, e já erraram muito tempo. Protagonismo e livre determinação é você dizer o que é bom para você. É isso que nós temos que começar a exercer e por isso a gente tem que conhecer alguns direitos.

A INBRAPL trabalha nas cinco regiões do Brasil nessa questão que é discutir com os parentes a proteção do nosso patrimônio cultural. Nós temos especialistas em várias áreas: tem núcleo de educação, tem núcleo de escritores indígenas, está aqui o catálogo que eles produzem, com uma lista de livros que vocês podem pedir para as escolinhas de vocês. E nós temos um núcleo de advogados, a parte chata da instituição.

Temos especialistas na área cultural e eu sou especialista na área de biodiversidade; e tem a área de patrimônio cultural. Trabalhamos com a questão das diferentes formas de proteção.

O povo quadrado e a proteção em caixinhas

Como falou um pajé na Amazônia, ouvindo uma semana as falas dos advogados, a lei é essa, a lei é aquela... O pajé ouviu durante três dias e no final ele pediu a palavra e falou assim: vocês são tão inteligentes, vocês escrevem um livro bonito, grande.

Aprendi essas leis aí de vocês, são muito interessantes, mas vocês têm umas coisas difíceis de entender, porque vocês, o branco, ele não usa a inteligência dele para o que realmente importa. Porque vocês mandam todo o cocô que vocês fazem para a água que vocês vão beber, que coisa estranha. Chega na cidade de vocês e o esgoto vai todo para o rio, para o mar, e depois vocês pescam o peixe e comem... A gente não entende vocês, não. Vocês parecem tão civilizados, mas não conseguem curar o mal da alma de vocês. O espírito de vocês está doente, sabia? A sociedade de vocês não vai viver por muito tempo, porque ela está doente. E outra coisa que eu acho muito estranha: vocês são um povo da cidade, eu já andei estudando vocês na minha cabeça e vocês são o povo das caixas, vocês vivem numa casa quadrada, como é que alguém vive numa casa quadrada? Vocês são um povo quadrado. Porque tudo de vocês é quadrado, para andar entram num negócio quadrado, que é o carro. Daí vão pra outro negocio quadrado, trabalhar, e aí vocês dividem tudo em quadradinhos, tudo em caixinha.

Vocês protegem a dança numa caixinha, que é o direito autoral. Protegem a bebida que o pajé faz em outra caixinha, que é a patente. Aí vocês protegem o local que o pajé faz o ritual sagrado em outra caixinha, que é IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. Outra caixinha. E vocês vão de caixinha em caixinha, vocês são realmente o povo das caixas. Mas vocês não conseguem proteger tudo, não é?

Vocês não conseguem proteger o todo. Até porque só importa proteger o que dá dinheiro. O grafismo que pode estampar a camiseta e vender. A foto do parente que pode botar no quadro e vender. A bebida do pajé que pode transformar em pílula e vender. O deus de vocês é o dinheiro. De todas as caixinhas de vocês, as mais importantes são as que valem mais dinheiro. Tem coisas que o dinheiro não compra, viu!

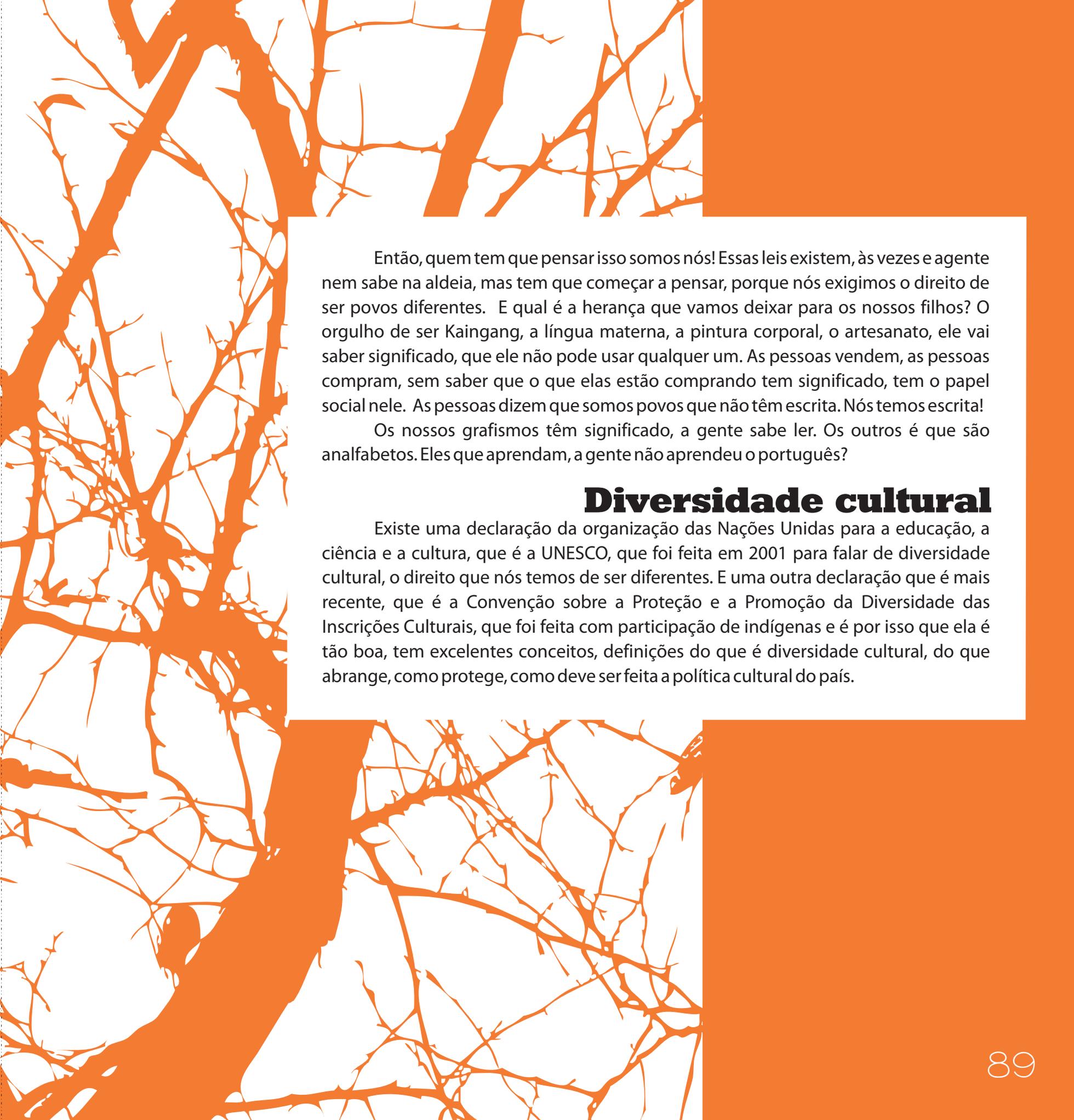
A cura de vocês o dinheiro não pode comprar. Vocês não conseguem ver o que é a doença de vocês. Mas eu vou dizer uma coisa para vocês não esquecerem: as caixinhas de vocês não conseguem proteger todo o nosso conhecimento, porque elas são quadradas e o nosso conhecimento é circular, ele é maior.



O pajé fez uma análise jurídica em pouco tempo e o pessoal ficou todo abismado. Ele entendeu tudo o que disseram sobre as leis. Então quando as pessoas sentem pena do parente dizendo que é índio, que o português não é a minha primeira língua, tenho dificuldade... Cuidado! Tem pajé de oitenta anos dando banho em muito menino de academia. Eu trabalho com essas pessoas, que são os grandes sábios das nossas culturas. São o grande patrimônio que a gente tem, tanto que a gente brigou para que, como patrimônio cultural, até pessoas pudessem ser protegidas. O nosso patrimônio é muito frágil, porque a gente dá informação com muita generosidade. A gente informa mesmo, porque não somos acostumados a cobrar por tudo, a vender tudo. Mas os não índios são. A sociedade deles é movida por dinheiro. Aqui tem pessoas boas e pessoas ruins, como todo povo, mas o que vale mais em uma sociedade capitalista é o capital. Você vale o que você tem, que é o negócio. É o cara ter carro, o cara ter dinheiro.

Registro

A gente tem toda uma discussão sobre tradição oral. A gente não vai e escreve, fotografa, registra, filma e guarda. Não, esqueça de fazer o artesanato e ele vai indo, se ninguém quer aprender o saber do pajé, pode morrer com ele. O ritual deles estava morrendo, tinha que pedir artesanato emprestado de outros povos, por que? Agora, será que vai funcionar se a gente pegar, filmar, registrar e guardar? E botar lá no banco de dados e registrar um local sagrado para o nosso povo? Mas se os nossos jovens, os nossos professores, não ensinarem isso em sala de aula? E os nossos filhos não quiserem saber?



Então, quem tem que pensar isso somos nós! Essas leis existem, às vezes e agente nem sabe na aldeia, mas tem que começar a pensar, porque nós exigimos o direito de ser povos diferentes. E qual é a herança que vamos deixar para os nossos filhos? O orgulho de ser Kaingang, a língua materna, a pintura corporal, o artesanato, ele vai saber significado, que ele não pode usar qualquer um. As pessoas vendem, as pessoas compram, sem saber que o que elas estão comprando tem significado, tem o papel social nele. As pessoas dizem que somos povos que não têm escrita. Nós temos escrita!

Os nossos grafismos têm significado, a gente sabe ler. Os outros é que são analfabetos. Eles que aprendam, a gente não aprendeu o português?

Diversidade cultural

Existe uma declaração da organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, que é a UNESCO, que foi feita em 2001 para falar de diversidade cultural, o direito que nós temos de ser diferentes. E uma outra declaração que é mais recente, que é a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Inscrições Culturais, que foi feita com participação de indígenas e é por isso que ela é tão boa, tem excelentes conceitos, definições do que é diversidade cultural, do que abrange, como protege, como deve ser feita a política cultural do país.

The background of the page is a photograph of a forest. In the foreground, there are several trees with bare, brown branches, suggesting a late autumn or winter setting. A dirt path winds through the trees, leading towards a larger, more vibrant green tree in the distance. The sky is a pale, overcast grey. The overall mood is quiet and somewhat somber, which contrasts with the text's focus on cultural issues.

Recentemente teve a conferencia de cultura em Brasília e não tinha índios para preencher todas as vagas do colegiado indígena, tive vontade de chorar de ódio.

Depois a gente fala: poxa, ficam representando a gente, botam um branco pra falar no nosso lugar... Mas a gente não vai! A gente tem um representante dentro do colegiado nacional no Ministério da Cultura e não tinha nenhum representante da região sul como delegado. Porque tem que fazer inscrição dentro de tanto tempo na internet, e a gente não tem internet. Na minha aldeia, se chove a internet já era.

Ninguém se inscreveu. Cadê os nossos delegados? Como que a gente não recebeu essa informação a tempo? A gente tem telefone dentro da aldeia, pode não funcionar a internet, mas dá um jeito.

Será que agente se articula? E foram os homens representarem a gente, os antropólogos, os sociólogos, todos os homens que estavam lá. De que é que adianta ter uma convenção? Aí eles botaram lá o texto do estatuto para a gente e eu fiquei horrorizada. Não tinha lido o capítulo sobre proteção do patrimônio cultural. Tem de tudo, cobras e lagartos ali dentro. Ai eu falei: a gente nem tem que criar nada novo. Nós somos o país que faz o maior awê no mundo, sabe por que? Uma legislação indigenista linda, ela é linda, uma bonequinha. Só que ninguém conhece a bonequinha, ninguém aplica a bonequinha. Eu falei: joga o texto no lixo e bota lá só um artigo dizendo: as políticas culturais desse país, em relação aos povos indígenas, **devem** (não é podem) aplicar aquilo que está contido na Convenção 169 que fala do nosso direito de consulta, de participação, do nosso direito de decidir as nossas prioridades. Devem aplicar a convenção da UNESCO sobre a promoção, a proteção e inclusão das diversidades culturais, porque elas reconhecem que os nossos conhecimentos fazem parte de um patrimônio cultural que enriquece a humanidade e que tem que ser protegido. E quem tem que dizer como ele deve ser protegido somos nós.



Não precisa inventar novas leis, elas já existem, elas só não são aplicadas. A constituição federal é muito clara: tem que ser respeitado o costume e a tradição. O artigo 215 da constituição federal brasileira é muito claro: as manifestações culturais devem ser protegidas. É uma obrigação do estado proteger a cultura. Não é favor não.

Tem que fazer projeto, tem que ter dinheiro. E tem, pelos ministérios. Os pontos de cultura indígena estão sendo montados aí no país por que? Porque nossa constituição mandou que a diversidade cultural fosse protegida. E a gente não sabe, os nossos professores não sabem disso, para ensinar dentro de sala de aula. Que é direito nosso, que a nossa cultura seja protegida.

Mas o que vai acontecer com os pontos de cultura funcionando? O povo filmando de tudo. Perguntou se pode? Porque tem que perguntar se pode, isso é consentimento pré-informado, se eu disser que não pode, não pode, porque é a minha imagem. As pessoas vêm e fotografam a gente, fazem, acontecem, mas não perguntam para você se pode.

Cultura imaterial

Nossos direitos são violados todos os dias e a gente é acostumado a deixar.

Então, nas pré-conferências de cultura, a gente aprovou que pelo menos as leis que já existem, as declarações da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, o artigo 31 das declarações da ONU - cole no teto de vocês, leiam todos os dias, até entrar, até aprender, até decorar. Por que? Porque é o artigo mais completo que fala de proteção do patrimônio cultural. Ele fala de semente, de show, de canto, de dança, de pintura, de conhecimento, fala de tudo. E isso é tudo só no 31, o resto é resto.

É obrigação do estado proteger. Convenção é uma lei que se torna nacional via decreto. Convenção é uma lei obrigatória. É uma lei de cumprimento obrigatório. Não é que o estado faz se quer, se gosta, se tem vontade. É dever, tem que cumprir, se está na convenção, tem que cumprir.

A Organização das nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura estabelece também uma convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, em 2003.

Nessa convenção eles dizem o que entendem por patrimônio cultural imaterial.

O que é patrimônio cultural imaterial? É aquilo que você não pode pegar. É o que o pajé falou, é redondo, não dá pra enfiar na caixinha. Eles entendem que são as práticas, as representações, as expressões, conhecimentos, técnicas, instrumentos.

É seu patrimônio. Se está no banco de dados, no museu, e aquilo é Kaingang, você reconhece, aonde quer que você esteja. Faz parte da sua cultura, os seus velhos vão saber reconhecer. Tomara que as nossas crianças saibam reconhecer. Isso depende muito do trabalho de nossos educadores.

Artefatos, lugares. Ele falava da proteção da cachoeira de Araweté, que é um lugar sagrado para eles, o ancestral que fundou a cultura deles, na mitologia, está ali.

Aquilo é importante para aquele parente, porque aquilo é a identidade dele como povo, é o que diferencia ele do resto dos brasileiros. Ou o resto do brasileiros acha que nasceu de uma pedra? Que o avô dele é uma pedra?

Protegendo as pessoas e o conhecimento

Além dos objetos, dos instrumentos, dos lugares, das comunidades, do povo todo, a gente às vezes quer proteger uma pessoa, porque o pajé é fonte de conhecimento. Os nossos anciãos, as nossas rezadeiras, são fontes de conhecimento. Às vezes eles têm que ser protegidos. Porque não sabem que se um pesquisador chegar ali e pedir para contar tudo, dizendo que vai dar uma ajudinha para não perder o dinheiro da roça, pedindo: o senhor me conta aí o que é que o senhor usa para dor de cabeça, para dor de barriga... Mas não disseram, não fizeram um termo de consentimento livre pré-informado dizendo que esse conhecimento, embora a pessoa tenha, pertence ao seu povo todo. Se a pessoa vender esse conhecimento, estará vendendo um conhecimento que é coletivo, não individual. E se esse conhecimento sair, se ele for parar em um livro, numa publicação qualquer, se ele for parar num banco de dados, se publicarem, ele deixa de ser seu, ele passa a ser de domínio público.

Ou a gente se informa pela educação e revitaliza a nossa cultura e valoriza e briga mediante formação adequada, ou a gente está morto. As terras são pequenininhas, tem gente que nem sabe que tem índio no sul do país. Mas o exterior conhece muito mais do que o nosso país o que é diversidade cultural, e valoriza. Nosso país acha que tudo o que é importado é legal. O que é de dentro, não.

A gente precisa proteger até os nossos sábios. Por que? Porque eles dão informação com muita generosidade. Porque nós somos povos que trocam informação. Ele não acha que aquilo vai ser carimbado e enfiado em uma caixa e vendido pra quem puder pagar, inclusive para você. Depois você não pode utilizar o seu remédio porque ele foi objeto impedido de patente.

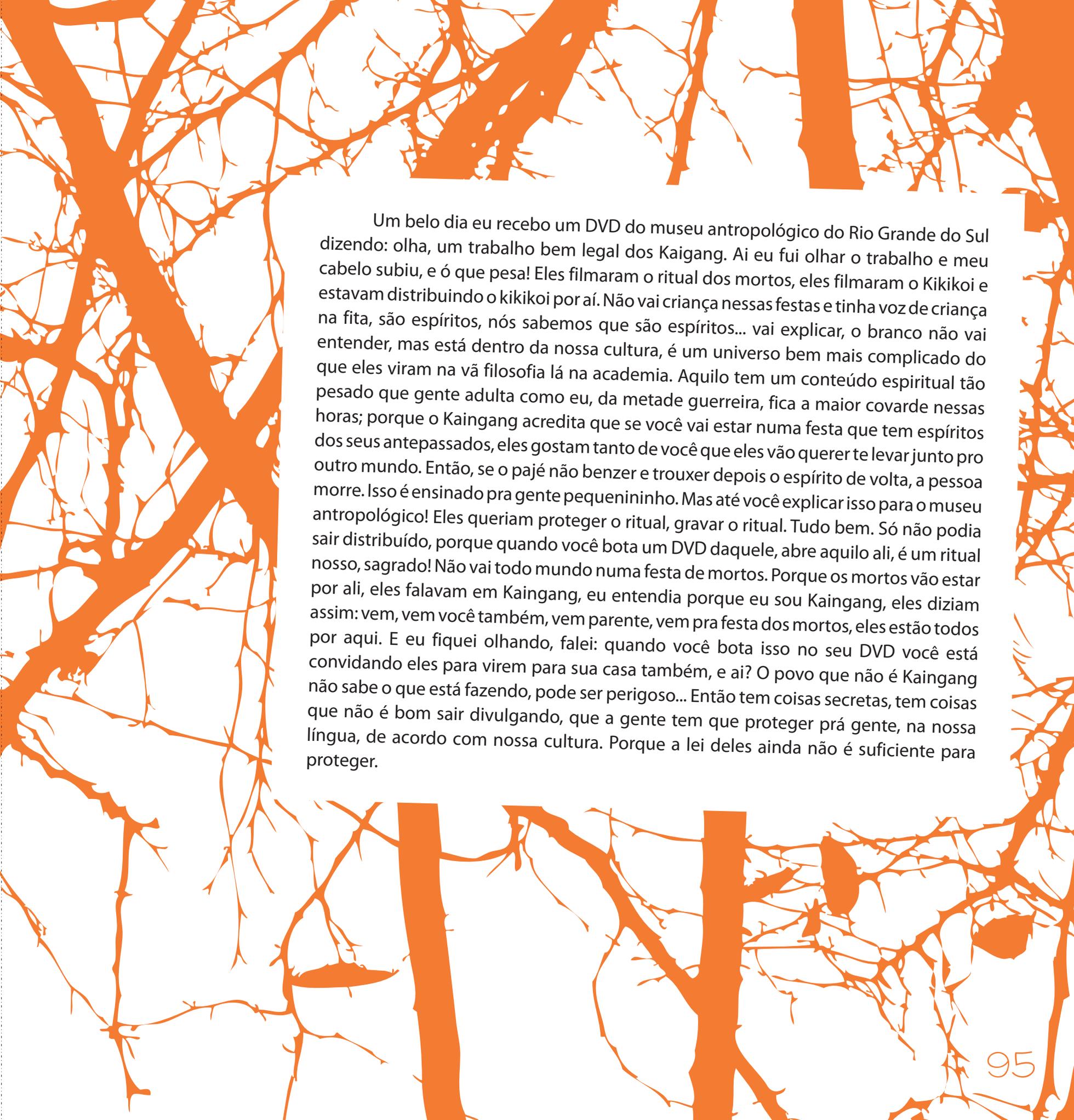
Um de nossos acadêmicos foi à cidade, tinha que entregar o trabalho dele de biologia e esqueceu que o nosso patrimônio é uma coisa coletiva, é do povo todo, e entregou uma meia dúzia de ervas, que são anticoncepcionais poderosíssimos. O professor dele pesquisou e está lá no banco de dados deles. Aí o pessoal do conselho de gestão do patrimônio imaterial disse que isso já saiu do contexto cultural, não é mais de vocês. Mas quem disse que não é meu? Por que não é meu? E quem foi que assinou?

Mas está em domínio público, saiu do contexto tradicional, então hoje isso só serve para as ideias dos brancos sobre o que é patrimônio, o que tem que ser protegido, o que pertence à gente, o que é de posse da gente.



Tem umas brigas jurídicas que são um pesadelo, mas se agente não entender estamos no sal. É o nosso conhecimento que está indo embora. A advogada falou: a gente está em domínio público, porque já não esta mais em contexto tradicional. E eu falei: não! Então não está mais em contexto tradicional, mas vocês tinham que ter respeitado uma coisa que chama conhecimento livre pré-informado, está lá na declaração da ONU. Que é perguntar se pode, dizer o que vai fazer, avisar que depois que sair dali ele não é mais teu, ele vai poder ser usado por quem quiser. Isso é o que quer dizer domínio público, de uso geral.

Preocupem-se com a palavra domínio público, porque quer dizer que todo mundo é dono. Mas explicar para os Kaingang quer uma coisa que esta dentro da cultura em um dia e que no dia seguinte foi parar na universidade e não é mais Kaingang! Resultado: denunciaram a universidade. Fizeram pesquisa, acessaram o recurso genético e esqueceram que aquilo é patrimônio de um povo. E a universidade está furiosa, porque ela tem bolsista, tem estudantes. Cuidado com os trabalhos de vocês na academia. Tem coisas que devem ficar ali na nossa cultura, porque a lei do branco é de caixinha, não protege o todo. Quem sabe um dia a gente discuta leis melhores, mas até então, tem coisa que tem que proteger, tem coisa que tem que ficar em segredo, tem coisa que pode fazer mal para eles e eles não sabem.



Um belo dia eu recebo um DVD do museu antropológico do Rio Grande do Sul dizendo: olha, um trabalho bem legal dos Kaingang. Ai eu fui olhar o trabalho e meu cabelo subiu, e ó que pesa! Eles filmaram o ritual dos mortos, eles filmaram o Kikikoi e estavam distribuindo o kikikoi por aí. Não vai criança nessas festas e tinha voz de criança na fita, são espíritos, nós sabemos que são espíritos... vai explicar, o branco não vai entender, mas está dentro da nossa cultura, é um universo bem mais complicado do que eles viram na vã filosofia lá na academia. Aquilo tem um conteúdo espiritual tão pesado que gente adulta como eu, da metade guerreira, fica a maior covarde nessas horas; porque o Kaingang acredita que se você vai estar numa festa que tem espíritos dos seus antepassados, eles gostam tanto de você que eles vão querer te levar junto pro outro mundo. Então, se o pajé não benzer e trazer depois o espírito de volta, a pessoa morre. Isso é ensinado pra gente pequenininho. Mas até você explicar isso para o museu antropológico! Eles queriam proteger o ritual, gravar o ritual. Tudo bem. Só não podia sair distribuído, porque quando você bota um DVD daquele, abre aquilo ali, é um ritual nosso, sagrado! Não vai todo mundo numa festa de mortos. Porque os mortos vão estar por ali, eles falavam em Kaingang, eu entendia porque eu sou Kaingang, eles diziam assim: vem, vem você também, vem parente, vem pra festa dos mortos, eles estão todos por aqui. E eu fiquei olhando, falei: quando você bota isso no seu DVD você está convidando eles para virem para sua casa também, e aí? O povo que não é Kaingang não sabe o que está fazendo, pode ser perigoso... Então tem coisas secretas, tem coisas que não é bom sair divulgando, que a gente tem que proteger prá gente, na nossa língua, de acordo com nossa cultura. Porque a lei deles ainda não é suficiente para proteger.

Não só somos capazes, mas podemos ser os melhores

A média de estudo brasileira é de 6,4 anos. O brasileiro estuda em média 6 anos - são dados de 2003. E essa média cai para 3 anos em se tratando de negros, ou de gente que mora no interior, não nas capitais. A gente não sabe direito a média de estudos dos povos indígenas, mas para nós que éramos considerados incapazes até pouco tempo, que não temos políticas públicas voltadas para o ensino superior... As pessoas não sabiam que a gente ia fazer o ensino superior porque elas achavam que a gente não era nem relativamente capaz de comprar e vender qualquer coisa, contratos da vida civil.

Então, quando eu passei no mestrado, na universidade de Brasília, que é uma universidade elitista, só os filhos dos ministros, desembargadores, eu passei em primeiro lugar no mestrado. Ai o pessoal: mas como, passou uma índia, que absurdo!

Mas eu estudei em excelentes escolas particulares. Estudei nas melhores do país.

Quando a gente oferece oportunidade, tem bons frutos. Podemos provar que nós não só somos capazes, mas podemos ser os melhores, porque a gente traz para a universidade essa diversidade que é patrimônio, que enriquece. A nossa presença na universidade muda algumas coisas, ela nunca mais vai ser a mesma, porque tem toda uma riqueza que nós trazemos, a nossa forma própria de aprender, as nossas formas próprias de ensinar. A gente aprende ouvindo, e os nossos velhos falam gostoso, a gente não dorme na aula deles não.

Patrimônio de quem?

O Waiãpi, no Amapá, protegeram as pinturas, os grafismos deles. Passou a ser parte do livro, dos registros das formas de expressão. Para você proteger um local, como um local sagrado, vai lá no livro dos lugares. Um grafismo, uma pintura, no IPHAN ou na UNESCO. Para reconhecer que ele é patrimônio do Brasil, no caso do IPHAN; ou para reconhecer que ele é patrimônio da humanidade, no caso da UNESCO. Aí vem a pergunta que não quer calar: por que, para proteger o nosso conhecimento, tem que dizer que ele é do Brasil inteiro? Bem do povo brasileiro. Porque não pode proteger um bem do povo Karajá, do povo Waiãpi, do povo Xakriabá? Por que tem que dizer que ele é de todo mundo? É porque a proteção não é adequada, porque ela foi feita por gente que trabalha mais em gabinete do que em terra indígena.

Marcas e patentes

Hoje, para proteger, ou você torna o bem de todo mundo, ou você privatiza - vai lá no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual no Rio de Janeiro ou em Brasília e diz: quero fazer um pedido de patente, quero registrar a minha marca. Só vai vender aquele produto quem pagar pra mim. Mas pertence ao povo todo! Você tem que pedir o consentimento para quem, para fazer isso?

E quantas marcas tem registradas com nome indígena? Um monte! Registraram a marca do Ticuna outro dia. Papel higiênico Ticuna, e os Ticuna tiveram um treco.

Ofendeu o parente. Eu também me ofenderia. Mas foi uma briga para provar que aquela marca tinha que ser revogada, porque como você usa o nome de um povo para vender papel higiênico?

Então, nós temos problemas práticos. A gente precisa de entender dessas convenções para evitar constrangimentos maiores. Vocês são educadores, portadores de referências culturais que são multiplicadas em sala de aula. Pesa sobre os ombros de vocês, e não sobre os meus, serem multiplicadores em terras indígenas, se virar para explicar essas convenções para as lideranças de vocês.

É impressionante ver o número de pedidos de patentes sobre plantas brasileiras que é feito por estrangeiros. Nem são empresas brasileiras que lucram com essa história. Nós não temos noção do valor disso e nós deixamos a coisa sair, nós não sabemos proteger.

Somos protagonistas

Qual é o contexto cultural que agente vive hoje no Brasil e no mundo? Será que o mundo e o Brasil conhecem a diversidade cultural que têm? Não, eles não conhecem!

Se conhecessem, não iriam criar uma lei tornando obrigatório o ensino de história afro e indígena nas escolas. O Brasil não conhece a diversidade cultural que tem.

A gente precisa entender bem qual é o conceito deles, o que eles entendem que faz parte da biodiversidade. Que são os recursos naturais, a terra, a cachoeira, a água, o bicho e a planta. Qual é o principal tratado universal que discute biodiversidade e conhecimento tradicional? Como é que se protege isso hoje, afora das leis de patentes?

É com essa convenção. Por que eu estou aqui? Porque esse ano, em outubro desse ano, no Japão, o mundo vai se reunir para criar uma lei internacional. Uma lei para discutir quanto cada país vai desembolsar pelo uso de biodiversidade no mundo.

Porque tem país que tem muito mato, como é o Brasil. A maior parte são terras indígenas. E tem país que tem muita tecnologia, biotecnologia. Como pesquisar, como transformar isso em pílula, em remédio. E a briga vai ser em como dividir o lucro que eles ganham usando biodiversidade, entre os países que tem meio ambiente, que tem biodiversidade, que tem mato, que tem cachoeira e os países que tem biotecnologia, que tem desenvolvimento industrial. Quanto eles vão pagar para os países para usar a planta, para usar o conhecimento e quanto eles vão pagar, se é que eles vão pagar, para os povos indígenas pelo conhecimento que eles têm sobre isso. Vai ser criado este ano um regime internacional de acesso e repartição de benefícios sobre biodiversidade e conhecimentos tradicionais. Vocês estão dentro do país numero um do mundo em diversidade. Nós somos o maior país em termos de recursos naturais do mundo. As partes mais preservadas da biodiversidade desse país estão nas nossas terras. Então nós temos que estar dentro das Nações Unidas discutindo isso, porque não somos terceiros interessados, nós somos agentes principais nessa historia, somos protagonistas. Não vai Funai lá falar por mim, não. Fale pelo governo, nós somos sociedade civil.

Somos titulares dos nossos conhecimentos

Nós somos contra os bancos de dados, até segunda ordem. Até se discutir com a gente como deve ser criada uma lei para proteger aquilo que é essencial. Já roubaram a terra, já levaram o recurso natural, já proibiram as línguas, o que mais vocês querem tirar? O sangue? Não! O conhecimento que está dentro do pajé. Que audácia vocês dizerem que ele pertence ao governo! Para uma coisa pertencer a uma pessoa ela tem que ter três direitos: usar, fruir e dispor. Nós somos donos da nossa terra? Não! O governo é dono da nossa terra. Tanto é que nós não podemos vender, porque isso é direito de disposição. Nós não podemos, nós somos possuidores, nós só temos o direito de usar e fruir. O usufruto exclusivo da terra é nosso. Vocês fizeram como nosso conhecimento a mesma coisa que fizeram com a terra. Vocês disseram que vocês são os donos, mas a gente tem direito de usar. Só que a terra vocês até podem levar, dizendo que a terra é da união, mas o conhecimento dos nossos pajés, não. Ele não cabe nos livros de vocês, ele não cabe nos bancos de dados de vocês. Vocês não são donos deles, nós não somos detentores, porque detentor é um possuidor, nós somos os titulares, nós somos donos, se nós não quisermos dar, não vamos dar. Se a gente quiser doar, a gente doa. Se a gente quiser esquecer, a gente esquece. Isso é direito de disposição, isso é ser titular.

Então, o que são conhecimentos tradicionais? São o conjunto de saberes, inovação, criação que fizer parte do universo maior que é o patrimônio cultural de um povo indígena. A UNESCO fala que patrimônio cultural são práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e instrumentos, objetos, artesanatos, lugares, comunidades, grupos e até o pajé, até os indivíduos que se reconhecem como parte integrante do patrimônio de um povo. E isso tem que ser protegido.

Fernanda Kaingang

Advogada

Palestra proferida em maio de 2010

É tempo de dividir a razão

Eu sou da etnia Yawanawá e vim do Acre. Vivemos uma situação difícil, situação de luta na nossa comunidade. E esse é um dos desafios que enfrentamos como professores. É uma luta que já vem dos mais velhos, tios, avós, que lutaram para que pudéssemos continuar vivendo uma vida de paz. Continuar sendo esse povo que é diferente no modo de viver nesse mundo. Em Minas Gerais os índios também são diferentes e continuam lutando por liberdade. Mas como a região foi o local dos primeiros contatos com o homem branco, quando chegamos em Minas sentimos muita diferença, pois **ainda vivemos no Acre no nosso mundo original, no mundo da floresta.**

Na aldeia ainda tem muitos velhos, com idade avançada, mas que o coração continua jovem, criança ainda, que começa a dançar às seis da manhã e para até o outro dia, sem cansar. Percebo a educação pelos velhos, a educação não é apenas pela escrita.

Estamos cercados por esse mundo, por essa sociedade que não é nossa, mas enfrentamos, pouco a pouco. A organização de professores indígena do Acre faz parte da luta, da possibilidade de trocarmos idéias, de fazer encontrar os nossos pensamentos, melhorar e encontrar um caminho de vida para o nosso povo. Na convivência com outros povos indígenas, outras aldeias, adquirimos muita experiência. Levamos a mensagem do nosso povo, mas também percebemos que cada povo tem uma grande diferença de vivência. E não devemos criticar ninguém, **não é tempo mais de criticar. É tempo de aprender, tempo de escutar o outro, tempo de dividir a razão, tempo de sentir como irmão,** tempo de estarmos juntos para melhor lutar para o nosso povo. Então, não há aquele que saiba o que é melhor para o outro, cada um tem suas necessidades conforme a comunidade, o seu povo.

O papel do professor

“O professor serve de ponte entre a vivência da sociedade do branco e a da sociedade que ele conhece”

Ser professor é um trabalho difícil, que exige tempo e paciência. Trabalhamos com adultos e crianças; uns têm facilidade, outros não têm tanta. Eu lembro uma vez que, numa conversa, o cacique Kaxinawá disse: Seu Chico, como é que o senhor tá?

Rapaz, eu não tô bem, não. Que o trabalho do cacique não é fácil, é Chico Barbosa em Brasília, é Chico Barbosa em Rio Branco, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, e Chico Barbosa não dá tempo mais nem de roçar o roçado dele, não dá mais tempo de limpar a bananeira dele. Mas, mesmo assim, ele é professor. **Conseguimos porque somos uma grande família e uns sustentam os outros.** Quando você ganha a confiança da tua família, eles ajudam porque sabem que você também está ajudando eles em todos os sentidos.

Enfrentamos problemas sérios na aldeia e não é diferente de outras comunidades indígenas. Mas o que fazemos, como professores? Primeiramente, escutamos os mais velhos. São eles que nos orientam no que devemos fazer. Se você quer ser uma liderança, que quer ter conhecimento, ou professor, que quer ensinar o seu povo a uma direção de paz, alegria, de respeito com a natureza e com o ser humano e tudo que está ao seu redor, você tem que ir lá, sentar horas e horas do dia e da noite, para ter isso aí. Porque se você não tiver isso, ninguém acredita em você, ninguém confia em você. Então, a vida do professor, como diz o Seu Chico Barbosa, não é fácil, não. Não é apenas defender o salário mesquinho que o estado paga. **Ser professor é muito mais compromisso.**

O professor Yawanawá serve de ponte entre a vivência da sociedade do branco e a da sociedade que ele conhece. Essa é a vida do professor na comunidade, aprendendo a viver nesse caminho, conhecendo os dois lados, o da tradição e o da vivência da sociedade branca, e tendo a coragem de estar no meio.

A escola Yawanawá

Tudo isso é fruto de uma necessidade

Hoje somos quatorze professores e cada um fica responsável por organizar uma classe. Às vezes trabalhamos juntos e vamos tocando, de pouco a pouco. Eu já cheguei a esse ponto não porque nasci assim, eu fui aprendendo com os amigos. Desde pequeno, quando a criança aprende a falar, ela vai para a sala de aula e já começa a aprender a ler e escrever.

Nós passamos quarenta anos sem fazer nada, tudo espalhado, separado, dividido por causa da colheita da seringa, da borracha para o patrão. Só depois que conseguimos demarcar a nossa terra que os seringalistas, os seringueiros, foram embora. E quando eles saíram tivemos necessidade de escola, de posto de saúde, de montar uma cooperativa. Tudo isso é fruto de uma necessidade. Depois da saída, focamos na questão cultural. Porque queríamos trazer aquilo tudo que tínhamos deixado lá parado fazia tempo.

Antigamente, não tínhamos a idade para ir para a escola, já começava a aprender com os pais desde pequenos. Agora, como tem o espaço da escola para aprender a ler e a escrever, **a gente nunca manda uma criança que não sabe falar. Só depois que ela sabe falar é que ela vai para a escola. De primeira à quarta série é só na língua do nosso povo e de quinta a oitava, entra o português.** Pois queira ou não queira o português estará por aí, em qualquer lugar.

Estudo na cidade

“Não adianta ficar famoso e não valer nada para a comunidade”

Nós temos de primeira a quarta série e de quinta a oitava. Não podíamos deixar nossos filhos irem para a cidade, para eles não trazerem algumas modas para dentro da aldeia. E aqueles que concluíssem de quinta a oitava, seriam selecionados para ir para a cidade sob a responsabilidade do coordenador. Porque você não pode botar um grupo de crianças na cidade, que você não conhece o pensamento dessas crianças. Porque andando por vários lugares já vimos que tem muita gente que saiu da aldeia para estudar e não voltou mais; ficou famoso, mas não serve de nada para a comunidade. E isso é um perigo para a gente.

Raramente deixamos os nossos filhos sair da aldeia, porque a gente quer ficar mais reservado. É muito perigoso, se você não acompanhou a criação da criança, se o menino vai dar resultado para a sua comunidade. A nossa tendência é melhorar a nossa situação de vida, trazer o bem estar para a nossa família. **Não adianta ficar famoso e não valer nada para a comunidade.**

Língua

Pra falar direito, tinha que falar o português

Descobrimos que tínhamos perdido muita coisa porque nós éramos mandados. Não podíamos falar na língua, era proibido pelo patrão. Ele dizia: 'fala direito, caboclo!' e isso foi intimidando o nosso povo. Pra falar direito, tinha que falar o português. E depois que ele saiu percebemos que tínhamos necessidade de falar a nossa língua. Fizemos campanha com os professores, pais de família, para falarem na nossa língua.

Publicações

Tem coisas que não é todo mundo que pode saber

Os mais velhos não gostam muito de publicar, pois acham que o espírito não gosta.

Tem coisas que não é todo mundo que pode saber. Tudo o que está publicado e todo mundo vê, os espíritos veem e não acham bom. É por isso que os mais velhos não deixam registrar. Tem livros que pode; o que não pode é o do conhecimento espiritual.

Tem gente que dorme e não sonha nada, que não percebe a mudança da natureza.

Vamos dizer que lá na mata, na floresta, na lua clara, se você tirar uma madeira, pode tirar, só que é contra a vontade da natureza - então, ela vai te punir. Essa madeira vai se estragar bem rápido. Agora, se você tirar no tempo escuro da lua, vai demorar muito para estragar a madeira. Então tem isso, temos essa ligação com a natureza.

A gente tem uma história Yawanawá da criação do mundo

No começo nós tudo era uma família só. Mas por causa da desobediência se espalhou todo mundo e chegou um grande rio para atravessar. E a gente não imaginava que o que estava servindo de ponte era um jacaré grande. Foi aí que espalhou toda a nossa família. As vezes a gente encontra a nossa família só com o espírito, pelo sonho. Então a gente toma a nossa bebida sagrada e vai passear naquele lugar desconhecido. Mas nós sentimos no coração que a nossa família ainda existe. E estamos no tempo de reencontrar a nossa família.

O mundo das ciências, das tecnologias Não imaginamos nada separado

Do ponto de vista Yawanawá, não é possível separar a ciência da água, da terra, do vento, dos animais - está tudo ligado um com o outro. Porque sabemos que, quando alguém entra na floresta, parece que todas as folhas são iguais, não dá para distinguir. Eu não sei distinguir nada. Penso que todas essas folhinhas são iguais. E como é que a ciência Yawanawá sabe que uma dada folhinha serve para curar uma doença? Como é que ele descobriu? Alguém ensinou? Fizeram algum estudo? Eles aprendem nos sonhos. Eles sonham o fogo, os animais, as frutas, o caminho, a casa, o rio. E sabem dizer qual é o tipo de doença por causa do sonho.

Imaginamos que a água não é suja, não tem impureza. E se analisarmos o mundo das águas tem sujeiras como o nosso mundo, nosso espaço. E como os animais, as cobras, os peixes, vivem dentro d'água? Ela tem um segredo, uma ciência. E por que a água não causa doença? Ela causa doença. A pressão que sai da comida, para os Yawanawá tudo isso é uma ciência. Devemos estudar tudo isso. Muitos pajés não falam nada, e melhor é não falar nada.

Senão, vai criar muitas universidades e a gente não vai dar conta. É uma ciência. Isso não é mito, não é só história. Isso ainda acontece dentro do povo Yawanawá.

E até os mais velhos, tem alguns que não conhecem, não sabem. Isso não é repassado a todo mundo. Isso é um segredo, uma ciência que é transmitida para as pessoas que desde a sua criação ganham respeito pelo seu comportamento, sua criação, por quem foi criado.

Não imaginamos nada separado.

A luta pela terra

Na década de 80, com a passagem de um antropólogo acreano, ele disse que tínhamos direito à terra. A partir desse momento, começamos a fazer a retomada da terra.

Porque antes não tínhamos esse direito. Os seringueiros e os fazendeiros se diziam donos da terra. Os fazendeiros compraram a terra com todos nós dentro, não deram nenhuma satisfação, nem avisaram que iriam vender as terras.

Antes, os seringalistas, que eram os donos do seringal, faziam de tudo. Levavam tudo, mercadoria, remédio, e nós não nos preocupávamos porque a nossa mão de obra era para o nosso sustento. Não tínhamos mais tempo de fazer as nossas coisas. Nós éramos obrigados a trabalhar. Então, a partir da década de 80, resolvemos tirar todos os seringueiros e os seringalistas da nossa terra, por todo o tempo que eles tinham enganado o nosso povo que cortava seringa. Isso já acontecia antes de eu nascer.

Formamos um grupo com um representante da Funai. Naquela época, perguntamos se ele nos ajudaria a fazer a retomada. Tinha para mais de 40 toneladas de quilos de borracha. E jogamos tudo na água. Tiramos do terreiro dos seringueiros e levamos tudo para o nosso terreiro. Foi a primeira guerra que enfrentamos e eles ficaram com medo, fugiram e foram embora. A partir desse momento os seringueiros e os seringalistas que se diziam donos e todos que viviam subordinados a eles foram embora. Deu muita pena ter feito isso, mas foi um bem para o povo. A gente sempre perguntou a amigos e até hoje não tem nenhuma queixa da gente, pois sabem que temos direito à terra.

A partir daí começamos a enfrentar muita necessidade: a escola do seringalista e a farmácia que o seringalista comandava não estavam mais ali. Nós nos obrigamos a criar a cantina para sustento, vendemos a borracha para comprar mercadoria, procuramos ter agente de saúde, professor. Foi muita dificuldade, porque não tínhamos nos preparado para isso.

Nessa época mesmo, por volta de dois meses depois, expulsamos os missionários.

Porque eles começaram a criticar a nossa luta, nosso pensamento. Eles diziam que isso não era coisa de Deus, era coisa do demônio. E diziam para um conjunto de jovens que nós éramos comunistas. Então reunimos a nossa família e dissemos: ou tiramos os missionários ou vamos sair daqui. A nossa família escolheu a gente. Nós demos 24 horas para eles saírem. Depois disso me nomearam o primeiro professor.

Começou com um e hoje já somos 14 professores apenas numa escola.

A vivência da cultura

O povo que tem suas histórias só acaba se quiser.

Já tinha quarenta anos que não fazíamos nenhuma festa, e a última vez que fizemos uma espécie de curso de pajé foi há mais de 40 anos. Então nos organizamos.

Participaram jovens, para escolher quem tinha coragem de fazer o curso para adquirir conhecimento. Porque o pajé é uma espécie de guia. Ele guia a liderança. Ele é quem sabe o que tem que ser feito na comunidade, sabe o que a liderança tem que fazer ou deixar de fazer.

Atualmente, praticamos mais a nossa cultura, trazemos mais pelas histórias.

O povo que tem suas histórias só acaba se quiser. Porque se tem os velhos que contam a história num povo, nós temos que praticar. **E a prática é a coisa mais fácil de ser feita para fazer funcionar a vivência do povo, fazer pensar, voltar o tempo antigo.**

Então, nós estamos nesse processo buscando muitos aliados, amigos que entendem a nossa luta. No curso para professores indígenas no Acre a professora propôs uma reflexão do que é ser índio, dentro das aulas de geografia. Agradeço muito a ela porque naquela época eu estava um cego, andando nos caminhos sem saber o que iria fazer, e com essa aula dei uma parada e fiz uma reflexão da minha vida.



Atualmente nos organizamos, realizamos diversas atividades na aldeia, isso tudo para todos se sentirem próximos da sua família, sentir que ninguém morre, sentir que todos os seres ao nosso redor estão vivos e estão querendo falar, mas não têm oportunidade. Nós temos que cuidar deles, que são as árvores, as terras, que não podem falar, que se eles pudessem falar eles diriam que vocês estão me acabando, vocês estão me poluindo, estão arrancando de mim meu coração. A natureza diria isso, mas como ela não pode dizer, é a gente que diz para ela. Somos nós que devemos cuidar dela. A terra não tem a obrigação de só receber gente nova, receber lixo. A terra também é viva. **Nós temos que brincar com a terra.** Parece assim a brincadeira mais horrorosa, mas é a que a gente mais gosta de fazer: um lago de lama e jogar os primos, as primas, os tios, com muito carinho, na lama, para brincar com muito carinho, para sentir que a terra também está viva. Assim orienta o nosso conhecimento.

A luta pela ampliação da terra

A minha geração lutou pela ampliação da nossa terra, porque a terra demarcada pelo governo tinha ficado sem pé e nem cabeça, ficou só o meio. Então, percebemos que a cabeceira do nosso rio iria ficar fora e não queríamos correr esse risco. Quando eu vi o rapaz que trabalha lá no Xingu apresentando um mapa da Terra Indígena do Xingu percebi que eles têm uma reserva grande, só que as nascentes dos rios ficaram fora. A parte que ficou de fora da demarcação, os fazendeiros desmataram tudo e estão poluindo. Está prejudicando o povo daquela terra que mora no Xingu e depende dos rios, eles estão ficando doentes. Essa é a nossa preocupação, a de não deixar as nascentes dos rios de fora da demarcação da terra.

E falando de história, os mais velhos falaram que o nosso cemitério dos povos mais antigos tinha ficado de fora da terra, da demarcação. É esse pessoal da FUNAI que vai lá e não faz o estudo direito, e fizeram isso, deixaram os nossos cemitérios de fora da demarcação. Também deixaram de fora os locais de pescaria, como o ponto da pescaria que fazemos durante o verão, que é uma espécie de competição, um esporte, no qual um jovem de dezesseis anos mergulha no rio, pega peixe grande e aquele que pegar o maior, é uma festa. Esse pedaço do rio também ficou de fora da demarcação do governo. E com o projeto governamental de desenvolvimento sustentável seriam retiradas madeiras e desmatada grande parte da região. Decidimos entrar com o pedido para ampliação de terra.

E o que nós fizemos, num primeiro momento? Nos reunimos e dissemos: vamos tirar essa placa e vamos descendo, e onde costumávamos pescar, deixamos placas dizendo aqui é terra indígena. E por incrível que pareça, uma equipe de antropólogos começou a escrever sobre a nossa pescaria e nós começamos a articular com os políticos do município e da capital. E fomos a Brasília falar com o ministro. Por detrás disso tínhamos crença, confiança, acreditando na nossa verdadeira capacidade e conseguimos aumentar a área demarcada, com a nascente do rio dentro da terra indígena.

O segredo é sempre estar junto, em qualquer trabalho, é brincando, é discutindo, planejando tudo que for de interesse da comunidade. Pois se separar, não vai conseguir. Ninguém nunca conseguiu nada sozinho. A nossa terra está com muita caça, muito peixe, muita floresta, e cada vez criamos mais atividade para proteger.

Estamos criando açude, fazendo alguns criatórios de peixe e galinha caipirão.

Até agora nunca criamos gado. Mas há necessidade, porque agora chegou muito leite e está produzindo muito lixo, muita lata. Então, queremos comprar algumas vaquinhas para dar leite, mas vai ter que equilibrar, não deixar aumentar muito. Pois se crescer muito a comunidade vai poder matar para comer, festejar.

Ao olhar o mapa, o Rio Gregório é afluente do Rio Juruá, nós estamos na cabeceirinha. Quando os mais velhos pediram a demarcação da terra cortaram a terra, colocaram a cabeceira fora. Parece que só com a força do espírito que a gente conhecia no passado, a gente pediu a ampliação. E no governo todo mundo ficou preocupado, porque tem gente que não tem terra demarcada e a gente estava pedindo a ampliação da nossa terra. E parece que divinamente o espírito agiu e conseguimos arranjar o dinheiro. A gente fez todo o mapeamento da área e mostramos para o ministro que assim nós não poderíamos viver, com o nosso cemitério e cabeceira do rio fora da área demarcada.

Quando cuidamos da nossa terra, cuidamos da nossa família.

Nani Yawanawá

Professora indígena

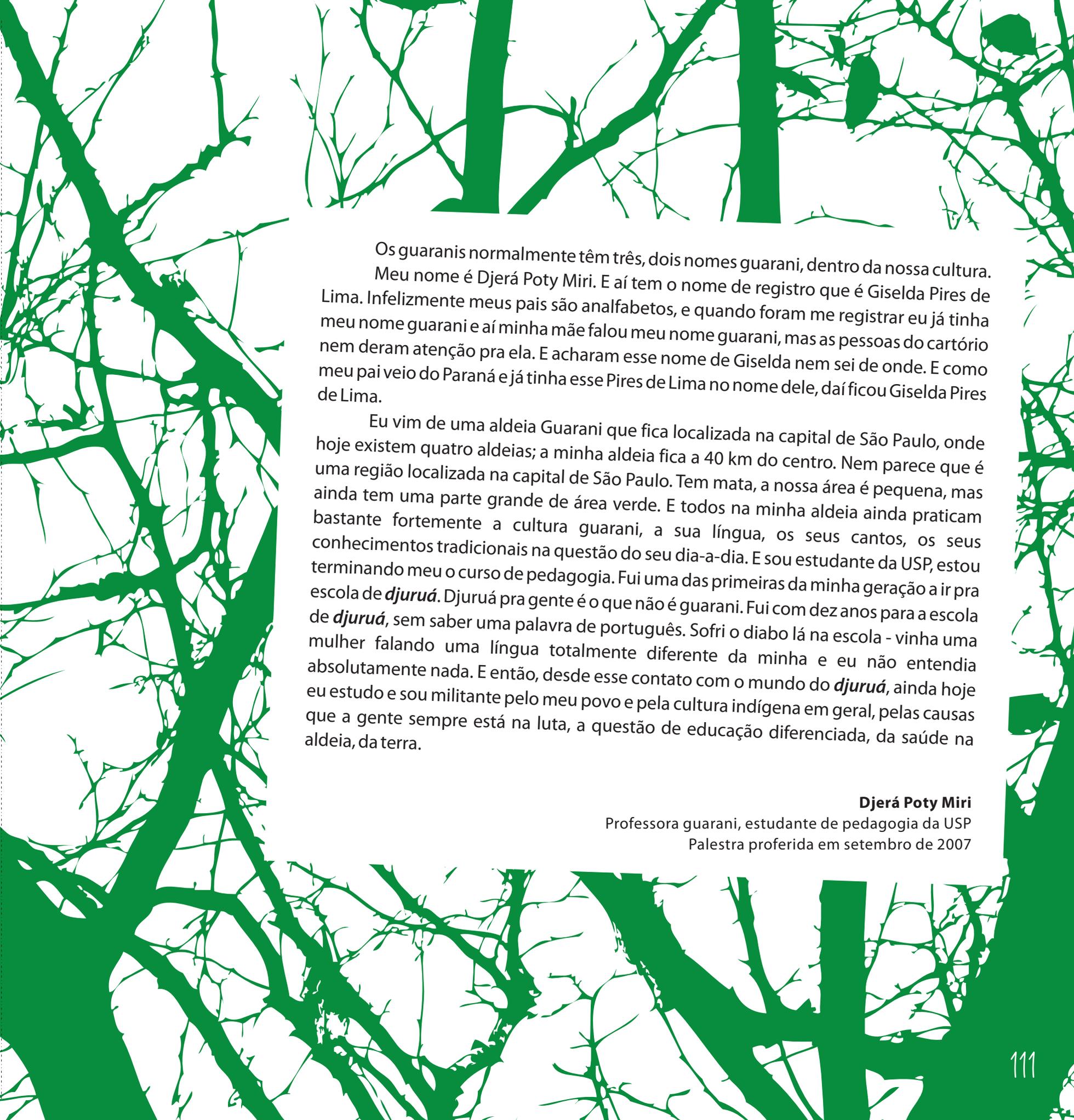
Palestra proferida em maio de 2008

Incentivada pela mágica

O povo guarani, o meu povo, tem na música uma representativa cultural muito forte. Isso é assim para todos os povos indígenas; o povo indígena representa a sua alegria, a sua tristeza, a sua morte, o seu renascimento, o seu novo tempo, o seu tempo velho, a sua religiosidade, as suas crenças, através da música.

Uma vez eu fui a Brasília para participar de um grupo de pareceristas de projetos indígenas, que aprovava ou não aprovava os projetos. Tinha os critérios que a gente tinha que observar pra aprovar ou não aprovar. E aí foi uma das minhas primeiras experiências pra cantar em publico, incentivada pela mágica. Como eu disse, o meu povo utiliza muito a música para falar do dia-a-dia, do que acontece na nossa vida.

Na minha aldeia tem quatro grupos. Sempre teve grupos de coral, que é a questão de representar das nossas musicas pra fora, para a sociedade envolvente. E por algum motivo, eu nunca fui chamada pra compor esses grupos. Então eu penso que com certeza é porque eu não tenho uma afinação muito boa. Eu sempre sou chamada pra fazer outras coisas. Os meninos da minha aldeia, quando cantam - vocês devem ter tido contato com o CD Guarani - normalmente as meninas soltam um som assim muito agudo, bem alto, sem abrir a boca. Como quando fala ñhanderueté, e é muito alto, eu não consigo, é o meu povo que faz, mas eu não consigo alcançar essa gráfica aí. Mas enfim, a música tem uma coisa muito, muito, importante, que é essa questão da gente representar os sentidos, os valores. Os princípios que existem dentro da nossa cultura. E é tudo muito, muito forte, realmente. Tem uma parte dentro da música, dentro do meu povo, muito interessante, que é a questão da cantiga de ninar... No litoral de São Paulo, em Bertioga, esse ano foi o sexto ou o sétimo ano que tem encontro de povos indígenas pra mostrar sua cultura e conseqüentemente, é a parte mais emocionante, a parte que mais toca todo mundo, que o pessoal olha pro outro e fala "Cê tá passando mal? Quer ir pro hospital?". Porque o pessoal não consegue segurar as lagrimas... É uma emoção muito grande. Quando entra o Xavante, o Pataxó, o Carajá, o Guarani, na arena enorme, cada um trazendo a sua música, com seus pés no chão, forte... É uma coisa muito forte, mesmo.



Os guaranis normalmente têm três, dois nomes guarani, dentro da nossa cultura. Meu nome é Djerá Poty Miri. E aí tem o nome de registro que é Giselda Pires de Lima. Infelizmente meus pais são analfabetos, e quando foram me registrar eu já tinha meu nome guarani e aí minha mãe falou meu nome guarani, mas as pessoas do cartório nem deram atenção pra ela. E acharam esse nome de Giselda nem sei de onde. E como meu pai veio do Paraná e já tinha esse Pires de Lima no nome dele, daí ficou Giselda Pires de Lima.

Eu vim de uma aldeia Guarani que fica localizada na capital de São Paulo, onde hoje existem quatro aldeias; a minha aldeia fica a 40 km do centro. Nem parece que é uma região localizada na capital de São Paulo. Tem mata, a nossa área é pequena, mas ainda tem uma parte grande de área verde. E todos na minha aldeia ainda praticam bastante fortemente a cultura guarani, a sua língua, os seus cantos, os seus conhecimentos tradicionais na questão do seu dia-a-dia. E sou estudante da USP, estou terminando meu o curso de pedagogia. Fui uma das primeiras da minha geração a ir pra escola de *djuruá*. Djuruá pra gente é o que não é guarani. Fui com dez anos para a escola de *djuruá*, sem saber uma palavra de português. Sofri o diabo lá na escola - vinha uma mulher falando uma língua totalmente diferente da minha e eu não entendia absolutamente nada. E então, desde esse contato com o mundo do *djuruá*, ainda hoje eu estudo e sou militante pelo meu povo e pela cultura indígena em geral, pelas causas que a gente sempre está na luta, a questão de educação diferenciada, da saúde na aldeia, da terra.

Djerá Poty Miri

Professora guarani, estudante de pedagogia da USP
Palestra proferida em setembro de 2007

Vencendo desafios

Eu sei que é um grande desafio a gente vir para Universidade; é uma vitória muito grande e eu acho que a Universidade também está de parabéns por tomar essa iniciativa, tomar essa atitude positiva em relação aos povos indígenas. As ações afirmativas de universidades e de outras instituições são relevantes para que possamos realmente ter a autonomia que tanto queremos.

Vou colocar um pouco a minha experiência em termos de ser universitária.

Minha aldeia é Brejo dos Padres, em Tacaratu, Pernambuco, e atualmente eu moro em Maceió. Quando eu morava na aldeia e os pesquisadores iam lá, geralmente, por mais que eles tentassem se aproximar, em termos de comportamento da nossa vida diária, eles não deixavam de demonstrar que eram distintos, porque na verdade, são. E cada pesquisador, cada pessoa tem ou está imbuído de ideologias de sua sociedade, de sua classe. Então por mais que os pesquisadores tentassem neutralizar isso, era praticamente impossível. Pareciam querer ser iguais, mas eram diferentes e, de certa forma, o comportamento demonstrava essa diferença.

Então, na minha observação de senso comum da aldeia, eu achava que era praticamente impossível eu ser uma universitária. O termo era tão pomposo, tão elitizado e eu na minha pequenez de índia de aldeia, achava que não tinha chance nenhuma. Mas aquilo passou a ser um desafio para mim e a primeira possibilidade de fazer um curso foi numa faculdade de professores de Pernambuco, lá em Arco Verde.

Aí eu vi que não era tão difícil assim, que não era tão impossível. E quando entrei na faculdade, disse: "bom, agora eu tenho esse título de universitária". Vi que não era assim tão complexo, tão complicado, tão inacessível, como muitos pesquisadores pareciam demonstrar para mim, ou a minha interpretação me fazia esse tipo impossibilidade ou me demonstrava essa situação.



Só que depois que eu fiz o curso, depois que eu estava lá... a gente acaba, às vezes, se decepcionando um pouco com a Universidade. Todas universidades têm ótimas qualidades, mas também defeitos, porque são constituídas de pessoas, de seres humanos e seres humanos têm qualidades e defeitos. É instituição, mas a instituição é formada por pessoas.

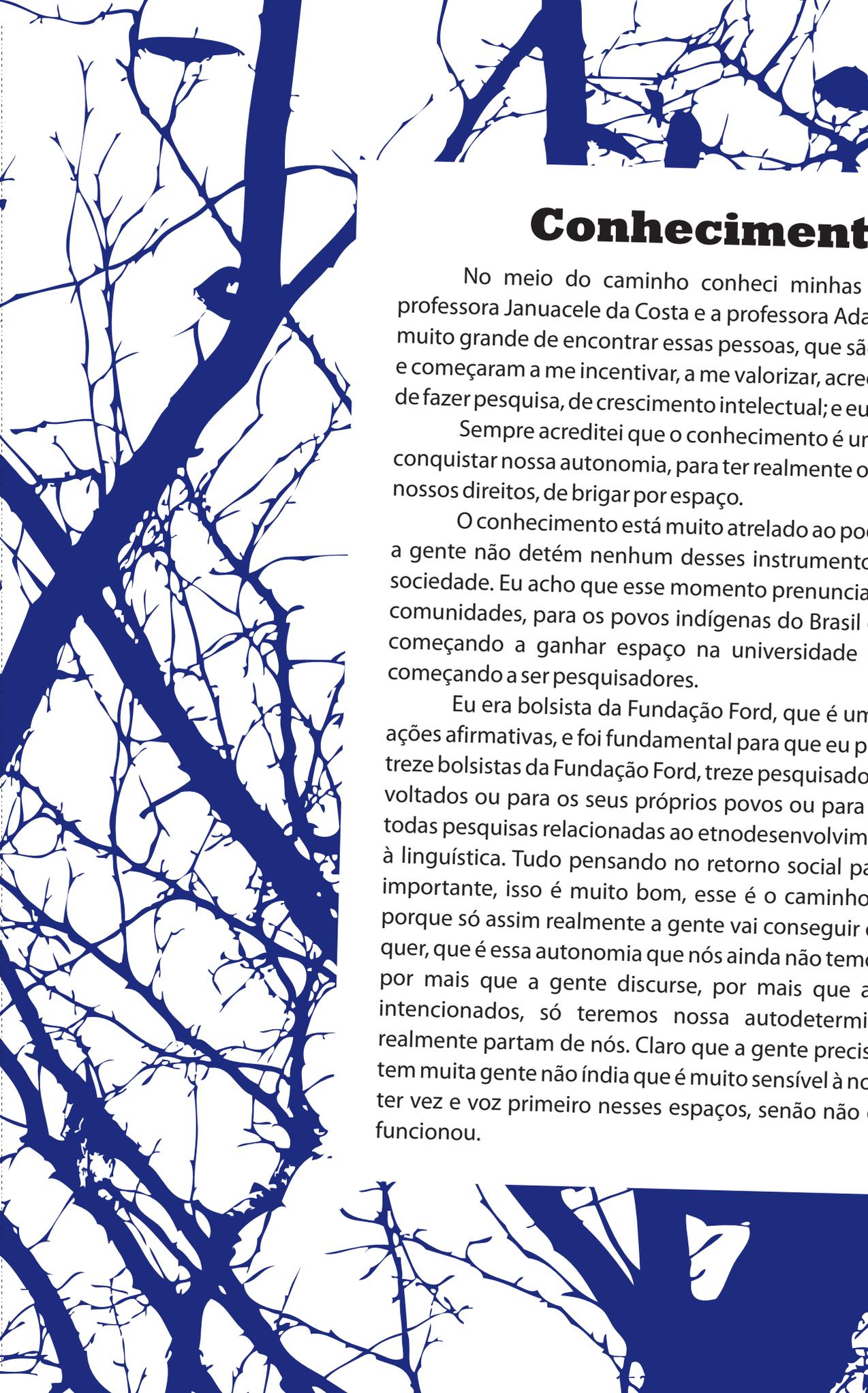
Quando eu voltei, comecei a trabalhar lá na comunidade, ensinando os alunos – eu sempre trabalhei na comunidade - achei que aquilo era pouco para mim. Eu queria melhorar, queria ter outras perspectivas de vida, queria estudar mais. Eu disse “bom, eu acho que tenho que fazer mais curso, tenho que crescer mais e eu tenho que sair da aldeia, porque lá eu não teria condições de fazer isso”. Eu já era funcionária da Funai; resolvi ir para Maceió, porque era o único lugar que tinha espaço, que tinha vaga para mim. Fui para Maceió e enfrentei o vestibular, entrei no curso de Pedagogia, porque eu sou professora e fui novamente ser universitária. Então eu pensei “bom, eu acho que ser universitária de uma universidade pública, que eu tive que suar muito para conseguir uma vaga, acho que vai ser muito bom para mim...”



Dificuldades e preconceitos

Eu acho que realmente conseguir o título de universitário é como eu disse para vocês: desafios, muito sofrimento, muitas conquistas e muita muita aprendizagem, muita aquisição de conhecimento. E ver que tudo isso é possível, é uma questão de você se desafiar, de você acreditar na sua capacidade, de fechar os ouvidos e os olhos para os preconceitos, que eles são muitos. De vez em quando a gente esbarra em pessoas que às vezes nem se dão conta que têm preconceitos contra nossos povos indígenas, contra os afrodescendentes, mas têm, ele está aí. Um dos problemas da sociedade brasileira é que não se admite o preconceito. Quando as pessoas admitirem que têm preconceito, vão passar a refletir mais sobre ele e parar de pensar de forma tão equivocada em relação a nós e em relação aos negros.

Eu saí de casa para estudar e me deu um medão muito grande. Sair da aldeia, daquela vidinha de conhecer todo mundo, de as briguinhas serem bem bobinhas, e enfrentar o mundo, é horrível. Eu chorava um monte. Quando saí me dava muita vontade de voltar, mas não voltei. 'Saí para isso, não sou coitadinha não, vou construir a minha história!'



Conhecimento e autonomia

No meio do caminho conheci minhas orientadoras, que são linguistas, a professora Januacele da Costa e a professora Adair Palácio. Eu acho que tive uma sorte muito grande de encontrar essas pessoas, que são pesquisadoras de línguas indígenas e começaram a me incentivar, a me valorizar, acreditar no meu potencial de capacidade de fazer pesquisa, de crescimento intelectual; e eu também sempre investi nisso.

Sempre acreditei que o conhecimento é um instrumento poderoso para a gente conquistar nossa autonomia, para ter realmente o nosso poder de luta, de reivindicar os nossos direitos, de brigar por espaço.

O conhecimento está muito atrelado ao poder econômico e ao poder político. Se a gente não detém nenhum desses instrumentos, realmente não tem espaço nessa sociedade. Eu acho que esse momento prenuncia um novo acontecimento nas nossas comunidades, para os povos indígenas do Brasil de modo geral, porque nós estamos começando a ganhar espaço na universidade e na sociedade brasileira. Estamos começando a ser pesquisadores.

Eu era bolsista da Fundação Ford, que é uma instituição dos Estados Unidos de ações afirmativas, e foi fundamental para que eu pudesse fazer o meu trabalho. Éramos treze bolsistas da Fundação Ford, treze pesquisadores indígenas, com todos os projetos voltados ou para os seus próprios povos ou para os povos indígenas de modo geral, todas pesquisas relacionadas ao etnodesenvolvimento, ao meioambiente, à educação, à linguística. Tudo pensando no retorno social para as próprias comunidades. Isso é importante, isso é muito bom, esse é o caminho que a gente deve estar seguindo, porque só assim realmente a gente vai conseguir o que tanta gente grita, tanta gente quer, que é essa autonomia que nós ainda não temos. Por mais que a gente reivindique, por mais que a gente discursar, por mais que a gente tenha companheiros bem intencionados, só teremos nossa autodeterminação quando as reivindicações realmente partam de nós. Claro que a gente precisa dos apoios, eles são importantes, tem muita gente não índia que é muito sensível à nossa causa, mas nós é que temos que ter vez e voz primeiro nesses espaços, senão não dá certo. Por isso que até hoje não funcionou.

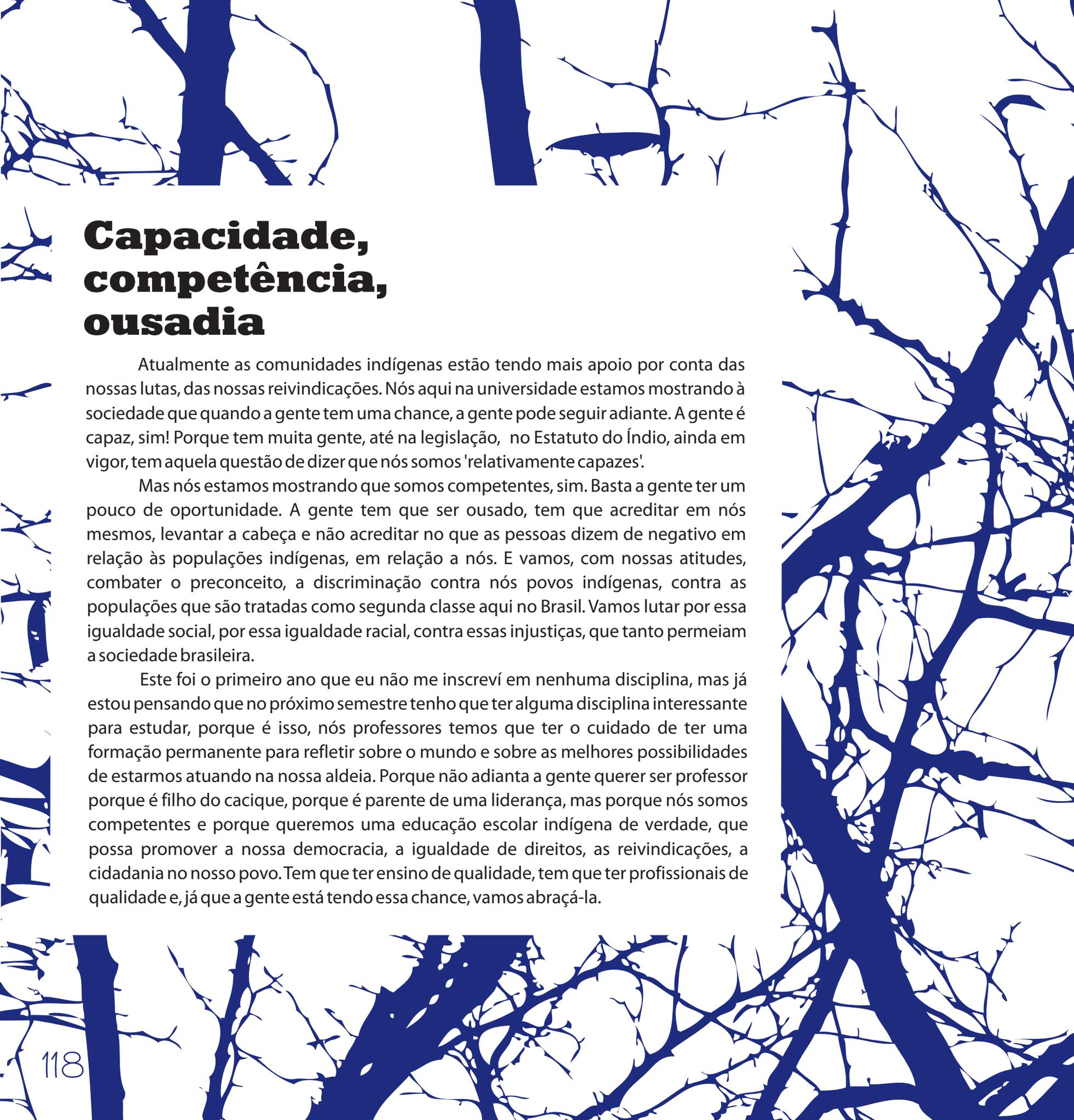
Doutorado sobre a língua Ofayé

Eu concluí recentemente minha pesquisa, minha tese de doutorado em linguística na Universidade Federal de Alagoas. O nome é Ofayé, a língua do Povo do Mel. Fonologia e Gramática e é a descrição de uma língua indígena falada pelos Ofayé, lá em Mato Grosso do Sul. Nesse meu trabalho, eu procurei basicamente verificar como é a organização interna da língua e tentar descrever essa organização. Peguei a parte da fonologia, a parte da morfologia e da sintaxe da língua. O bom desse meu trabalho é que tem uma ampla possibilidade de dar um retorno social aos povos Ofayé, que, assim como muitos índios, são invisibilizados – é um processo muito comum na sociedade nacional. Os Ofayé acho que foram muito mais, é uma população que está muito reduzida. Ao todo na comunidade são 46 Ofayé e só tem apenas 11 falantes. Então a língua é bastante ameaçada de extinção e eu estou propondo um alfabeto para a língua. Ele está sendo testado na comunidade, está sendo ensinado para as crianças, porque as crianças não falam mais a língua. Quando a gente faz um estudo da língua, procura saber o que realmente é distinto, que a gente chama de fonema, que está na cabeça do falante, e o que é variação. No caso Ofayé, o dicionário está numa forma escrita como a língua é falada, que é a variação, porque estamos propondo uma grafia para língua, que não tem escrita ainda. Então preparamos um material que está sendo aplicado na comunidade, com as crianças da escola, para ver se realmente a nossa sugestão de alfabeto está bem fundamentada, se é aceita pelos índios, porque eles é quem são os donos da língua, eles é que têm o poder de decisão de dizer o que está bom, o que não está, o que precisa melhorar.



Os Ofayé estão tendo uma atitude mais positiva em relação à língua. Isso é uma coisa super importante, porque o preconceito e a discriminação deixam a nossa auto-estima muito em baixo. Estou observando aqui que boa parte dos meus parentes estão aí orgulhosos de dizer que são índios, de se pintar, de usar cocar, outros adornos, a cultura... Isso é um sinal de que a gente tem muito orgulho de mostrar para o povo quem nós somos, de não esconder, de não sentir vergonha, de não se intimidar com os preconceitos. Isso ajuda a melhorar nossa auto-estima.

Em relação à língua dos Ofayé está acontecendo isso também. Eles estão vendo que a língua tem que ter o status que ela realmente merece, não é só o português que é importante, não são só outras línguas indígenas ou o inglês, que a gente dá muito valor, mas toda língua indígena é uma língua. A minha orientadora disse que o bom de descrever uma língua é que a gente mostra que língua de índio é língua de gente, porque tem gente que acha que língua de índio é dialeto, ou tem gente que diz 'o índio corta a língua, não tem conhecimento nenhum'. Mas a língua indígena funciona, tem todo um sistema organizado, como o português, como o inglês, como o espanhol... É uma forma também de valorizar a cultura, é uma marca de identidade forte para quem tem. Para quem já perdeu, tem outras formas de se manifestar culturalmente, de se auto-identificar, de sentir orgulho da sua identidade e procurar preservar os seus valores étnicos, passar para as gerações mais jovens esses valores - isso sim, é fundamental...

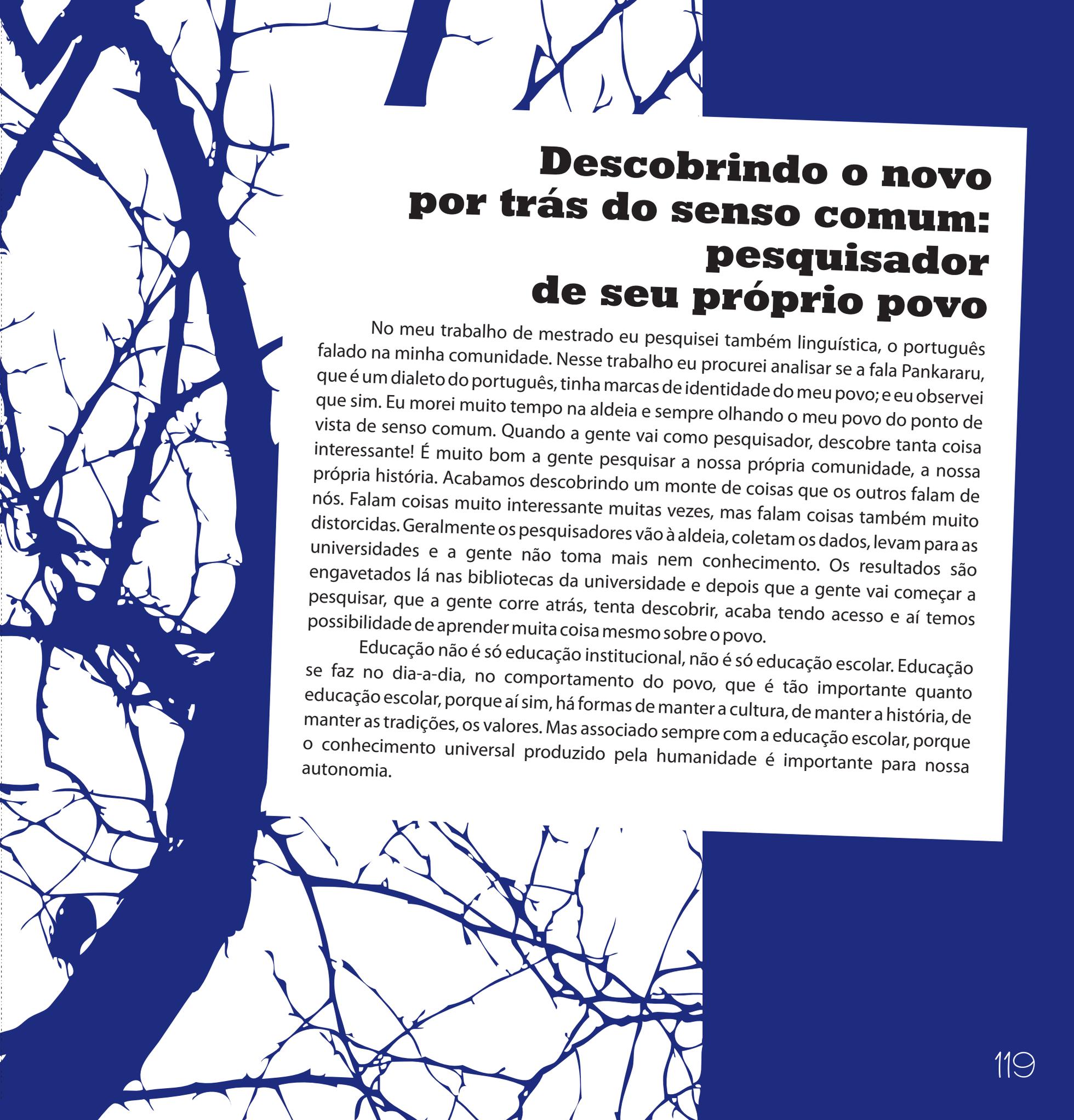


Capacidade, competência, ousadia

Atualmente as comunidades indígenas estão tendo mais apoio por conta das nossas lutas, das nossas reivindicações. Nós aqui na universidade estamos mostrando à sociedade que quando a gente tem uma chance, a gente pode seguir adiante. A gente é capaz, sim! Porque tem muita gente, até na legislação, no Estatuto do Índio, ainda em vigor, tem aquela questão de dizer que nós somos 'relativamente capazes'.

Mas nós estamos mostrando que somos competentes, sim. Basta a gente ter um pouco de oportunidade. A gente tem que ser ousado, tem que acreditar em nós mesmos, levantar a cabeça e não acreditar no que as pessoas dizem de negativo em relação às populações indígenas, em relação a nós. E vamos, com nossas atitudes, combater o preconceito, a discriminação contra nós povos indígenas, contra as populações que são tratadas como segunda classe aqui no Brasil. Vamos lutar por essa igualdade social, por essa igualdade racial, contra essas injustiças, que tanto permeiam a sociedade brasileira.

Este foi o primeiro ano que eu não me inscrevi em nenhuma disciplina, mas já estou pensando que no próximo semestre tenho que ter alguma disciplina interessante para estudar, porque é isso, nós professores temos que ter o cuidado de ter uma formação permanente para refletir sobre o mundo e sobre as melhores possibilidades de estarmos atuando na nossa aldeia. Porque não adianta a gente querer ser professor porque é filho do cacique, porque é parente de uma liderança, mas porque nós somos competentes e porque queremos uma educação escolar indígena de verdade, que possa promover a nossa democracia, a igualdade de direitos, as reivindicações, a cidadania no nosso povo. Tem que ter ensino de qualidade, tem que ter profissionais de qualidade e, já que a gente está tendo essa chance, vamos abraçá-la.



Descobrimo o novo por trás do senso comum: pesquisador de seu próprio povo

No meu trabalho de mestrado eu pesquisei também linguística, o português falado na minha comunidade. Nesse trabalho eu procurei analisar se a fala Pankararu, que é um dialeto do português, tinha marcas de identidade do meu povo; e eu observei que sim. Eu morei muito tempo na aldeia e sempre olhando o meu povo do ponto de vista de senso comum. Quando a gente vai como pesquisador, descobre tanta coisa interessante! É muito bom a gente pesquisar a nossa própria comunidade, a nossa própria história. Acabamos descobrimo um monte de coisas que os outros falam de nós. Falam coisas muito interessante muitas vezes, mas falam coisas também muito distorcidas. Geralmente os pesquisadores vão à aldeia, coletam os dados, levam para as universidades e a gente não toma mais nem conhecimento. Os resultados são engavetados lá nas bibliotecas da universidade e depois que a gente vai começar a pesquisar, que a gente corre atrás, tenta descobrir, acaba tendo acesso e aí temos possibilidade de aprender muita coisa mesmo sobre o povo.

Educação não é só educação institucional, não é só educação escolar. Educação se faz no dia-a-dia, no comportamento do povo, que é tão importante quanto educação escolar, porque aí sim, há formas de manter a cultura, de manter a história, de manter as tradições, os valores. Mas associado sempre com a educação escolar, porque o conhecimento universal produzido pela humanidade é importante para nossa autonomia.

O desejo de ultrapassar limites

Quando eu estava na graduação, achava que me matava de estudar, porque às vezes tinha que ficar sábado e domingo lendo texto. Os professores passavam muito seminário para gente apresentar, porque seminário é uma forma do professor botar a gente para ler e estudar, porque você tem que ir lá na frente dizer o que leu, o que entendeu. Quando eu fui para o mestrado, vi que na graduação era fichinha o que eu estudava, porque domingo eu ainda ia para a praia, tomava uma cervejinha, às vezes ia para o cinema. No mestrado, já começou a fechar o tempo para mim. Foi no mestrado que eu me desvinculei um pouco mais da minha aldeia, porque enquanto eu estava fazendo graduação, qualquer feriado, se eu não fosse para casa, enlouquecia. E no mestrado eu já estava ficando meio sem tempo, então já fui me acostumando mais com Maceió. No doutorado eu tinha que estudar de manhã, de tarde, de noite, sábado, domingo, feriado e o pior, a gente tem que ter conhecimento de outras línguas, porque os textos que os professores passam geralmente estão em inglês. Aí forçosamente eu tive que aprender a ler inglês.

Cumprir horário para mim é uma tragédia. Na bolsa que eu tive da Fundação Ford eu recebia a cada três meses, então para mim era super difícil, super complicado controlar isso, porque a minha cultura é muito imediatista. A gente tem para hoje, amanhã deus é quem sabe. Mas eu tive que me submeter a esse tipo de dinâmica da Universidade, da Fundação Ford, porque eu aceitei essas condições. Então estar na Universidade significa ler muito... Depois a gente começa a viajar nas leituras, começa a entender.

Tem toda uma estrutura que as universidades adotam e eu tive que me adequar.

Tinha muita coisa que eu não sabia, eu tenho que ter a humildade para dizer eu não sei, mas também ter a grandeza de querer aprender, de querer batalhar, de aceitar os desafios. A universidade é sempre um desafio para a gente, mas se a gente quiser qualquer coisa nessa vida, quando você quer, você consegue.

Agora que eu terminei o doutorado, eu quero retomar o curso, porque tenho ainda essa possibilidade de fazer um pós... Porque depois do doutorado a gente pode fazer o pós-doutorado. Eu tenho essa possibilidade e quero fazer fora do Brasil, quero aprender, quero ultrapassar mais limites...



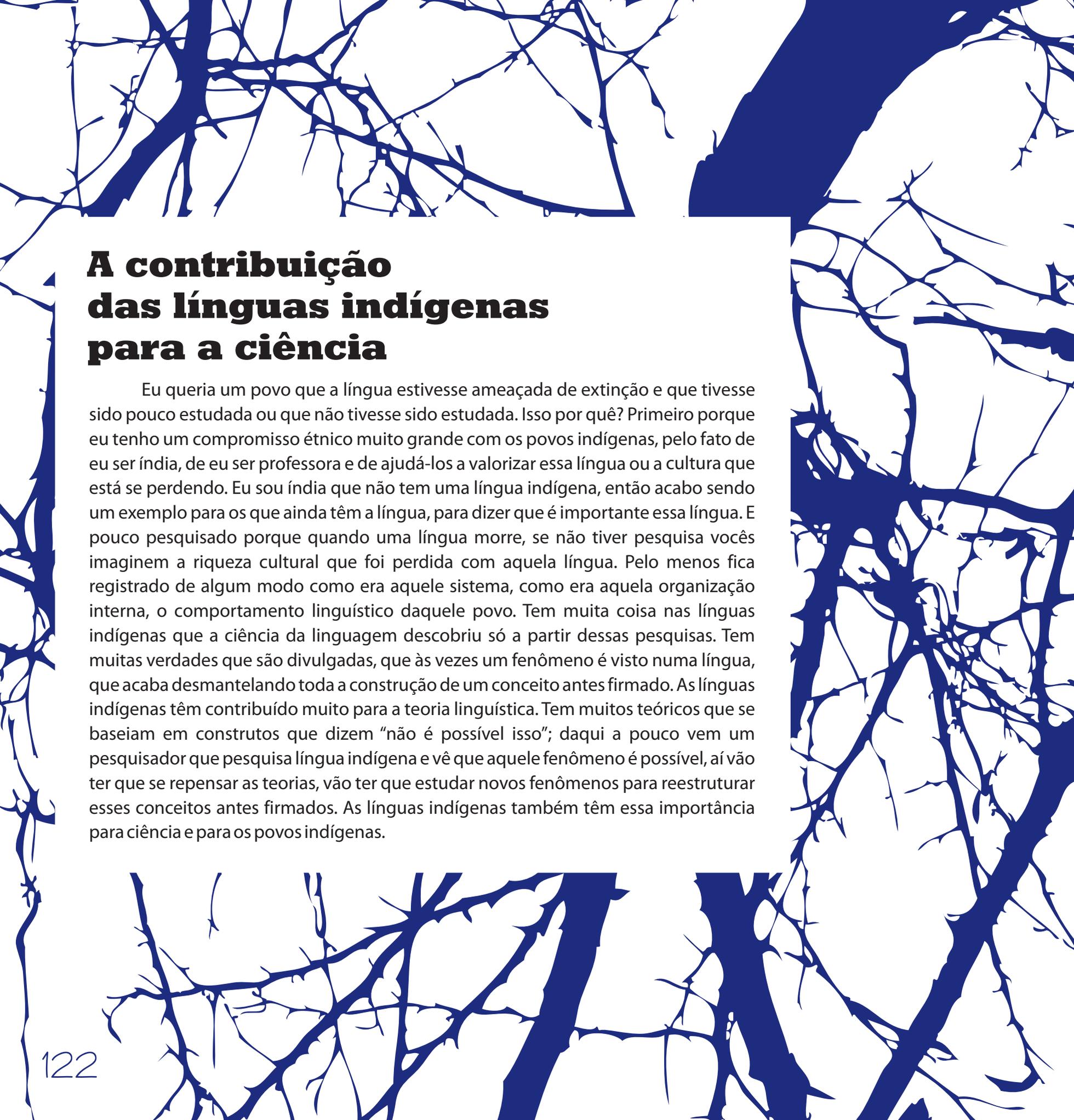
Língua viva não é dicionário, é função social

Nós não temos mais língua indígena e há uma expectativa muito grande dos povos que não têm mais língua de resgatá-las. Mas não existe resgate de uma língua que já se perdeu. A língua que morreu, morreu. Não tem como. Mesmo que tenha muito registro, dicionário, dá para estudar alguma coisa, mas torná-la com função social de novo não dá mais certo. Porque a língua não é só um dicionário. Se você pegar um dicionário de inglês e decorar tudo que tem ali, você não fala inglês, porque a língua tem uma característica que é multifacetada. Ela está aqui na nossa cabeça. Há situações na língua que a gente sabe, porque nós conhecemos o contexto em que ela está inserida. Todas as línguas têm essas características da gente dizer e não dizer ao mesmo tempo, mas você pode fazer inferência sobre ela, sobre as coisas que cercam ou que estão contextualizadas num determinado ambiente. A língua ela é imbuída de história, de conteúdo cultural, porque cada língua apresenta comportamentos distintos. Cada língua tem o conteúdo da cultura do povo.

Então como é que de repente a gente pega um dicionário, uma palavra, e tentar fazer um resgate e a comunidade voltar a falar? Não dá, porque não está na cabeça de nenhum falante...

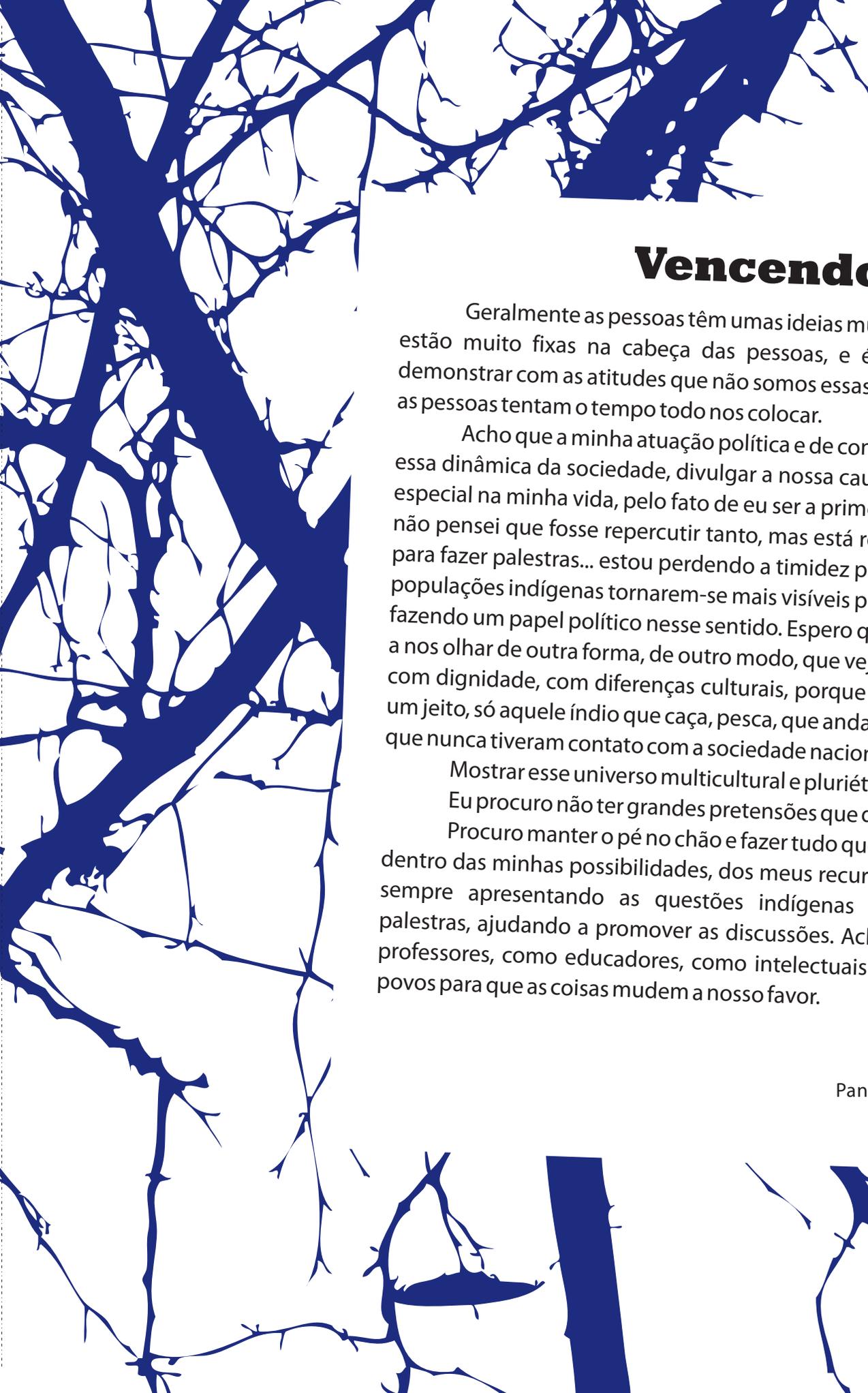
Mas uma coisa importante é que nós, que somos povos que não temos mais uma língua indígena, isso não tira de nós a nossa identidade. Nós temos outros valores culturais que são também relevantes. Então, se a gente se perdeu, foi por todo um processo histórico que propiciou essa perda, mas a gente não deixa de ser indígena. Assim como a gente não deixa de ser indígena por estar aqui na universidade, por ter antena parabólica, por usar computador. Isso não tira da gente essa nossa essência étnica de ser índio.

A cultura Pankararu está muito fundamentada na religião, toda a nossa vivência é em torno da religião. Onde a gente vai a gente leva a nossa cultura, é por isso que dizemos com muito orgulho que nós somos Pankararu, que a gente tem as raízes, porque os nossos pais, a vida toda, nos dão essa educação indígena, que é a educação da cultura, das nossas crenças, dos nossos valores.



A contribuição das línguas indígenas para a ciência

Eu queria um povo que a língua estivesse ameaçada de extinção e que tivesse sido pouco estudada ou que não tivesse sido estudada. Isso por quê? Primeiro porque eu tenho um compromisso étnico muito grande com os povos indígenas, pelo fato de eu ser índia, de eu ser professora e de ajudá-los a valorizar essa língua ou a cultura que está se perdendo. Eu sou índia que não tem uma língua indígena, então acabo sendo um exemplo para os que ainda têm a língua, para dizer que é importante essa língua. E pouco pesquisado porque quando uma língua morre, se não tiver pesquisa vocês imaginem a riqueza cultural que foi perdida com aquela língua. Pelo menos fica registrado de algum modo como era aquele sistema, como era aquela organização interna, o comportamento linguístico daquele povo. Tem muita coisa nas línguas indígenas que a ciência da linguagem descobriu só a partir dessas pesquisas. Tem muitas verdades que são divulgadas, que às vezes um fenômeno é visto numa língua, que acaba dismantelandando toda a construção de um conceito antes firmado. As línguas indígenas têm contribuído muito para a teoria linguística. Tem muitos teóricos que se baseiam em construtos que dizem “não é possível isso”; daqui a pouco vem um pesquisador que pesquisa língua indígena e vê que aquele fenômeno é possível, aí vão ter que se repensar as teorias, vão ter que estudar novos fenômenos para reestruturar esses conceitos antes firmados. As línguas indígenas também têm essa importância para ciência e para os povos indígenas.



Vencendo preconceitos

Geralmente as pessoas têm umas ideias muito erradas sobre os índios, ideias que estão muito fixas na cabeça das pessoas, e é difícil tirar isso. A gente tem que demonstrar com as atitudes que não somos essas pessoas de segunda categoria, como as pessoas tentam o tempo todo nos colocar.

Acho que a minha atuação política e de conhecimento, primeiro é entender toda essa dinâmica da sociedade, divulgar a nossa causa. Estou tendo um momento muito especial na minha vida, pelo fato de eu ser a primeira doutora indígena. Sinceramente, não pensei que fosse repercutir tanto, mas está repercutindo, estou sendo convidada para fazer palestras... estou perdendo a timidez para falar. Mas é um momento para as populações indígenas tornarem-se mais visíveis pelo meu discurso - acho que eu estou fazendo um papel político nesse sentido. Espero que a partir disso a sociedade comece a nos olhar de outra forma, de outro modo, que veja a gente como a gente realmente é, com dignidade, com diferenças culturais, porque muita gente acha que índio é só de um jeito, só aquele índio que caça, pesca, que anda nu; e não é só isso. Tem índios assim, que nunca tiveram contato com a sociedade nacional, e tem índios assim como nós.

Mostrar esse universo multicultural e pluriétnico é importante.

Eu procuro não ter grandes pretensões que depois eu não possa cumprir.

Procuro manter o pé no chão e fazer tudo que é possível dentro dos meus limites, dentro das minhas possibilidades, dos meus recursos; estar sempre divulgando, estar sempre apresentando as questões indígenas relacionadas à educação, dando palestras, ajudando a promover as discussões. Acho que esse é o nosso papel como professores, como educadores, como intelectuais e tentando agir junto com outros povos para que as coisas mudem a nosso favor.

Maria das Dores de Oliveira

Pankaru, doutora em linguística pela UFAL

Palestra proferida em maio de 2006

Lingua Krenak

“Nosso ponto de partida é a oralidade”

A gente Krenak vem fazendo um trabalho na linhagem sobre a questão de língua, da cultura. A gente sofre a pressão da influência da língua portuguesa na aldeia. É muita coisa nova que vai chegando e que acaba despertando o interesse das crianças, dos jovens. Eu tenho falado muito, tanto na Universidade quanto na aldeia, sobre a oralidade. **Nós somos povos da oralidade. O ponto de partida nosso é a oralidade.**

Então a gente está nesse sentido, nesse rumo, trabalhando muito a questão da oralidade. Tanto em casa, como na escola. E não é só na escola, em qualquer canto da aldeia, a gente tem esse costume de fazer com que a língua volte a ser falada. Porque uma coisa que eu tenho percebido, é sobre a pessoa que entende mas tem a falta de falar, costume de falar.

Então a gente acaba provocando nos velhos esse costume de voltar a falar, de ensinar.

Nós sabemos falar a língua. Eu estou aprendendo, já aprendi muita coisa. Tem mais de quinze anos que eu estou aí, aprendendo, e desde quando eu nasci minha mãe já falava comigo na língua. Minha mãe tem costume em casa de falar sempre na língua. Manda fazer alguma coisa na língua e por aí a gente vai aprendendo. Eu entendo na língua e falo também.

E a gente busca isso.

O pessoal tem falado muito que: “Ah, Krenak tem cinco falantes”. Realmente, a gente precisa trazer esses dados para as pessoas conhecerem melhor. Não existe esse negócio de cinco falantes. Existem mais de cinco. Existem essas cinco que atualmente trabalham na escola diretamente, mas existem outros falantes que não fazem parte da educação, mas que estão na aldeia, que é importante a gente estar lembrando isso. Tem alguns que trabalham na escola e tem outros que não tem nada a ver com a educação, mas que são falantes e estão na aldeia, ensinando e ajudando muito. E em São Paulo também existem outros falantes Krenak.

A gente está desenvolvendo algumas pesquisas, a minha pesquisa é nessa área, de trazer, de ajudar. Eu acho que esse é um compromisso de cada Krenak jovem, fazer com que a língua continue da forma que os velhos aprenderam antigamente, que foi dentro da oralidade. **Nós temos essa pretensão hoje, de levar a língua adiante, mas dentro da oralidade,** que é um ponto forte.

A gente sabe que a escrita é importante. A gente está trabalhando também com a escrita, fazendo o registro da língua Krenak. E a gente tem deparado com muito atrito também com alguns lingüistas que acham que tem que ser da forma que é a estrutura da língua, da forma que é falada no Brasil todo. Eu tenho questionado muito, porque acho que não é por aí. **A língua nossa tem essa emergência de ser passada para as crianças.**

Então, se a gente for introduzir a escrita do lingüista dentro da nossa aldeia agora, para nós é uma perda de tempo muito grande porque é uma emergência, a gente precisa ensinar a língua. Então a gente trabalha valorizando muito mais a oralidade do que a escrita, porque a gente precisa trabalhar a língua.

Os nossos falantes estão aí, já estão com idade, tem alguns com sessenta anos, setenta, oitenta. A minha avó faleceu, e era uma das índias antigas da aldeia Krenak. Minha avó tinha mais de cem anos. É mais um falante que acaba indo. A gente tem essa emergência de buscar com eles a língua Krenak, de trazer para as crianças, para a escola. E a gente vê muito esse atrito com a língua portuguesa. Precisamos ver como a língua indígena está, se está doente, se está saudável, se está morta. Por aí é um ponto de partida.

A língua indígena hoje pede socorro. É preciso mais gente integrada nela, trabalhando, ensinando.

Estamos com um projeto de construção de centros culturais nos quatro cantos da aldeia. Cada canto da aldeia teria um centro cultural, onde cada agrupamento de aldeias e famílias vai estar se organizando, com a língua, com a dança, culturalmente. E ter encontros gerais no centro da aldeia para estar discutindo essa questão da língua, para estar conversando, para estar falando.

E queremos fazer registro audiovisual da língua. Porque não é igual - **fazendo um registro audiovisual, é como se a pessoa estivesse ali falando, é interessante ela ouvir e ver a pronúncia da língua. E é coisa que o papel não vai dizer nunca.** A gente tem essa preocupação e já tem uns trabalhos encaminhados nesse sentido. Estamos com projetos de fazer vários registros em audiovisual. E fazer acervo desse trabalho para ensinar na sala de aula, para a comunidade ter acesso, poder ver, ouvir e aprender.

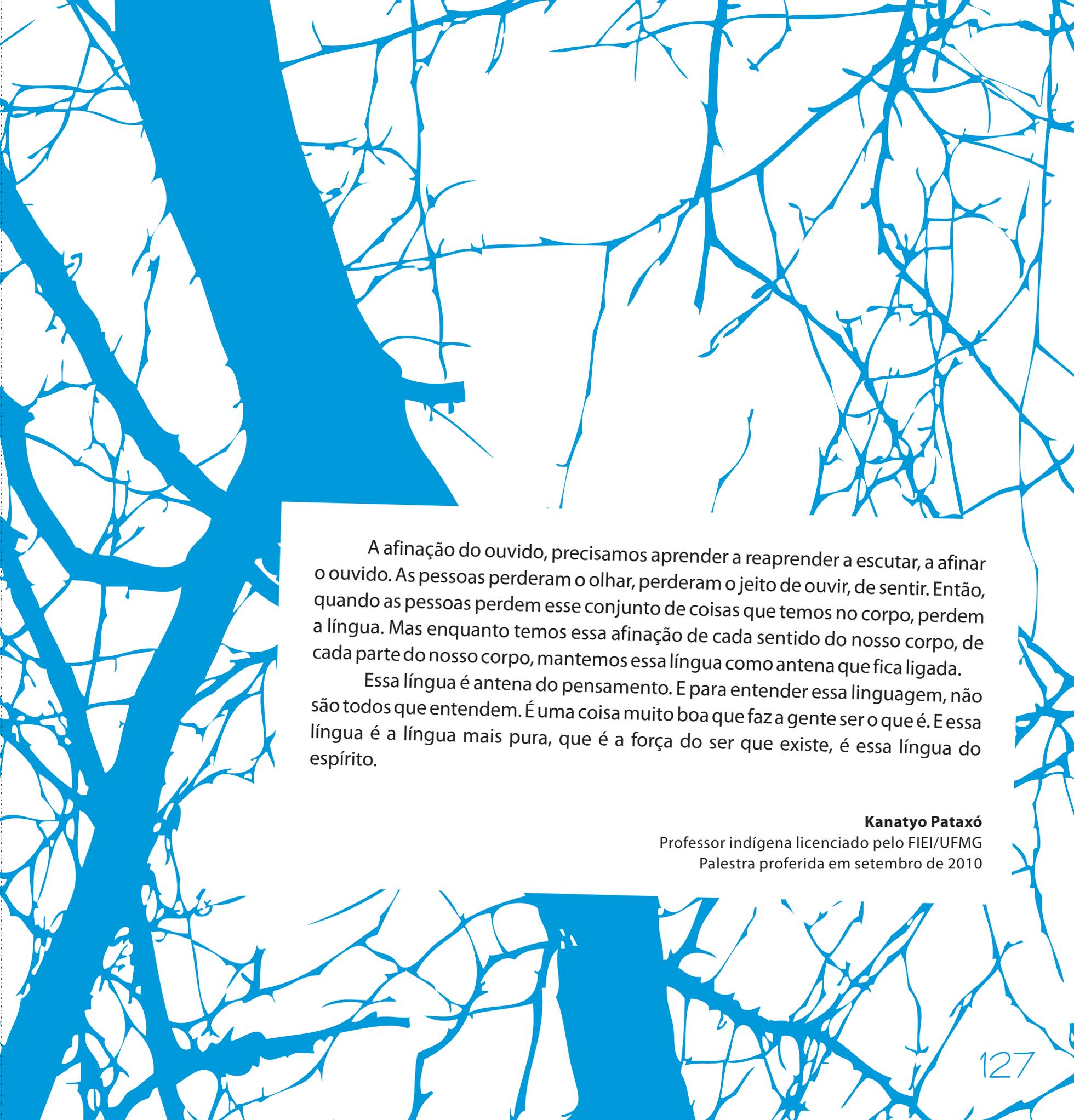
Itamar Krenak

Professor indígena licenciado pelo FIEI/UFMG
Palestra proferida em setembro de 2010

A língua do espírito

No meu pensamento acredito que **a língua mais pura com a qual dialogamos é a língua do espírito**. Porque é a língua do espírito que tem consistência. Por exemplo, **quando estamos dentro da crença, dentro do espaço mais profundo da cultura de um povo, sabemos decifrar, sabemos escutar essa língua do espírito, que é ter um pensamento**.

Não são todas as pessoas que entendem a língua do espírito. Só quem entende são aquelas pessoas daquele grupo, daquele povo. O mundo precisa dialogar com essa língua do espírito, do pensamento. Sou uma pessoa que conversa muito dentro disso aí, dentro dessa visão de língua.



A afinação do ouvido, precisamos aprender a reaprender a escutar, a afinar o ouvido. As pessoas perderam o olhar, perderam o jeito de ouvir, de sentir. Então, quando as pessoas perdem esse conjunto de coisas que temos no corpo, perdem a língua. Mas enquanto temos essa afinação de cada sentido do nosso corpo, de cada parte do nosso corpo, mantemos essa língua como antena que fica ligada.

Essa língua é antena do pensamento. E para entender essa linguagem, não são todos que entendem. É uma coisa muito boa que faz a gente ser o que é. E essa língua é a língua mais pura, que é a força do ser que existe, é essa língua do espírito.

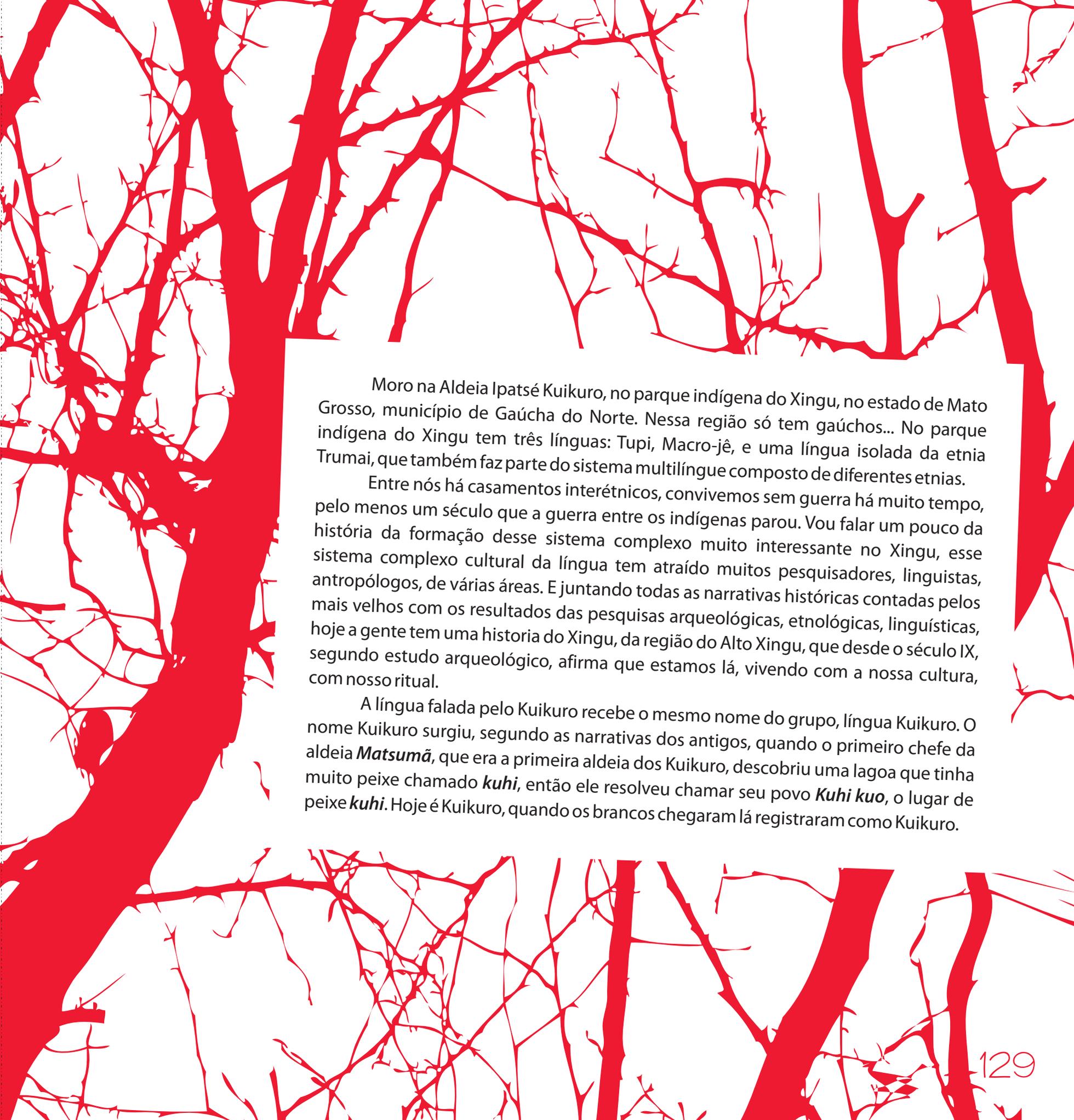
Kanatyó Pataxó

Professor indígena licenciado pelo FIEI/UFMG
Palestra proferida em setembro de 2010

Escrevendo a história com nosso próprio olhar

Meu nome é Mutuá Mehinaku e pertencço a duas etnias: sou filho de um povo chamado Mehinaku, que fala uma língua da família Arawak, e também pertencço à etnia Kuikuro, que fala uma língua Karib. Falo duas línguas indígenas diferentes, a língua Arawak é totalmente diferente da língua Karib. Eu me considero mais como Mehinaku.

Na nossa cultura a gente recebe dois nomes desde criança; depois de passar da fase da criança, a gente recebe outro nome. Eu tinha nome da infância até doze anos, depois eu tive ritual de passagem da vida da criança pra jovem. Meu nome é Mutuá e o outro é *Kawher*. Na nossa cultura também, a gente recebe nome do avô materno e paterno, dos dois lados, e também nós não chamamos nome do sogro. Como a gente recebe nome do avô materno e paterno, minha mãe não pode me chamar de *Kawher*, porque é nome do pai do meu pai; meu pai também não pode me chamar de Mutuá, porque é o nome do pai da minha mãe, por isso que a gente tem dois nomes.



Moro na Aldeia Ipatsé Kuikuro, no parque indígena do Xingu, no estado de Mato Grosso, município de Gaúcha do Norte. Nessa região só tem gaúchos... No parque indígena do Xingu tem três línguas: Tupi, Macro-jê, e uma língua isolada da etnia Trumai, que também faz parte do sistema multilíngue composto de diferentes etnias.

Entre nós há casamentos interétnicos, convivemos sem guerra há muito tempo, pelo menos um século que a guerra entre os indígenas parou. Vou falar um pouco da história da formação desse sistema complexo muito interessante no Xingu, esse sistema complexo cultural da língua tem atraído muitos pesquisadores, linguistas, antropólogos, de várias áreas. E juntando todas as narrativas históricas contadas pelos mais velhos com os resultados das pesquisas arqueológicas, etnológicas, linguísticas, hoje a gente tem uma história do Xingu, da região do Alto Xingu, que desde o século IX, segundo estudo arqueológico, afirma que estamos lá, vivendo com a nossa cultura, com nosso ritual.

A língua falada pelo Kuikuro recebe o mesmo nome do grupo, língua Kuikuro. O nome Kuikuro surgiu, segundo as narrativas dos antigos, quando o primeiro chefe da aldeia *Matsumã*, que era a primeira aldeia dos Kuikuro, descobriu uma lagoa que tinha muito peixe chamado *kuhi*, então ele resolveu chamar seu povo *Kuhi kuo*, o lugar de peixe *kuhi*. Hoje é Kuikuro, quando os brancos chegaram lá registraram como Kuikuro.



Até 1989, a Funai tinha professoras trabalhando em cada posto da Funai. Quando a gente vai pra outro lugar, onde nosso corpo não aceita aquele ambiente, o nosso corpo não é adaptado, tem que se adaptar com o ambiente, com a língua, com a comida. Por causa disso, as professoras da Funai não conseguiam passar dois, três meses dando aula nas aldeias do Xingu. E depois, as professoras saíam do Xingu e as escolas ficavam sem aula. Então as lideranças, os professores e as pessoas interessadas começaram se unir, falar que a gente precisava ter a formação dos professores indígenas do Xingu. Começaram a elaborar um projeto com ajuda de várias pessoas e até com a ajuda das professoras que permaneciam lá trabalhando, escrevendo projeto. Em 1993 a Fundação Rainforest da Noruega aprovou o projeto e começamos a ter curso de formação dos professores do Xingu em 1994, através da Fundação Mata Virgem, depois Associação Vida e Ambiente – AVA. Em 1996 passou para o Instituto Socioambiental - ISA, que continuou o trabalho para formação do magistério indígena. Para participar do curso de formação, o cacique da aldeia tinha que indicar duas pessoas que já tivessem estudado na cidade, que pudessem ser capacitados no curso, de modo a atuar na aldeia dando aula para os alunos. E essa foi primeira experiência de formação de professores indígenas do Xingu, onde eu fui indicado também para participar e assumir esse papel. E até 1997, fomos trabalhando e conseguimos estadualizar as escolas.



Primeiro, nossa escola pertencia ao município. Em volta do Xingu tem nove municípios; aí não dava certo, a secretaria municipal não distribuía material escolar direito, merenda escolar, todos esses problemas... A gente foi lutar para nós mesmos administrarmos o recurso da escola. Essa foi uma luta importante para a gente conseguir tirar recursos e comprar a comida dentro da comunidade. Primeiro o estado não queria, falava que na aldeia não tem nota fiscal, e a gente foi sempre lutando, até conseguir ter esse pouquinho de autonomia de administrar o recurso que vem para manutenção da escola. Essa foi nossa conquista no Xingu.

Depois e surgiu também que a gente precisava ensino superior para dar continuidade da formação dos professores que ainda estavam fazendo magistério. E em 1997 teve uma conferência Ameríndia, na qual foi criada pelo governo do estado, com a pressão dos movimentos indígenas, a Comissão Interinstitucional e Paritária, que iniciou discussões sobre formação dos professores indígenas em nível superior. A comissão era constituída por representantes da Seduc, Funai, Ceem, Conselho Estadual Indígena, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Estadual do Mato Grosso e representantes indígenas que estavam sempre lá, dando pressão para as coisas darem certo. Em 1998 a comissão elaborou anteprojeto para formação em níveis superior, estabelecendo diretrizes gerais da proposta e o ano de 2000 foi dedicado às negociações políticas e financeiras, com as assinaturas dos convênios entre as instituições parceiras e sua aprovação dos colegiados na Universidade Estadual de Mato Grosso.



Depois de muitas reuniões, conferências e discussões sobre a formação de professores indígenas em nível superior no Mato Grosso, aconteceu o projeto de formação em nível superior. No mesmo ano 2000 concluímos lá no Xingu o curso de magistério indígena. E veio a realização de um vestibular específico, diferenciado, para os professores indígenas que concluíram o curso de magistério. Aí, entre esses os 18 candidatos do Xingu, meu nome estava aprovado. Essa foi uma primeira vitória para mim, na minha história da formação; eu fiquei muito feliz, eu queria chegar na Universidade e realizar um sonho.

E todo esse sonho e essas coisas, de estudar na escola do branco, na Universidade, foi o que me incentivou porque meu avô, na década de trinta, quarenta, conseguiu aprender a falar a língua portuguesa. **Quando eu conheci meu avô, ele já estava velho; ele foi primeiro meu mestre de ensinar a falar português e toda vez que ele contava a história dele, eu queria continuar aquela história.** Isso me incentivou muito, para lutar e vencer a dificuldade pra conseguir o que eu tinha sempre sonhando.

Descobrimo a própria língua

Eu me apaixonei mais na área da língua: 'vou descobrir a minha própria língua!' Durante esse processo de estudo na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) conheci vários linguistas que trabalharam lá no Xingu, na nossa aldeia e vi que essas pessoas - eu não sabia o que era pesquisa, não sabia o que eles iam fazer na aldeia - estavam indo lá pra fazer pesquisa e escrever monografia, dissertação, tese. Foi aí que eu descobri que esse ensinamento do branco era diferente do nosso, tem essa fase, primeira, segunda, essa sequência da formação dos alunos dos brancos, que precisavam essa pesquisa para terminar o curso. Então, falei: 'eu vou fazer também, por que eu não posso fazer? Por que o branco sabe escrever minha língua, sabe analisar minha língua, segmentar as frases, falar que esse é raiz da língua, verbo, substantivo? E qual é a fonologia da língua, quais são as palavras plurais, sufixos, prefixos?' Essas coisas me chamaram atenção, essa foi uma grande descoberta para mim, fiquei feliz.

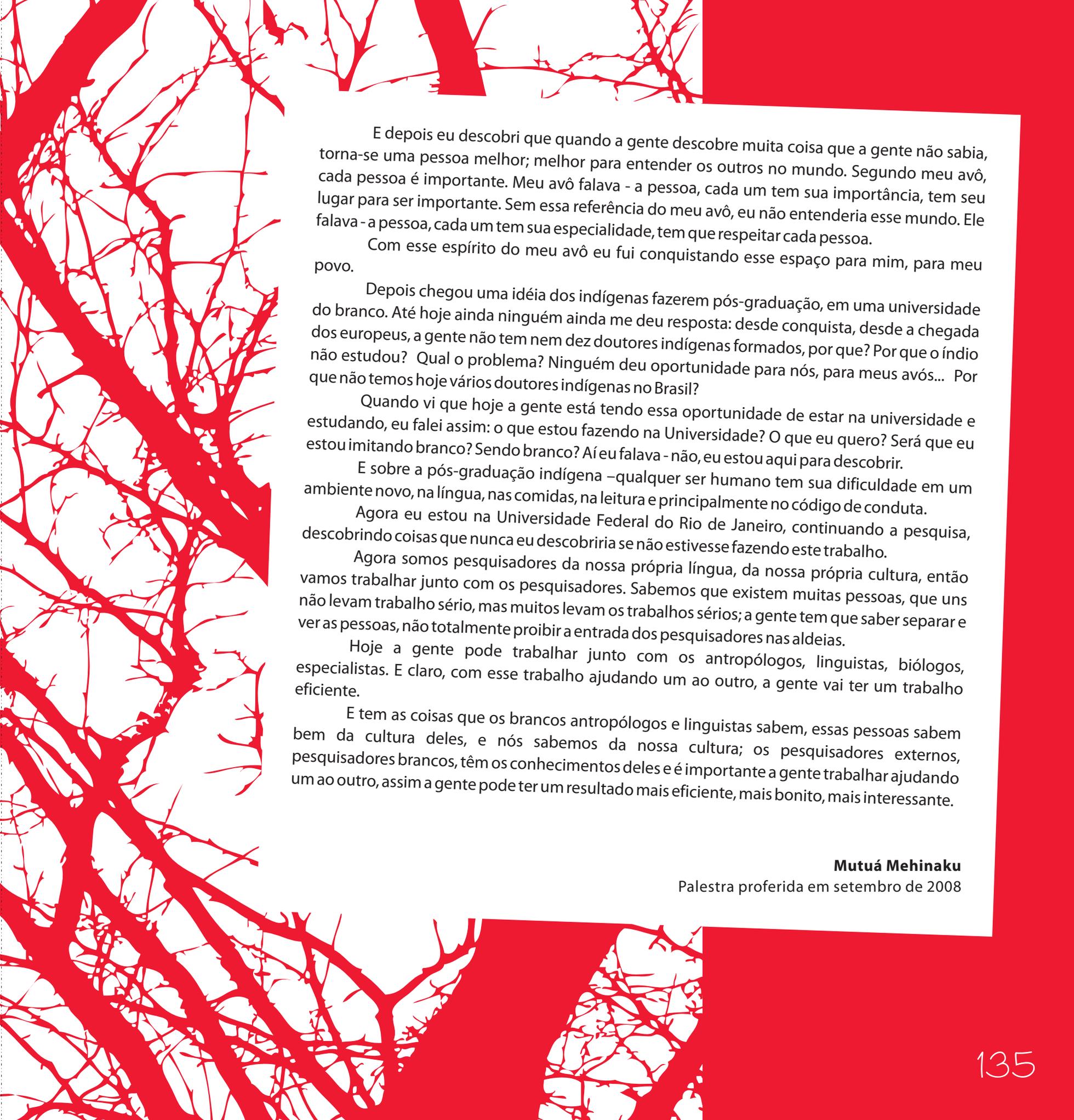


Eu queria estudar pra descobrir esse segredo dos brancos, esse conhecimento que os brancos não mostraram para nós; desde muito tempo que os brancos não deram essa oportunidade para a gente pesquisar, documentar nossa própria língua, a nossa cultura, a história. E agora estamos aqui, descobrindo o que os brancos fazem conosco, o que eles pegam da gente e o que eles veem, como eles falam da gente, como é o olhar dos brancos. Agora a gente está fazendo, contando história, **escrevendo história com o nosso próprio olhar.**

Muitas pessoas falavam: por que o índio precisa entrar na universidade? Deixa o índio na aldeia, na cultura dele... Mesmo assim a gente foi conversando, encarando esse preconceito, discriminação.

E durante o curso eu descobri que quando nós Kuikuro falávamos uma coisa plural, pra pluralizar as coisas, palavras, falar por exemplo “os papagaios”, aparecia uma marca de plural. Então eu fui entender que a gente tinha um sufixo, que quando a gente fala das coisas animadas, por exemplo, “anta”, aparece um sufixo; quando a gente falava “mesa, bola”, as coisas inanimadas, aparecem outros sufixos. Descobri esses sufixos que ficavam ali, que passavam despercebidos quando eu falava as palavras... Essa foi a grande descoberta para mim, com esse trabalho.

Depois do curso, com esse trabalho, eu conquistei espaço político dentro e fora da comunidade Kuikuro, na região do Alto Xingu e até em Mato Grosso. Depois tive vários trabalhos e cargos: primeiro fui professor, depois, diretor da escola, aí o pessoal me convidou para ser presidente da associação, para representar no Conselho de Educação no estado, e para ser conselho na área da saúde. Também no curso nós resolvemos criar a Organização dos Professores do Estado de Mato Grosso – OPRIMT e eu fui escolhido para ser tesoureiro dessa associação. Depois criamos, no Xingu, o Instituto de Pesquisa Etno-Ambiental do Xingu – IPEAX. Com essa vitória, com essa formação, eu fui conquistando todos os espaços e trabalhando para nosso povo.



E depois eu descobri que quando a gente descobre muita coisa que a gente não sabia, torna-se uma pessoa melhor; melhor para entender os outros no mundo. Segundo meu avô, cada pessoa é importante. Meu avô falava - a pessoa, cada um tem sua importância, tem seu lugar para ser importante. Sem essa referência do meu avô, eu não entenderia esse mundo. Ele falava - a pessoa, cada um tem sua especialidade, tem que respeitar cada pessoa.

Com esse espírito do meu avô eu fui conquistando esse espaço para mim, para meu povo.

Depois chegou uma idéia dos indígenas fazerem pós-graduação, em uma universidade do branco. Até hoje ainda ninguém ainda me deu resposta: desde conquista, desde a chegada dos europeus, a gente não tem nem dez doutores indígenas formados, por que? Por que o índio não estudou? Qual o problema? Ninguém deu oportunidade para nós, para meus avós... Por que não temos hoje vários doutores indígenas no Brasil?

Quando vi que hoje a gente está tendo essa oportunidade de estar na universidade e estudando, eu falei assim: o que estou fazendo na Universidade? O que eu quero? Será que eu estou imitando branco? Sendo branco? Aí eu falava - não, eu estou aqui para descobrir.

E sobre a pós-graduação indígena - qualquer ser humano tem sua dificuldade em um ambiente novo, na língua, nas comidas, na leitura e principalmente no código de conduta.

Agora eu estou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, continuando a pesquisa, descobrindo coisas que nunca eu descobriria se não estivesse fazendo este trabalho.

Agora somos pesquisadores da nossa própria língua, da nossa própria cultura, então vamos trabalhar junto com os pesquisadores. Sabemos que existem muitas pessoas, que uns não levam trabalho sério, mas muitos levam os trabalhos sérios; a gente tem que saber separar e ver as pessoas, não totalmente proibir a entrada dos pesquisadores nas aldeias.

Hoje a gente pode trabalhar junto com os antropólogos, linguistas, biólogos, especialistas. E claro, com esse trabalho ajudando um ao outro, a gente vai ter um trabalho eficiente.

E tem as coisas que os brancos antropólogos e linguistas sabem, essas pessoas sabem bem da cultura deles, e nós sabemos da nossa cultura; os pesquisadores externos, pesquisadores brancos, têm os conhecimentos deles e é importante a gente trabalhar ajudando um ao outro, assim a gente pode ter um resultado mais eficiente, mais bonito, mais interessante.

Mutuá Mehinaku

Palestra proferida em setembro de 2008